

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ANÁLISE PSICODINÂMICA DO TRABALHO DA POPULAÇÃO
DE RUA DE MANAUS

GERUSA MENEZES DE CARVALHO

MANAUS

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

GERUSA MENEZES DE CARVALHO

ANÁLISE PSICODINÂMICA DO TRABALHO DA POPULAÇÃO
DE RUA DE MANAUS

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Psicologia, da Universidade Federal do Amazonas, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de mestre.

Orientadora: Profª. Dra. Rosângela Dutra de Moraes

MANAUS
2015

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

C331a Carvalho, Gerusa Menezes de
Análise psicodinâmica do trabalho da população de rua de
Manaus / Gerusa Menezes de Carvalho. 2015
143 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Rosângela Dutra de Moraes
Dissertação (Mestrado em Psicologia: Processos Psicológicos e
Saúde) - Universidade Federal do Amazonas.

1. População de rua. 2. Psicodinâmica do Trabalho. 3. Políticas
Públicas. 4. Trabalho. I. Moraes, Rosângela Dutra de II.
Universidade Federal do Amazonas III. Título

GERUSA MENEZES DE CARVALHO

ANÁLISE PSICODINÂMICA DO TRABALHO DA POPULAÇÃO
DE RUA DE MANAUS

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado em Psicologia, da Universidade Federal
do Amazonas, como parte dos requisitos para a
obtenção do grau de mestre.

Aprovado em 22 de junho de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Rosângela Dutra de Moraes, Presidente
Universidade Federal do Amazonas

Profa. Dra. Soraya Rodrigues Martins, Membro externo
Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Elenise Faria Scherer, Membro interno
Universidade Federal do Amazonas

AGRADECIMENTOS

Um turbilhão de sensações eu vivo enquanto escrevo as linhas de agradecimento, pois se as escrevo é porque a jornada do Mestrado está chegando ao fim. Então, não poderia começar de outra forma se não agradecendo a Deus pela força que me deu até aqui, pela coragem para enfrentar os desafios, me fazendo sair da zona de conforto inúmeras vezes e por ter colocado pessoas que me ajudaram nessa jornada.

Agradeço à minha mãe, Zelina, que me apoiou sempre! Obrigada, mãe, por ter me ensinado, com seu exemplo, a ser forte e persistente. Igualmente agradeço à minha tia, Daicy, pelo suporte que me dá todos os dias. Agradeço ao homem que me suporta quando estou estressada, meu ouvido, meu companheiro que nem sempre me compreende, mas está ao meu lado, também me apoiando, meu querido Airton. Obrigada por entenderem (e aguentarem!) minhas ausências, meu nervosismo, minhas ansiedades.

Um obrigada todo especial ao Gerson de Oliveira e Cícero de Oliveira que me acompanharam nas idas ao campo, me ajudaram transcrevendo as entrevistas e não se incomodaram com as condições, nem sempre confortáveis, oferecidas durante as entrevistas.

Agradeço à minha amiga Silvânia de Deus pelas trocas teóricas, pela disposição em me ajudar quando precisava. Também agradeço à Priscila Moreira, risada boa de acompanhar, companheira do Mestrado, sempre atenciosa, prestativa e que salvou a minha pele em muitas ocasiões. À Ana Cláudia Vasconcelos e Socorro Nina pelas tardes de estudo da obra de Arendt, a base de muito café gostoso. À Socorro, obrigada também pelo empréstimo de livros fundamentais para a elaboração do meu referencial teórico.

Não poderia deixar de registrar o meu agradecimento à Aldamara de Souza, Clícia Franco, Gecilda Albano e Larissa Aleixo pela anuência em pesquisar os usuários do SAI Amine

Daou Lindoso. Em especial, agradeço à Clícia, a quem recorri diversas vezes, à Alda e à Romy Pinho por flexibilizar meus horários de trabalho para dar conta do Mestrado. Aos colegas Vanussa Albuquerque, Rosa dos Santos, Francisco Alves e Ivone Lopes por cederem as dependências do SAI, onde ocorreram algumas entrevistas, e por me ajudarem no contato com alguns participantes.

Agradeço especialmente à professora Rosângela Dutra de Moraes por ter apostado em mim e em um tema espinhoso. O meu amadurecimento na escrita é mérito dela, principalmente, por sua sutileza e firmeza (meio paradoxal, mas ela dá conta) nas orientações que começaram ainda na graduação. Obrigada por acreditar na aluna teimosa que participou do estágio básico ainda na graduação, obrigada pela parceria nos textos e pela honestidade com que sempre pontuou nossa relação.

Ainda agradeço às professoras Elenise Faria Scherer e Soraya Rodrigues Martins pelas orientações durante a pré-defesa. As indicações de referencial teórico enriqueceram não somente essa dissertação, mas a mim também. Agradeço aos professores do mestrado, em especial à professora Cláudia Sampaio, pelas indicações de referencial teórico que ampliaram o meu campo de visão nessa jornada. À professora Lídia Ferraz pelas orientações quanto ao percurso metodológico, pela atenção e bom humor com que sempre acalmou meu coração ansioso.

Agradeço a todos os participantes dessa pesquisa pelo acolhimento e pela disposição em participar da pesquisa. Espero ter feito jus às histórias que me relataram e que possa retratá-las de forma adequada e justa.

E, por fim, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), pela bolsa de estudos concedida durante o mestrado.

A flor e a náusea

Uma flor nasceu na rua!

Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.

Uma flor ainda desbotada

ilude a polícia, rompe o asfalto.

Façam completo silêncio, paralisem os negócios,

garanto que uma flor nasceu.

É feia. Mas é flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

CARVALHO, Gerusa Menezes de. *Análise psicodinâmica do trabalho da população de rua de Manaus (Mestrado em Psicologia)*. Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2015.

As transformações por que passa o mundo do trabalho impactam na organização do trabalho, agravam a precarização e o desemprego estrutural. Isso pode levar a condições de vulnerabilidade e risco social, especialmente entre os que não dispõem do apoio familiar ou comunitário. O objetivo desta pesquisa é compreender os processos psicodinâmicos de prazer e sofrimento das pessoas em situação de rua da cidade de Manaus. Trata-se de uma pesquisa qualitativa fundamentada na Psicodinâmica do Trabalho, articulada à Sociologia, à Filosofia e às políticas públicas voltadas para população de rua. Participaram voluntariamente doze pessoas em situação de rua que vivem na rua Silva Ramos, no centro de Manaus; são usuários de equipamentos da Assistência Social. Utilizou-se a entrevista semiestruturada, a observação clínica e o diário de campo. Os resultados foram analisados através da adaptação da Análise da Teoria Fundamentada e apontam que trabalhar, para a população de rua, é pedir e aceitar qualquer tipo de trabalho, ainda que precarizado e desprovido das garantias sociais. Também indica que estes trabalhadores necessitam estar aptos para atuar em diferentes atividades e sinaliza a existência de estratégias de adaptação para dar conta da atividade. Para lidar com o sofrimento, utilizam estratégias defensivas coletivas como a virilidade, a desconfiança, a resignação, o consumo de drogas lícitas e ilícitas, a religião e a racionalização. A organização do trabalho é pautada pelo preconceito devido o estigma, pelo medo da violência e por relações conflituosas entre a população de rua devido a disputas por espaço na rua. Destaca-se, por outro lado, relações de cortesia entre a população de rua e os domiciliados à rua Silva Ramos. Há pouco reconhecimento do trabalho e pouca cooperação entre a população de rua. As relações se estabelecem, em sua maioria, pela necessidade de sobrevivência. Exercem a inteligência prática para sobreviver. Destaca-se o trabalho, nesse cenário, como elo de resgate da cidadania e da identidade do sujeito, atuando como fator de saúde entre a população de rua e como importante via de transformação social da condição de rua em que se encontram.

Palavras-chave: População de rua, Psicodinâmica do Trabalho, Políticas Públicas, Trabalho

ABSTRACT

CARVALHO, Gerusa Menezes de. *Analisis of psychodynamic of work among homeless from Manaus*. (Master's Paper) Post-Graduation Program in Psychology. Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2015.

The consequences of the changing world, of the work reverberate on the work organization they aggravate situations about work precariousness and structural unemployment. It can cause situations of social vulnerability and social risk, especially among people who doesn't have familiar support or community support. The objective of this research is to understand the homeless's psychodynamic processes of pleasure and suffering in Manaus. The qualitative research was based on the psychodynamic of work, articulated to Sociology, the Philosophy and public policies for homeless. Twelve homeless participated on the research. They are users of Social Welfare. Research's instruments were the semi-structured interview, clinical observation and the field diary. The results were analyzed by adapting the analysis of the Grounded Theory. The results indicate that the work for the homeless, is begging and also accept any kind of work, although this work - sometimes - are precariousness and it doesn't have social guarantees. The results also indicated that the homeless need to be able to work in any activity. It also indicated that they have adaptation strategies to do any kind of work. The main collective defensive strategies observed are the virility, the mistrust, the religion, the consumption's psychoactive substances, the resignation and the rationalization. The work organization is configured from the prejudice (stigma), the fear of violence and conflictual interpersonal relationships. The homeless relationship with the neighborhood are polite and cordial. The work of homeless have little recognition of work for the society. besides, there are little cooperation among homeless. The relationships are established, mostly by the need for survival. Exercise practical intelligence to survive. The work stands as rescue bond of citizenship and identity of the subject. It is a protective factor to the health of homeless people. It is important, in terms of transforming the social and economic conditions of the homeless population.

Keywords: Homeless, Work of Psychodynamics, Public Policies, Work

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização Geográfica do Sai Amine Daou Lindoso.....	55
Figura 2 - Vista Frontal do Sai Amine Daou Lindoso.....	55
Figura 3 – Local onde ocorreram diversas entrevistas.....	60
Figura 4 – Artesanatos do Pedro.....	75
Figura 5 – Artesanato do Bartolomeu.....	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
Centro Pop	Centro de Referência Especializado em Assistência Social para população de rua
CRDQ	Centro de Reabilitação de Dependência Química
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
GCM	Guarda Civil Municipal
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SAI	Serviço de Acolhimento Institucional
SEMMASDH	Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos da Prefeitura de Manaus
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. REFERENCIAL TEÓRICO	16
1.1 Algumas notas sobre as transformações no mundo do trabalho nas últimas décadas	16
1.2 Algumas reflexões sobre como os conceitos de exclusão social e vulnerabilidade social atravessam o fenômeno população de rua	21
1.3 Trabalhadores precarizados de norte a sul do Brasil – uma revisão de literatura	28
1.4 Pensando o trabalho como condição essencial para a vida	34
1.5 Processos psicodinâmicos do trabalhar – primeiras reflexões	39
1.5.1 Na corda bamba das estratégias defensivas.....	44
1.5.2 O que pode ajudar a transformar o sofrimento em prazer no trabalho?	47
1.5.3 Prescrições e Métis.....	50
2. PERCURSO METODOLÓGICO	54
2.1 O campo de pesquisa: o espaço vivencial dos moradores de rua em uma das ruas de Manaus e as políticas públicas que os atravessam	61
2.2 Das visitas ao campo	67
2.3 A devolutiva	71
3. NARRATIVAS E DISCUSSÕES	72
3.1 Pensando o trabalho para quem está em condição de morador de rua	112
3.1.1 Da polivalência da população de rua: o “correr atrás”.....	112
3.1.2 A rua é um costume!”: Dos vínculos que se formam (ou não se formam).....	113
3.1.3 De que dores estamos falando?.....	117
3.1.4 Existe organização do trabalho para os trabalhadores-moradores de rua? – Em busca de aproximações com o real do mundo social.....	124
3.1.5 Os mobilizadores de prazer no trabalho para o morador de rua: “Uma flor nasceu no asfalto” (Carlos Drummond de Andrade).....	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS	139
APÊNDICE 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	145
APÊNDICE 2 - Roteiro para a Entrevista Semiestruturada	146

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é, antes de tudo, fruto de minha inquietação diante de um fenômeno com o qual me confrontei durante minha primeira experiência como psicóloga recém-formada. Trata-se principalmente de minha apreensão sobre um fenômeno que me tocou, sensibilizou-me, inquietou-me. Por isso, está escrita na primeira pessoa, pois é fruto de minha implicação subjetiva como psicóloga.

O interesse em pesquisar sobre os processos psicodinâmicos de trabalhadores em situação de rua surgiu durante minha atuação como psicóloga em um Serviço de Acolhimento Institucional - SAI, equipamento vinculado ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS, onde a população de rua atendida na referida instituição relatava, entre outros assuntos, sobre sua vivência no trabalho. Por meio da fala dos usuários desse serviço e de uma escuta sensível à Psicodinâmica do Trabalho, foi possível acessar os sentidos que o trabalho tinha para aquelas pessoas, como se relacionavam com o trabalho.

Nesta dissertação propus-me a compreender os processos psicodinâmicos de prazer e sofrimento das pessoas em situação de rua que ocupam a rua Silva Ramos, no centro da cidade de Manaus/AM.

O processo de compreensão do fenômeno da população de rua exigiu ir além do principal fio condutor e primeiro grande pilar de minhas análises – a Psicodinâmica do Trabalho – pois esse campo de conhecimento não dá conta de compreender a complexidade desse fenômeno. Necessitei visitar Hannah Arendt e suas reflexões sobre o trabalho e sua importância para a sobrevivência da espécie humana, aproximar-me dos sociólogos e suas discussões acerca da precarização do trabalho, olhar o local da pesquisa sob a ótica da geografia, conhecer as

táticas dos dominados e conhecer a etnografia de Escorel (1999) sobre os moradores de rua do Rio de Janeiro, no fim da década de 1990.

O trabalho ocupa um lugar central na vida das pessoas e, em muitos casos, constitui-se a segunda oportunidade na construção da identidade do homem (DEJOURS; BÈGUE, 2010; DEJOURS, 2011; DEJOURS, 2012). O olhar da Psicodinâmica do Trabalho não trata o trabalho como mera relação financeira que se estabelece entre empregados e empregadores, mas também como um investimento psíquico do sujeito a fim de realizar uma atividade, a qual significa superar a diferença inexorável entre o trabalho prescrito (os procedimentos, técnicas e conhecimentos criados e estabelecidos para dar conta da atividade) e o trabalho real.

O método da pesquisa escolhido foi o qualitativo. Os instrumentos utilizados foram a entrevista semiestruturada e a observação clínica registrada no diário de campo – este último inspirado no Método Cartográfico. Vale ressaltar que há dois participantes da pesquisa que estão acolhidos no SAI há mais de dois anos, o que coincide com o período em que trabalhei na instituição. Por isso, além dos instrumentos acima citados, especialmente para esses dois participantes (João e Renato), também se incluirá o registro de cenas e de fragmentos da experiência de trabalho da pesquisadora na referida instituição.

Os dados foram analisados utilizando-se a adaptação feita por Moraes (2010) à Análise de Teoria Fundamentada. Os participantes são pessoas em situação de rua que ocupam a rua Silva Ramos, na área central da cidade de Manaus e que, voluntariamente, concordaram em participar da pesquisa.

A necessidade de escrever na primeira pessoa do singular foi especificamente para facilitar a descrição das inquietudes que me mobilizaram. Por entender, porém, que o processo da dissertação não é solitário, mas tecido por muitos “nós”, a partir do próximo parágrafo utilizarei a primeira pessoa do plural.

A dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro trata da fundamentação teórica que a sedimenta, onde discorremos sobre algumas transformações por que passa o mundo do trabalho, enfatizando a questão da precarização do trabalho, vulnerabilidade social e exclusão social, apresentando também algumas pesquisas relacionadas a tais assuntos e discutindo o trabalho nas perspectivas de Arendt (2014) e da Psicodinâmica do Trabalho.

No segundo capítulo discorremos sobre a metodologia da pesquisa e apresentamos o campo de pesquisa, os participantes, as impressões registradas nos diários de campo, as políticas públicas voltadas para os moradores de rua e o espaço vivencial dos que ocupam a rua Silva Ramos, no centro de Manaus.

O terceiro capítulo trata dos resultados da pesquisa, no qual são apresentados os participantes, por meio de narrativas de suas histórias de vida. Tais narrativas são analisadas e discutidas, articulando-as ao que já fora apresentado nos capítulos anteriores.

Concordamos com a inquietante questão que Figueiredo (2011) apresenta: a psicologia deve olhar para aquilo que não foi reconhecido como ciência pela ciência. Baseando-se nessa ideia, debruçamo-nos sobre uma categoria de trabalhadores que não é reconhecida como tal. Trabalho e população de rua: um fenômeno que exige ser olhado pelas lentes da complexidade (VASCONCELLOS, 2010), haja vista que a situação de rua envolve diversos fatores de natureza econômica, social, saúde, política. Por vezes, a situação do trabalhador que também é morador de rua é vista pela ótica capitalista e individualista do preconceito e culpabilização do próprio sujeito. Longe de pretender esgotar as reflexões sobre tal assunto, cujo campo é vasto e desafiador, esperamos inquietar os leitores e oferecer-lhes um outro olhar para essa categoria de trabalhadores.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

O mundo do trabalho vem sofrendo continuamente transformações cujos impactos recaem sobre a organização do trabalho (relações socioprofissionais, modos de gestão, dentre outros), aprofundando a questão do desemprego estrutural, da exclusão social, da instabilidade que permeia as relações de trabalho atuais, que podem compelir no trabalho informal e levar as pessoas a condições de vulnerabilidade e risco social.

Os aspectos acima citados se entrelaçam e se emaranham de forma que é necessário analisá-los de forma integrada para compreender o tecido social, sobre a questão da população que usa a rua como espaço de moradia e trabalho. Por isso, serão abordados alguns assuntos como as mudanças no cenário econômico, sendo a mais emblemática a intensificação do modelo de acumulação flexível do capital e informalidade como tentativa de resposta a esse modelo econômico; a questão social inscrita nos conceitos de exclusão social, vulnerabilidade social e risco social; uma breve revisão de literatura na qual serão apresentadas algumas pesquisas realizadas com trabalhadores informais e, por último, a psicodinâmica do trabalhar.

1.1 Algumas notas sobre as transformações no mundo do trabalho nas últimas décadas

A partir da década de 1980, o cenário do trabalho brasileiro sofreu importantes transformações, influenciado pelo projeto neoliberal, que já estava em curso nos países mais ricos, nos planos econômico e político. A produção de bens passou a seguir novos padrões organizacionais, com a adoção dos sistemas *just-in-time* e *kanban*, do programa qualidade total, dos círculos de controle de qualidade, de políticas internas que visam aprofundar a participação

dos trabalhadores nas empresas e da implantação da automação industrial (ANTUNES, 2010; MORAES, 2010).

Tais transformações foram alavancadas: a) pela necessidade de as empresas brasileiras se tornarem mais competitivas internacionalmente, conquistando novos mercados; b) a pressão exercida pelas matrizes das empresas transnacionais aqui instaladas, e c) foi uma forma de lidar com o avanço dos movimentos sindicais. Um dos primeiros impactos de tal reestruturação do trabalho foi a demissão de trabalhadores e, conseqüentemente, sobrecarga para os que não foram demitidos (ANTUNES, 2010).

Nos anos de 1990 houve a intensificação de tais transformações e se consolidou um processo de terceirização da força de trabalho, de busca de novos territórios para instalação de fábricas, onde se implantou uma política de baixos salários, de consolidação da automação industrial e de alterações na estrutura organizacional como desverticalização, horizontalização, implantação de células produtivas (ANTUNES, 2010).

Em Manaus, as transformações no mundo do trabalho, por exemplo, resultaram na demissão de quase metade dos empregos diretos no PIM – Polo Industrial de Manaus, ocorridas principalmente no período de 1990 a 2000 (SCHERER, 2005). Tal fato transformou o cenário socioeconômico e geográfico da cidade, como, por exemplo, a expansão da Zona Leste (MORAES, 2010) e o surgimento de um exército de “sobrantes” (CASTEL, 2011, p. 35) que não se inseriu novamente no mercado formal (CUNHA, 2010).

Todo esse processo marca a transição do modelo fordista para um modelo de acumulação flexível do capital que repercutiu no trabalhador, afetando inclusive a relação que este tem com o seu trabalho, visto que uma das ideias defendidas por esse modelo é que o trabalhador deve “vestir a camisa”, submetendo sua subjetividade aos interesses das empresas. Por isso, é um modelo que investe na qualificação dos trabalhadores, com vistas à sua

polivalência, o que permite redução de postos de trabalho; e na implementação de programas de qualidade e produtividade, na diminuição dos níveis hierárquicos. Tal cenário, no entanto, intensifica a sobrecarga e exploração dos trabalhadores (MORAES, 2010).

Se por um lado se constata maior exploração da força de trabalho – tanto intelectual quanto física –, por outro se observa que a acumulação flexível do capital, estrela do capitalismo contemporâneo, visa à lucratividade com os menores custos possíveis. Para tanto, as novas relações de trabalho que se estabelecem são norteadas pela flexibilização e precarização do trabalho: menores salários possíveis com a maior produtividade possível (DRUCK, 2011; CASTEL, 2011a).

A precarização das condições de trabalho engrossou esse contingente que vivencia não somente a perda das garantias sociais previstas para o trabalhador formal, mas também “as perdas de benefícios indiretos como planos de saúde, transporte, alimentação, auxílio educação, dentre outros” (FRANCO, DRUCK e SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 231).

Somado a esses fatores, o próprio sujeito passa a se perceber como excluído de uma sociedade de consumo inacessível àqueles que não podem obter os benefícios que ela oferece. Ao trabalhador desempregado cabe, nesse contexto, assumir um papel de desvalor, inferioridade, “e um não lugar social que aparece sob a forma de invisibilidade e vergonha” (TOROSSIAN; RIVERO, 2012, p. 66).

A acumulação flexível do capital adota a “descartabilidade sem limites de tudo o que se produz e, principalmente, dos que produzem – os homens e mulheres que vivem do trabalho” (DRUCK, 2011, p. 40), criando um exército de “sobrantes” (CASTEL, 2011a, p. 296) que vivem a “cultura do aleatório: vivem o dia a dia” (Ibd., p. 295). A acumulação flexível do capital expandiu o desemprego estrutural e intensificou a precarização nas relações de trabalho.

A acumulação flexível do capital visa reduzir ao máximo os custos maximizando a exploração da força de trabalho. Castel (2011a) fala em dois tipos de flexibilidade a que as relações de trabalho são submetidas: a flexibilidade interna na qual os trabalhadores têm de adaptar-se à situação acima citada e aqueles que não se adaptam são eliminados do mercado de trabalho; e a flexibilidade externa em que as empresas terceirizam parte das atividades, muitas vezes desrespeitando as proteções do trabalho.

Ao mesmo tempo, presencia-se um Estado menos interventor na defesa das garantias sociais do trabalho, adotando uma postura de deixar o próprio mercado se regular. O que se verifica, no entanto, nos dias atuais é um aprofundamento na “crise social” (HIRATA, 2011): ondas de demissão em massa, como a verificada em 2008, fragilização da proteção social, maior submissão do trabalhador à exploração de sua força de trabalho.

As mudanças político-econômicas ocorridas desde a década de 1980 culminaram numa massa de trabalhadores desprovidos da garantia dos direitos sociais do trabalho, a qual passou a buscar, na informalidade, meios de subsistência. Dessa forma, atividades que não são reconhecidas como trabalho regular se proliferaram (COSTA, 2010):

guardadores de carro nas ruas, catadores de lixo, outdoors humanos ambulantes, carregadores de feira, trabalhadores domésticos casuais etc. Essa nova informalidade urbana, que se expande em modalidades diversas de atividades, contribuindo para uma heterogeneidade ainda maior do mercado de trabalho, tem como marca a precariedade das condições de trabalho e de vida, a negação dos princípios mais elementares de cidadania, a perpétua reprodução da pobreza e das desigualdades sociais (Ibd., p. 2).

Esta autora salienta que transformar esse panorama não é fácil tarefa, pois mesmo que mudanças econômicas e sociais (retorno do crescimento econômico, criação de políticas educacionais voltadas para os trabalhadores informais) ocorressem, isso não daria conta de absorver todos os trabalhadores informais. Além disso, essa autora ressalta que, sem a pressão dos movimentos populares na reivindicação do cumprimento e defesa dos direitos sociais trabalhistas, o Estado pode atuar de forma displicente, embalado pelas pressões empresariais e

pelo “afrouxamento de seus controles e de sua função fiscalizadora” (COSTA, 2010, p. 181), o que se torna prejudicial não somente para os trabalhadores, mas também ao próprio Estado que perde na arrecadação dos tributos e na regulamentação da economia.

Em seu levantamento de dados do ano de 2006, Costa (2010) comenta que 59% da população brasileira trabalha informalmente e não dispõe das garantias dos direitos sociais, especialmente os do trabalho. Essa autora convoca à reflexão quando discute que

a informalidade é um problema social, portanto de interesse público. Ela demanda do Estado políticas que primem por um sistema de distribuição de renda mais equitativo, apoiado no princípio da universalização de direitos e por intervenções que limitem a ganância das empresas, uma vez que delas provém grande parte das mudanças que ora prescindem do trabalho, ora o explora de forma abjeta (Ibd., p. 17).

Cabe discutir de que forma esse panorama se mantém. Referenciada por uma leitura psicanalítica e da Psicodinâmica do Trabalho, Martins (2013) aponta alguns fatores que parecem explicar como a acumulação flexível do capital e a consequente precarização do trabalho são banalizadas, naturalizadas: a organização do trabalho convoca o trabalhador a tolerar, ignorar, naturalizar o sofrimento alheio e a injustiça social, o que é suportado com a ajuda de estratégias defensivas como o medo e a resignação, bem como pela servidão voluntária.

Os gestores atuais se utilizam do “discurso perverso” (Ibd., p. 286) para a manutenção da precarização do trabalho. Os custos psíquicos se revelam no sofrimento materializado no isolamento, na banalização, no esfacelamento das relações entre trabalhadores, gerando um círculo vicioso que alimenta a perversão social do sistema.

Uma “nova morfologia do trabalho” (ANTUNES, 2014, p. 26) desprovida das garantias sociais conquistadas e marcada pela informalidade (terceirizados, cooperativas, voluntariado, empreendedorismo) se instala no cenário do trabalho, são aqueles que Marx (1985) denominou de lumpemproletariado. Tal situação beneficia a acumulação do capital, ou

seja, o pauperismo dos trabalhadores pertencentes ao exército de reserva turbinado a acumulação do capital e intensifica a exploração dos que se mantêm em trabalhos precarizados. A precarização se instalou de forma global e se tornou recorrente, por exemplo, tanto na América do Sul quanto na Europa. Mas encontram resistências, como em Portugal, com suas “precári@s inflexíveis” (ANTUNES, 2014, p. 29) e assombram países “desenvolvidos” como o Japão, onde os “cyber-refugiados” (Ibd., p. 28) se lançam em um mercado de trabalho desprovido de qualquer garantia social.

1.2 Algumas reflexões sobre como os conceitos de exclusão social e vulnerabilidade social atravessam o fenômeno população de rua

Com base na leitura de Castel acerca dos “inúteis para o mundo” (CASTEL, 2010, p. 119), problematizaremos quem é o morador de rua – ou a pessoa em situação de rua, termo utilizado nas políticas públicas do Suas. Esse autor discute o conceito de vagabundo da sociedade pré-industrial: “indivíduos mal afamados” (Ibid., p. 120). Em geral os que viviam de trabalhos com entretenimentos na rua (malabarismo, canto), as prostitutas etc. Marcadamente caracterizados por não possuírem um trabalho e não pertencerem a um grupo social.

A sociedade francesa do século 18 não tolerava tal comportamento e se instrumentalizava da repressão, o que implicava na condenação à morte como medida resolutiva para dizimar a vagabundagem, sem direito à clemência. Isso, no entanto, não solucionou o problema. Dessa forma, o trabalho forçado surgiu como “resposta não só mais moderada como também mais realista, se é verdade que ele pode tornar úteis esses inúteis para o mundo” (CASTEL, 2010, p. 124).

Também a Inglaterra punia com excessivo rigor os vagabundos, orientando “o bom cidadão” (Ibd., p. 128) a entregar qualquer pessoa que esteja na condição de vagabundo, a qual receberia uma marca, feita com ferro em brasa, com a letra V e passaria a ser escravo daquele que o denunciou: “em pleno Renascimento, a legislação sobre a vagabundagem reinstaura, assim, a escravidão no reino da Inglaterra” (Ibd., p. 128).

Refletir sobre a herança do estigma de vagabundo auxilia na compreensão da condição de morador de rua. Especialmente ao considerar-se que o estigma é construído pelos que se consideram normais e visa justificar a pretensa inferioridade do outro, seu grau de periculosidade, funcionando, dessa maneira, como um controle social exercido sobre os estigmatizados (GOFFMAN, 2008).

Essa herança feudal de subjugar o que não se enquadra, ou nas palavras de Goffman (2008) – os desviantes sociais – ainda está presente nos dias de hoje. Castel (2010) nos ajuda a melhor compreendê-la ao constatar que, no século 14, a relação senhor-servos era marcadamente exploratória, na qual o senhor definia qual o pagamento a ser recebido e os servos, caso se negassem, seriam condenados à prisão. O senhor, porém, não tinha nenhuma responsabilidade sobre os servos e poderia dispensá-los quando bem entendessem.

Este autor destaca que a situação do vagabundo, tratada com repressão pelo Estado, é consequência da pauperização do campo e da condição de “desfiliados” (CASTEL, 2010, p. 119) a que essas pessoas eram enquadradas.

Por trás do estigma de vagabundo, no século 18, esconde-se um problema social: a falta de trabalho (Ibd., 2010). Ao analisar um dos depósitos de mendicância, ele constata que a maioria dos considerados vagabundos eram pessoas que haviam perdido seus postos de trabalho, onde “os pertencimentos comunitários rompem-se e os suportes relacionais faltam cada vez mais” (CASTEL, 2010, p. 131). Problematiza ele que, por trás da punição ao

vagabundo, há uma ineficácia em lidar com esse fenômeno e se optou por “um caminho mais curto” (Ibd., p. 136-137).

Essa ineficácia atravessou os séculos e, embora tenham ocorrido mudanças com a instituição de políticas públicas voltadas para população de rua nas últimas décadas, a sociedade, como Escorel (1999) constatou, ainda estigmatiza o morador de rua como um perigo a ser combatido, o que é percebido pelo próprio morador de rua que procura fazer distinção e afastar-se de tal estigma, como essa autora comenta. Há, com isso, uma negação do direito à cidadania a esse nicho da população.

A negação do direito à cidadania vem sendo questionada com mais vigor após a redemocratização do Brasil, em que brotaram os movimentos populares da população de rua, inicialmente alavancados por instituições que defendem a criança e ao adolescente, como, por exemplo, o Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef – e a Pastoral do Menor e também pela Pastoral do Povo de Rua que reivindicavam mais acesso à cidadania para as pessoas em situação de rua. O Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, ocorrido em 1993, deu mais visibilidade e fortaleceu a participação dessas pessoas na reivindicação da cidadania negada (BRASIL, 2011).

Foram esses movimentos que lançaram as bases para a Política Nacional sobre a População em Situação de Rua que se consolidou, após mais de vinte anos de mobilização popular, com o Decreto n.º 7.053/2009. Esse decreto procura, por meio da intersetorialidade, articular serviços, a fim de garantir o acesso à cidadania para população de rua. Um passo importante para as conquistas da população de rua foi a Lei n.º 12.435/2005 que institui a criação de serviços de amparo voltados especificamente para pessoas em situação de rua (BRASIL, 2011).

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS (BRASIL, 2005) preconiza que os serviços da Assistência Social, por intermédio da Proteção Social Especial, devem atender à população de rua objetivando auxiliá-los a construir projeto de vida, para o acesso aos direitos sociais.

O Decreto n.º 7.053, de 23 de dezembro de 2009, talvez a principal política pública criada até o presente momento, definiu e caracterizou o que seria um cidadão que está em situação de rua: aqueles que utilizam como locais de moradia e sobrevivência, temporário ou permanente, o espaço público (praças, recepções de hospitais públicos, ruas, áreas degradadas, entre outras), os abrigos institucionais e as casas de passagem. Têm em comum a fragilização ou rompimento dos laços familiares e a pobreza extrema.

A Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, realizada entre agosto de 2007 e março de 2008, identificou o seguinte perfil para a população de rua: a maioria era do sexo masculino; mais da metade estão na faixa etária de 25 a 44 anos; 67% são negros; 52,6% recebem entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 semanais; 52,6% exercem alguma atividade remunerada atuando no mercado de trabalho informal: catadores de material reciclável (27,5%), flanelinhas (14,1%), trabalhadores da construção civil (6,3%) e da limpeza (4,2%), carregadores e estivadores (3,1%); 15% é pedinte; 95% não estudava à época da pesquisa; parte considerável é originária do município onde se encontra, ou locais próximos; 69,6% costumam dormir na rua, sendo que cerca de 30% dorme na rua há mais de cinco anos; 22,1% costumam dormir em albergues ou outras instituições; 95,5% não participam de nenhum movimento social ou associativismo; 25% não possui um documento de identificação; 61,6% não exerce o direito de voto; 88,5% não são atingidos pela cobertura dos programas governamentais. Dentre os benefícios recebidos, destacaram-se: Aposentadoria (3,2%); Programa Bolsa-Família (2,3%); Benefício de Prestação Continuada (1,3%). Essa Pesquisa Nacional ainda identificou como principais razões para a situação de rua: alcoolismo/drogas (35,5%); desemprego (29,8%);

desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%). Em relação ao tempo de permanência na rua, 48,8% estão há mais de dois anos dormindo na rua ou em serviços de acolhimento e 60% já estiveram em outros espaços institucionalizados, tais como abrigo institucional, orfanato, casa de detenção e hospital psiquiátrico (BRASIL, 2011).

Esses são os parâmetros para definir o perfil de população de rua de acordo com as Orientações Técnicas para os Centros de Referência Especializada para população em situação de rua e expressam o caráter multifatorial de se estar em condição de rua.

Os vínculos familiares rompidos são substituídos por vínculos construídos no ambiente da rua que pode tornar-se referência como espaço das relações pessoais. Vale ressaltar que a pobreza extrema e a exclusão caminham juntas, uma vez que a primeira não se resume somente à falta de bens materiais, mas prejudica o acesso às garantias sociais estabelecidas pela Constituição Federal de 1988.

Cabe destacar que a definição de risco social e vulnerabilidade não está claramente definida na PNAS, causando confusão no uso desses termos, que muitas vezes são usados como sinônimos (JANCZURA, 2012). Essa autora ainda discute o que é uma situação de risco social que, para além de uma situação imediata de perigo, é a iminência de, em pouco tempo, a pessoa que está em situação de risco sofrer alguma perda na qualidade de vida por conta da falta de prevenção. Assim, a noção de risco está diretamente relacionada às ações (ou falta delas) de prevenção que visem diminuir significativamente ou eliminar o risco.

Já o conceito de exclusão social tem sido comumente usado para definir os principais problemas sociais: o desempregado crônico, o jovem que não consegue inserir-se no mercado de trabalho, o sem-teto etc. Dessa forma, sua definição intimamente se relaciona à questão social. O uso do termo exclusão social, no entanto, exige cautela para não se tornar generalista e desviar das verdadeiras causas que levam à situação atual da questão social, de forma que “o

uso impreciso dessa palavra é sintomático, isto é, oculta e traduz, ao mesmo tempo, o estado atual da questão social” (CASTEL, 2011, p. 22), isso porque o termo é utilizado em diferentes circunstâncias, sem aprofundar-se sobre as particularidades de cada uma dessas situações, nem levar em conta que a exclusão é um processo a acontecer, ou seja, não se trata de uma definição estática, um rótulo a caracterizar uma pessoa, mas “estados [que] não têm sentido em si mesmos. São o resultado de trajetórias diferentes” (Ibd., p. 26).

Castel (2011) também discute sobre a acumulação flexível do capital e o esforço que o poder público está fazendo para buscar medidas paliativas para a dita exclusão social. Paliativas, uma vez que não se aprofundam sobre as causas da exclusão cujo processo passa por essa precarização do trabalho. Propõe ele maior regulação no trabalho, do ponto de vista legislativo, e no sistema de proteção ao emprego como maneira mais efetiva para diminuir a exclusão social. Como ele destaca, porém, predomina um modelo econômico baseado na acumulação flexível do capital enquanto o poder público tenta remediar os sintomas, sem procurar curar a doença.

Para Castel (2011a), o desemprego estrutural – já instalado na nossa sociedade – contribui significativamente para o *status quo* de precarização do trabalho. Tal situação inviabiliza aquilo que se nomeia como “mobilidade ascendente” (Ibd., p. 288), em que a geração seguinte conseguia alcançar melhores condições de vida que a geração anterior.

A precarização do trabalho é responsável pela manutenção do desemprego, pelo aumento da condição de vulnerabilidade social em relação ao trabalho, pelo desrespeito aos direitos conquistados pelos trabalhadores e pela piora nas condições de trabalho. A precarização do trabalho atual deixa nenhuma pessoa em uma condição de vulnerabilidade, podendo chegar a uma condição de exclusão social por um processo da negação de seus direitos, pauperização e omissão do poder público; este, ao optar pelas medidas paliativas, desvia-se do foco que é a

política econômica vigente. Ao olhar-se sob esse prisma, há de questionar-se se nomear um sujeito de excluído, sem levar em conta os processos que ele tem vivido, não seria mais um veículo mantenedor da exclusão do que transformador de tal situação (CASTEL, 2011).

A vulnerabilidade social se relaciona à insuficiência de recursos ou à falta de acesso a eles, seja de ordem financeira e/ou simbólica (ABRAMOVAY *et all.*, 2002). Dessa forma, não há como problematizar a vulnerabilidade sem levar em conta a pobreza, a miséria, a lentidão do poder público e sua desarticulação no que tange aos diversos programas voltados para dirimir a vulnerabilidade.

A vulnerabilidade dos trabalhadores também é percebida pelo esfacelamento do coletivo de trabalhadores, desprovidos das garantias sociais anteriormente conquistadas, “sem vínculos, sem socorro” (CASTEL, 2011a, p. 294). Na sociedade instalou-se um clima de individualismo, onde a ausência de solidariedade é marcante, o que pode ser solo fértil para o surgimento da patologia da solidão (DEJOURS, 2010).

Àqueles que não mais conseguem inserir-se no atual mercado de trabalho, Castel os denomina de “sobrantes” (CASTEL, 2011, p. 35), cujos laços familiares estão rompidos, estão em situação de pobreza extrema e não possuem moradia, resta a rua como abrigo.

Janczura (2012) ainda pondera que vulnerabilidade e risco, embora sejam conceitos diferentes, existe pouca clareza sobre seus usos. Considera ele que o conceito de risco se refere a grupos e o de vulnerabilidade à fragilidade das situações individuais. E, por fim, chama a atenção para a influência da questão econômica, já discutida anteriormente neste projeto, que contribui bastante para a manutenção das situações de risco e vulnerabilidade.

1.3 Trabalhadores precarizados de Norte a Sul do Brasil – uma revisão de literatura

Destacamos alguns aspectos de algumas pesquisas sobre a precarização que afeta alguns grupos de trabalhadores. A fim de identificar possíveis paralelos entre as referidas pesquisas e a pretendida por este projeto, serão apresentados alguns resultados, os quais serão discutidos por meio da Psicodinâmica do Trabalho.

O trabalho informal abrange diferentes contextos socioeconômicos, contudo, como Antunes (2014) ressalta, a permanência em uma situação informal de trabalho aponta para um cenário de precarização do trabalho, onde a ausência de garantias sociais é comum e banalizada. Dessa forma, discorrer-se-á sobre alguns grupos de trabalhadores precarizados que compartilham de ausência de garantias sociais e insipiente acesso à cidadania.

Inicialmente será apresentada a pesquisa que inspirou o tema desta dissertação: a vivência subjetiva do trabalho precoce de meninos e meninas em condição de rua. Em seguida, serão apresentadas as pesquisas que se fundamentaram na Psicodinâmica do Trabalho. Por último, serão apresentados os resultados de pesquisas que, embora não utilizem a Psicodinâmica do Trabalho como principal referencial, trazem em sua essência os temas precarização do trabalho e informalidade. Priorizou-se, nesse último recorte, as pesquisas que tratam de trabalhadores informais da cidade de Manaus.

Alberto (2002) publicou sua tese sobre as vivências subjetivas das crianças e adolescentes que realizam diversos trabalhos na rua e se encontram em condição de rua, na qual ela discorre sobre o trabalho infantil na cidade de João Pessoa, na Paraíba. Mais que a discussão sobre o trabalho infantil, a autora confere a essas pessoas o reconhecimento de que são trabalhadores, um aspecto negado pela sociedade e que é desencadeador de sofrimento naquelas

crianças e adolescentes, principalmente por serem tratadas como “marginais e vadias” (ALBERTO, 2002, p. 202). Outro agravante de sofrimento é o não reconhecimento da sociedade acerca das atividades que executam como trabalho de forma que são vistos pelos clientes, patrões, polícia, familiares como “marginais, pivetes, trombadinhas” (Ibd., p. 196); o descaso, a negligência e a omissão institucional e familiar em relação à sua condição de rua e de trabalhadores precarizados; a violência a que estão submetidos em seus ambientes de trabalho (estupro, assassinato, agressões físicas); o medo da violência, dos perigos e riscos pela sua condição de rua; a humilhação aparece como agravante do sofrimento, praticada tanto pelos clientes quanto pelos patrões desses meninos e meninas; o sofrimento causado pelo assédio a que se encontram submetidas as meninas trabalhadoras.

Quanto às defesas coletivas, ela identificou: nas meninas vítimas da prostituição, a recusa em beijar os clientes; o silêncio quando indagados sobre a natureza das atividades de trabalho, sua situação escolar, seu futuro (isso foi percebido por todas as categorias de trabalhadores pesquisados); o sorriso diante do tratamento dispensado pelos clientes; gracejos e zombarias na relação com os pares; a vadiagem utilizada para regular o tempo de descanso; a virilidade e a negação do medo; a naturalização do assédio sexual (no caso das meninas vendedoras de quentinha); a fuga tanto literal (no caso das meninas vítimas da prostituição) quanto por meio do uso de drogas (no caso dos meninos vendedores e olheiros).

Alberto (2002) caracteriza a Organização do Trabalho baseado nos conceitos de territorialização, estruturação da atividade; inserção e aprendizagem; as relações sociais de trabalho; as exigências e competências; e a divisão sexual do trabalho. A territorialização é a divisão do espaço urbano entre os grupos que o ocupam e o utilizam para morar, trabalhar, pedir e consumir drogas, e são denominados como “pontos”, os quais são territorializados e considerados como propriedade dos indivíduos ou grupos.

Morrone e Mendes (2003) publicaram os resultados de uma pesquisa realizada com 20 trabalhadores informais de uma feira de materiais importados do Distrito Federal que buscou conhecer suas vivências de prazer e de sofrimento. Os resultados da pesquisa de Morrone e Mendes (2003) corroboram estudos anteriores que correlacionam a dinâmica do reconhecimento, a construção da identidade e as vivências de prazer no trabalho. As autoras apontaram que a precarização das condições de trabalho prejudica o funcionamento da dinâmica do reconhecimento e a ressignificação do sofrimento.

Além disso, o coletivo de trabalhadores é frágil. Não há espaço para a fala, o que dificulta a transformação do sofrimento patológico em sofrimento criativo. Outro aspecto apontado pelas pesquisadoras é que o trabalho, ainda que exercido informalmente, é agente de saúde psíquica, sendo fruto da mobilização subjetiva do trabalhador e uma estratégia de enfrentamento diante da precarização do trabalho. Nesse sentido, o desemprego pode levar ao adoecimento psíquico na medida em que impede o trabalhador de acessar a dinâmica do reconhecimento, visto que este se realiza por meio dos pares.

Encontra-se também a temática precarização do trabalho e informalidade nas pesquisas de Cunha (2010), Castro (2013), Giongo (2013) e Ghizoni (2013). A seguir, serão apresentados alguns resultados dessas pesquisas.

Cunha (2010) realizou uma pesquisa sobre as vivências de prazer e sofrimento dos camelôs que trabalham no Centro Comercial de Manaus, com base na Psicodinâmica do Trabalho. Em sua pesquisa com camelôs do Centro Comercial de Manaus, Cunha (2010) identificou que os camelôs são trabalhadores que não conseguiram se reinserir no mercado formal e/ou buscaram a inserção no mercado informal por considerá-la mais vantajosa. Um dos dados encontrados pela pesquisadora foi a baixa escolaridade entre os participantes da pesquisa, o que pode obstaculizar no mercado formal e os mantém no ciclo do trabalho informal.

Cunha (2010) sinalizou que há cooperação entre os camelôs que se ajudam quando não dão conta das atividades ou quando precisam ausentar-se da banca e vendem para o colega. Outro mobilizador de prazer identificado foi o retorno financeiro, com a possibilidade de ser alcançado diariamente e não somente no fim do mês.

Castro (2013) pesquisou sobre os fumicultores do Sul do Brasil, procurando conhecer as percepções destes sobre os impactos da organização do trabalho para suas vivências de prazer e de sofrimento. Essa autora comenta que, na ausência da dinâmica do reconhecimento, o sujeito vivencia o sofrimento. Os fumicultores vendem sua produção a uma única empresa que estabelece com eles uma relação baseada na exploração de sua força de trabalho e na precarização das condições de trabalho. Os agravos para a saúde do trabalhador ultrapassam o aspecto físico e também se relacionam com adoecimento psíquico, como depressão e ansiedade, e, em alguns casos, levando ao suicídio – este último observado em fumicultores que manuseavam praguicidas.

A sobrecarga de trabalho acarreta redução de tempo livre para lazer e repouso. Não há reconhecimento do saber-fazer dos fumicultores. O comprador do tabaco não valoriza o esforço e sacrifício intrínsecos à atividade dos fumicultores. Em caso de perda da safra, cabe exclusivamente ao fumicultor arcar com os prejuízos, o que se configura como fator de sofrimento para esses trabalhadores. As vivências de prazer são relacionadas à lucratividade com a venda do fumo, autonomia e horários flexíveis de trabalho (CASTRO, 2013).

A precarização também está presente nas condições de trabalho dos suinocultores do Sul do Brasil. As práticas de gestão pautadas na acumulação flexível do capital foram incorporadas pela cooperativa a que estão associados e a percepção desses trabalhadores é de que a cooperativa também sofre pressão do mercado internacional, principal cliente. Há vivências de impotência e solidão entre os suinocultores (GIONGO, 2013).

Há certa resignação entre os suinocultores diante das vivências de sofrimento – atreladas à precarização do trabalho – que dificulta a identificação de vivências de prazer na atividade. Os suinocultores se queixam de que sua atividade é socialmente considerada simples, há invisibilidade do seu trabalho (GIONGO, 2013).

Em sua atividade de trabalho, vivenciam a discriminação pela atividade que exercem. Não se sentem reconhecidos pelos pares, nem pela cooperativa, nem pela sociedade. Isso prejudica a identificação de vivências de prazer na atividade de suinocultor (Ibd., 2013).

A pesquisa de Giongo (2013) revelou sofrimento patogênico e servidão voluntária entre os suinocultores, precarização que leva à informalidade; é um modo de trabalho fragilizado por estar desvinculado das garantias sociais.

Ghizoni (2013) se propôs a analisar os dispositivos da clínica do trabalho (análise da demanda, elaboração e perlaboração, construção de laços afetivos, interpretação, formação do clínico e supervisão) com trabalhadores de uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis em Palmas, no Tocantins. O recorte que será apresentado a seguir se deterá aos desencadeadores de sofrimento e mobilizadores de prazer que a pesquisadora encontrou durante a aplicação da clínica do trabalho.

O preconceito é um dos agravantes de sofrimento: os catadores são confundidos com usuários de drogas lícitas e ilícitas, moradores de rua. Ghizoni (2013) encontrou entre os participantes da pesquisa um dependente químico e alguns que, algumas vezes, faziam uso do álcool, mas as suas identidades como catadores era o que eles gostariam que fosse reconhecido, não o estigma de alcoólatra ou drogado. A pesquisadora também apontou que a fragilização dos vínculos familiares se relaciona com uso abusivo de drogas. Como estratégias de enfrentamento, os catadores buscam a religião e a ajuda mútua.

Scherer (2012) realizou uma pesquisa com os carregadores da Estação Hidroviária de Manaus, no período de 2005 a 2008. Essa autora destaca a invisibilidade desse trabalhador, inclusive pelos escassos registros históricos e denuncia o descaso do poder público não somente com essa categoria de trabalhador, mas também com o porto, com o rio, “com a face ribeirinha da cidade” (Ibd., p. 16).

Como a própria autora ressalta, a pesquisa realizada com os trabalhadores do porto é uma tentativa em “etnografar o modo de ser do trabalho dos carregadores” (Ibd., p. 25). Os aspectos que serão apresentados são uma tentativa de releitura da pesquisa de Scherer pelas lentes da Psicodinâmica do Trabalho.

Há de destacar-se que Scherer (2012) identificou estratégias defensivas (DEJOURS, 2007, 2010, 2011, 2012) entre os carregadores como forma de lidar com o sofrimento no trabalho. Uma delas é a negação do adoecimento físico por conta dos esforços físicos que se submetem em seu fazer. Afirmam que “gozam de boa saúde (46,9%) e ainda não adquiriram doenças relacionadas ao esforço físico” (SCHERER, 2012, p. 137). Os carregadores são trabalhadores informais, desprovidos de garantias sociais. Em casos de adoecimento e afastamento do trabalho, perdem seus rendimentos. Muitos são o principal mantenedor da família e, deixar de trabalhar por estar doente, significa aprofundar as vulnerabilidades sociais e até mesmo ficar em uma situação de risco social. Assim, o adoecimento é negado e naturalizado. Scherer (2012) concorda com Dejours (2007, 2010, 2011, 2012) que as estratégias defensivas impossibilitam a transformação do sofrimento.

Em relação às vivências de prazer, os carregadores relatam gostar do seu trabalho, afirmam ser um “trabalho sem patrão. Consideram-se independentes e com liberdade” (SCHERER, 2012, p. 147). Não precisar se reportar a um chefe, ter autonomia para definir o horário de trabalho também foram relatados por outras pesquisas (CASTRO, 2013; GHIZONI,

2013). Cruz (1998) *apud* Scherer (2012) comenta que a iniquidade da relação entre trabalhadores e patrões – fato observado no trabalho dos carregadores – em que os primeiros necessitam dos clientes e da administração do porto, os destitui – para Scherer (2012) – da liberdade que afirmam ter e vivenciam a alienação do trabalho, que, para essa autora, são forjados por meio da exploração, invertendo-se a ideia dos carregadores: o que define seu horário, o valor de seu trabalho, é a organização do trabalho.

Os carregadores ainda carregam o estigma de alcoólatras, agressivos, rudes, confundidos com ladrões. Para a autora, são “os sem direito à cidade” (SCHERER, 2012, p. 123).

A pesquisa de Scherer (2012) também parece indicar que o coletivo de carregadores, apesar da intensa precarização do trabalho, possui laços de confiança e cooperação, como, por exemplo, quando relata que, em casos de carregamento que excede à capacidade de um carregador, os outros carregadores se unem para ajudá-lo. A escala de rodízio é outro exemplo de cooperação entre eles. Vale ressaltar que os carregadores, de acordo com a pesquisa, têm um sentimento de pertencimento em relação ao porto, sentem-se patrimônio daquele lugar.

1.4 Pensando o trabalho como condição essencial para a vida

Para alcançar a complexidade e discutir as vivências sobre o trabalho de moradores de rua é necessário discutir sobre o conceito do trabalhar. Para tanto, esta dissertação se apoia nas reflexões de Arendt (2014) sobre a condição humana, proposta e analisada em três dimensões propostas por essa autora: o *animal laborans*, o *homo faber* e o *biospolitikos*, porém “nenhuma das condições humanas poderia ser eleita como capaz de definir quem é o home, já que nenhuma

pode condicionar o homem de maneira absoluta em detrimento das demais” (MARTINS, 2009, p. 43).

Baseado em uma análise sobre a Idade Antiga, Arendt (2014) analisa a vida dos gregos na polis, propondo o conceito de *vita activa*, composto por três diferentes, porém inter-relacionadas, atividades: o labor, o trabalho e a ação. O labor é a condição necessária da espécie humana compreendido por essa autora como o próprio processo biológico do corpo humano, sendo qualquer ação que vise garantir a sobrevivência humana, sendo, por isso, a condição do *animal laborans*.

O trabalho, que é a obra própria da condição do *homo faber*, é uma estratégia para lidar com a finitude da vida humana, uma forma de garantir a memória do homem e dessa forma sua imortalidade, mesmo após sua morte biológica, ou seja, garante a historicidade da vida humana por meio da obra construída, portanto “deixa atrás de si algum produto que sobrevive à própria atividade e constitui uma adição durável ao artifício humano” (Ibd., p. 172). Ao discutir sobre o significado de imortalidade para a vida humana, essa autora destaca a criação humana – seja um objeto, uma obra ou o discurso – para superar o sofrimento do homem por causa da imortalidade, de sua frágil condição de finitude.

A ação é o grande diferencial entre as atividades humanas, por causa da pluralidade humana, exclusivamente realizada pelos homens, na condição de *biospolitikos* e possível quando as condições de sobrevivência da espécie já estão garantidas. Por isso, para os gregos, “trabalhar significava ser escravizado pela necessidade, e essa escravização era inerente às condições da vida humana” (Ibd., p. 103). Dito de outra forma, o trabalho, tão necessário à sobrevivência da vida humana, impede que o homem exerça a ação e, por isso, outros precisam realizá-lo para que alguns usufruam de sua condição de *biospolitikos*.

Importa nesse momento ressaltar que a pluralidade humana se constata em cada ser humano, pois, embora sejamos semelhantes, somos únicos. A pluralidade se vê em todas as

coisas, inclusive entre a população de rua: embora comunguem de alguns traços e de sofrimentos, são singulares, únicos, “de um modo que ninguém jamais é igual a qualquer outro que vive, viveu ou viverá” (ARENDDT, 2014, p. 10).

O labor e o trabalho têm por finalidade suprir as “necessidades e carências humanas” (Ibd., p. 16) e podem ser realizadas por qualquer ser vivo, ao passo que a ação é a única atividade essencialmente humana, desenrola-se exclusivamente no espaço de discussão e é realizada somente pelo *biospolitikos* cujas características são a igualdade entre os pares e a superação da luta pela sobrevivência da espécie.

O *biospolitikos* se destaca por estar no âmbito da ação e da discussão, no campo da política, por isso, a ação é a atividade que só pode existir dentro da sociedade, é a única que cria relações entre os homens. Ela, contudo, dá-se exclusivamente entre os pares, pois somente os pares são capazes de reconhecer no outro igual condição de argumentação e persuasão – daí a ênfase no discurso e o repúdio à violência.

Na *polis*, para atingir esse *status* de *biospolitikos*, era obrigatório que as necessidades da vida estivessem supridas, porém isso era tarefa de outrem: o *animal laborans* e o *homo faber*. No ambiente doméstico, o *biospolitikos* poderia até mesmo ser tirano e violento, mas na *polis* ele deveria utilizar a persuasão para conquistar a anuência de seus pares e ser livre, o que “significava ao mesmo tempo não estar sujeito às necessidades da vida nem ao comando de outro e também não comandar” (Ibd., p. 39).

Um aspecto importante a destacar-se sobre o *biospolitikos* é a ideia de cidadania: ser cidadão significava estar acima das questões de sobrevivência que assombravam o *animal laborans* e da mundanidade que aprisionava o *homo faber*. A *polis* só era possível porque, no espaço privado, os cidadãos não precisavam preocupar-se em suprir suas necessidades biológicas, estas eram garantidas por outrem.

Essa autora destaca que a sociedade, ao buscar de padronizações – a “normatização”

(ARENDRT, 2014, p. 50) –, diminuiu a possibilidade da ação, uma vez que a pluralidade, necessária para a construção de espaços de ação e de discussão, viu sua importância diminuir. Isso é um dado preocupante, pois é a pluralidade que diferencia os seres humanos dos demais seres vivos e é condição indispensável para assumirmos nosso *status* de *biospolitikos*.

Com o advento da Revolução Industrial e a conseqüente divisão do trabalho passou-se a valorizar a força de trabalho e a gerar-se um excedente. A obra, representada pelos objetos de uso (próprios do *homo faber*) e marca da mundanidade, tornou-se objeto de consumo quando adquiriu *status* de resultado da força de trabalho e deixou de ser valorizado por sua qualidade. Sendo trabalho que “nada deixa atrás de si” (Ibd., p. 107), o trabalho tornou-se uma coisa a ser consumida, e, como tal, perdeu sua função de imortalidade.

O trabalho, na visão de Arendt (2014), é efêmero, cessa junto com a atividade; é marcado por um consumo interminável, desgastando-se constantemente. Adicione-se a isso o fato de vivermos uma sociedade cujo valor é o da “abundância” (Ibd., p. 155), onde todas as coisas se tornam bens de consumo, efêmeras. Por isso, essa autora considera que a nossa sociedade está na condição de *animal laborans*, onde o trabalho tornou-se objeto de consumo e ação perdeu força e espaço. Para ela, vivemos uma sociedade de consumidores e quem não puder consumir, está à margem dessa sociedade. A durabilidade dos objetos é desvalorizada porque isso afetaria a própria dinâmica dessa sociedade, que é consumir cada vez mais. Essa premissa é estendida às demais relações e o resultado é uma sociedade cuja palavra de ordem é a efemeridade aplicada a relações de afeto, de trabalho, de convivência, assim “nossa economia já se tornou uma economia do desperdício, na qual todas as coisas devem ser devoradas e descartadas quase tão rapidamente quanto apareceram no mundo” (Ibd., p. 166).

Enquanto Dejours (2011) vê o trabalho especialmente pela dimensão subjetiva, como uma segunda oportunidade para a construção da identidade do homem, Arendt (2014) reflete sobre a influência do trabalho na vida da sociedade, como atividade necessária à vida humana,

em que não se tem muito espaço para a obra ou para a ação e discussão. Critica ela o trabalho que, ao invés de promover a “emancipação” (ARENDDT, 2014, p. 158), tornou-se peça-chave na vida das pessoas ao ponto de o trabalho e a ação serem considerados supérfluos.

A autora nos convida a refletir se essa condição trouxe mais liberdade ao homem. Embora tenha mais tempo livre e, embora seja auxiliado por uma tecnologia que substitui, pelo menos em parte, o esforço do *animal laborans*, isso não o libertou das necessidades inerentes à condição humana; como *animal laborans que é*, o homem emprega seu tempo para consumir mais, qualquer objeto de uso se torna bem de consumo, perde seu valor de obra, sobrando pouco espaço nessa sociedade para a reflexão. O maior perigo é o engessamento da ação, pois o que nos diferencia de outros seres vivos é a pluralidade humana, nossa capacidade de estar junto com outros e, pelo discurso e pela ação, pensar nossa condição neste mundo, transformando-o. O discurso e a ação, pois, ocorrem quando os homens estão uns com os outros.

Nossa avidez pelo consumo, contudo, embaça qualquer tentativa de estar com os outros, entorpece nossa capacidade de ouvir e respeitar o outro como igual. A sociedade atual consome avidamente qualquer coisa, porque tudo foi coisificado mesmo, e já não se importa em estar junto com o outro. Ainda assim, a autora deposita uma esperança no homem porque o compreende como ser único e surpreendente, por causa de sua pluralidade, “capaz de realizar o infinitamente improvável” (Ibd., p. 220).

A ação e a discussão, conquanto, próprios do *biospolitikos*, estejam mais escassos entre o homens, é possível traçar um paralelo entre essa ideia de espaço de discussão e a organização do trabalho da forma como é vista por Dejours (2011, 2012a), na qual o trabalhador se sente reconhecido por seus pares, o que garante um espaço público da discussão, similar ao discutido por Arendt (2014) e “por causa deste reconhecimento sobre o *fazer* que se pode respeitar e manter relações de convívio com as pessoas pelas quais não se tem grande empatia” (DEJOURS, 2012, p. 41). Ou seja, quando há reconhecimento entre os pares, os trabalhadores

reproduzem em seu ambiente de trabalho a *polis*.

Outra dimensão cara a Dejours (2012a), a cooperação, considerada um dos pilares da emancipação, pressupõe também partilhar esse espaço público da ação e da discussão, pois “trabalhar não é, em tempo algum, apenas produzir: é também e sempre viver junto” (Ibd., p. 38), e viver junto implica respeitar a pluralidade humana de que nos fala Arendt (2014). À medida que há reconhecimento e cooperação entre os pares, abre-se o espaço de discussão, de certa forma os trabalhadores se investem na condição de *biospolitikos*.

1.5 Processos psicodinâmicos do trabalho– primeiras reflexões

Pretende-se discutir, pelas lentes da Psicodinâmica do Trabalho, os processos psicodinâmicos de pessoas em situação de rua que vivem e ocupam as ruas: quais os sentidos que o trabalho representa para as pessoas, se é fator de construção ou desconstrução da identidade, quais vivências de prazer e de sofrimento, as estratégias de defesa e de enfrentamento, como se configura a organização do trabalho e o real do trabalho.

A Psicodinâmica do Trabalho lança um olhar para o espaço das relações de trabalho em que o homem é compreendido como um ser social que, por meio de seu trabalho, interage com os demais trabalhadores, pois “o trabalho não é apenas uma atividade, é ainda uma relação social, pois ele se expande em um mundo humano caracterizado pelas relações de iniquidade, de poder e de dominação” (DEJOURS, 2012a, p. 36).

O trabalho se destaca pela centralidade que ocupa na vida do homem, constituindo-se uma segunda oportunidade na construção da identidade do sujeito (DEJOURS, 2011, 2010, 2012a). Mesmo entre desempregados, a identidade profissional influencia a identidade social,

dado corroborado por Dunezat (2001) *apud* Mendes (2011) em sua pesquisa com desempregados franceses.

Um dos resultados dessa pesquisa foram as vivências de “humilhação e dessocialização progressivas, com reflexos diretos na construção da identidade” (DUNEZAT, 2001 *apud* MENDES, 2011, p. 21). Outra pesquisa aponta que desemprego diminui a autoestima e provoca uma sensação de vazio (VARGAS, 2001 *apud* MENDES, 2011). Karam (2011) assinala que aquele que não consegue emprego se sente rejeitado no meio social.

Ficar sem trabalhar, portanto, contribui para a fragilização da identidade do sujeito (KARAM, 2011). O desemprego, além dos infortúnios financeiros e sociais que inflige, representa “um estado de renúncia e privação de possibilidades de realização de si mesmo” (MENDES, 2011, p. 20). Além disso, quando privado de qualquer inserção no mercado de trabalho, o trabalhador não consegue usufruir dos mobilizadores de prazer que podem ser vivenciados enquanto se trabalha, como, por exemplo, o reconhecimento.

Isso porque o trabalho não é somente fonte de aprisionamento e alienação, também pode ser criação e emancipação (DEJOURS, 2012a). O destaque do trabalho na vida humana ultrapassa o aspecto financeiro, é fonte de emancipação, influenciando aspectos psicológicos, sociais e culturais da vida do sujeito (BLANCH; CANTERA, 2011).

Trabalhar é uma oportunidade de o sujeito transformar-se, é uma chance para a subjetividade ampliar-se ou diminuir-se e é por meio da dinâmica do reconhecimento do trabalho que o homem pode conquistar sua identidade social. Também é investir a subjetividade a favor da superação das lacunas existentes entre a prescrição do trabalho e o real do trabalho. O trabalho pode ampliar a subjetividade das pessoas à medida que elas sentem-se reconhecidas pelo seu fazer. Um dos aspectos saudáveis do trabalho é que por meio dele o homem constrói

sua subjetividade, transformando-se, realizando-se por intermédio do trabalho e transformando o sofrimento no trabalho em prazer no trabalho (DEJOURS, 2012a).

As vivências subjetivas relativas ao trabalho são dimensões discutidas pela teoria da Psicodinâmica do Trabalho, em que se procura refletir sobre a forma como o homem se relaciona com o trabalho e quanto isso pode ser fator protetivo para saúde mental e/ou desencadeador de adoecimentos. É uma teoria do sujeito embasada na psicanálise e na teoria social, influenciada pelo estudo das relações sociais que se estabelecem no ambiente de trabalho (DEJOURS, 2012a).

Um dos fenômenos que atravessam a teoria da Psicodinâmica do Trabalho é o da precarização das condições de trabalho e sua relação com a atual acumulação flexível do capital. Vivemos uma sociedade em que a acumulação flexível do capital é a palavra de ordem. Nesse contexto, o trabalho intensificou seu papel como fonte de emancipação ou como agravante da exploração (MENDES, 2011). A acumulação flexível do capital legitimou a precarização do trabalho marcadamente praticada pela omissão do Estado como regulador da legislação trabalhista. É inegável que tal cenário traz sofrimento psíquico ao trabalhador, visto que fatores como prazer no trabalho, cooperação entre os pares, reconhecimento e mobilização subjetiva – que podem ser protetivos para a saúde do trabalhador – sofrem abalo diante de uma organização do trabalho que prima pelo individualismo e a rivalidade, configurando-se como “modos perversos de organização do trabalho” (Ibd., p. 13).

A precarização do trabalho trouxe consigo o fantasma da instabilidade no trabalho. Com isso, os laços de companheirismo, fundamentais para a cooperação, fragilizaram-se e instalou-se um clima de concorrência entre os trabalhadores, o que “levou à banalização das condutas desleais entre colegas” (DEJOURS, 2012a, p. 87). O clima de insegurança da precarização alimenta o medo e a deslealdade, e paralisa os movimentos sociais que poderiam

resistir à precarização do trabalho. Há uma valorização da “lógica da competitividade – lógica que supõe a prática predatória da eliminação do outro como única solução para a sobrevivência do eliminador, em substituição à lógica da cooperação” (KARAM, 2011, p. 143). O cenário da acumulação flexível do capital responsabiliza o próprio sujeito por sua situação de trabalho, seja bem-sucedida ou fracassada, isentando de qualquer responsabilidade as leis do mercado e o Estado. Assim, há uma culpabilização do sujeito em caso de fracasso, no âmbito do trabalho, especialmente quando está desempregado e não consegue reinsserir-se no mercado de trabalho. Além disso, naturalizam-se as leis de mercado, tornando desnecessária a intervenção estatal e deixando o subemprego e desemprego na invisibilidade (BLANCH; CANTERA, 2011).

Dejours (2007) destaca que não há consenso na sociedade quanto à condição de injustiça em que se encontram aqueles que estão desempregados ou marginalizados – em uma espécie de “clivagem entre sofrimento e injustiça”, o que leva a sociedade assumir uma postura de “resignação” (Ibd., p. 20) em uma relação de causa-efeito que ganha contornos de fatalidade. Assumir essa posição fatalista deixa a sociedade em uma situação cômoda, isentando-a de sua responsabilidade sobre o *status* atual.

O sujeito contribui para a manutenção desse cenário quando nega o próprio sofrimento, a negação do sofrimento no trabalho leva a um processo de dessensibilização que culmina na alienação do sujeito, e, com isso, aliena-se e torna-se surdo e cego, em relação ao sofrimento daqueles que não têm emprego (DEJOURS, 2007).

Os efeitos da precarização do trabalho são “intensificação do trabalho; aumento do sofrimento subjetivo; neutralização da mobilização coletiva contra o sofrimento, contra a dominação e contra a alienação; estratégia defensiva do silêncio, da cegueira e da surdez; individualismo” (Ibd., p. 51).

A precarização do trabalho banaliza o sofrimento no trabalho, naturalizando-o. Isso é preocupante, pois a naturalização do sofrimento no trabalho contribui para que o trabalhador se torne mais resignado e indiferente em relação ao sofrimento vivenciado pelos que estão desempregados, o que contribui para a efetivação da servidão voluntária.

O sofrimento no trabalho, contudo, é vivenciado pelos que estão empregados e pelos desempregados, tanto os que não conseguem empregar-se após a perda do emprego como os que não conseguem reempregar-se (DEJOURS, 2007). O subproletariado corresponde àqueles que moram na periferia, não estão trabalhando ou trabalham subempregados, em condições precarizadas (Id. 1992).

Analisando a situação atual, com base em uma leitura da Psicodinâmica do Trabalho, há de se questionar se não se vive em uma sociedade com traços normopatas, isto é, pessoas que, aparentemente, parecem normais, sem problemas aparentes, contudo abrem mão de sua vivência subjetiva, no qual o sofrimento psíquico não encontra caminhos para ser elaborado, vivenciado (FERRAZ, 2011). Tais traços, que Dejours (2007) denomina de comportamento ou posição, podem ser resultado de uma estratégia de defesa e não parte da personalidade das pessoas que se omitem ou infligem sofrimento aos demais.

A banalização da injustiça no trabalho se efetiva na medida em que se assume uma postura de ignorar o sofrimento do outro – os antolhos voluntários – por meio de uma clivagem parcial, setorizada e pela normopatía que nega o sofrimento. Assim, a normopatía e os antolhos voluntários são as estratégias defensivas necessárias para a disseminação da injustiça social (DEJOURS, 2007).

1.5.1 Na corda bamba das estratégias defensivas

As estratégias defensivas são meios encontrados pelos trabalhadores na busca da “normalidade, que ocorre de saída, como equilíbrio instável, fundamentalmente precário, entre o sofrimento e as defesas contra o sofrimento” (DEJOURS, 2011, p. 62). As estratégias defensivas, contudo, não afastam o risco da alienação por dificultarem o pensar sobre o trabalho, o que as torna ambíguas e podem ser utilizadas pela organização do trabalho como instrumentos de dominação, podendo contribuir para a disseminação da violência manifestar-se coletivamente (Id., 2012a).

As estratégias defensivas podem ser exercidas de maneira coletiva ou individualmente. Ambivalentes, elas podem proteger o trabalhador dos efeitos desestabilizadores inerentes ao trabalho, porém se tornam nocivas quando não conseguem mais exercer esse papel protetivo e impedem a perlaboração e, por conseguinte, a mudança na organização do trabalho; são paradoxais: não fazem sentido para quem não está participando delas, possuem um caráter de eufemização. Embora desempenhem papel importante para proteger a saúde mental, a organização do trabalho pode transformá-las em instrumentos de servidão voluntária e dominação, pois atravessam os limites físicos da organização do trabalho e respingam na vida particular do trabalhador, de forma que seu “lazer, caso exista, será destinado a atividades que esgotam, de maneira a não deixar lugar, em caso de calma, senão à vontade de dormir” (DEJOURS, 2012a, p. 63). Ressaltamos que as estratégias de defesa se processam de forma inconsciente (DEJOURS, 1992, 2011, 2012a; DEJOURS; BÈGUE, 2010).

As estratégias defensivas também levam à alienação e à autoaceleração, presentes não somente em atividades repetitivas, mas também no trabalho de gestores e trabalhadores prestadores de serviço. Para Dejours (2012a), o trabalhador assume a condição de *animal*

laborans (ARENDR, 2014) quando não consegue estabelecer uma relação significativa com seu trabalho. Para suportar o sofrimento inerente a isso, o trabalhador se utiliza das estratégias defensivas de forma pouco saudável e, assim, mantém o ciclo de sofrimento que tal condição de *animal laborans* inflige.

Outrossim, é uma forma encontrada pelo trabalhador para lidar com o real do trabalho, com o sofrimento inerente ao trabalhar, com condições de trabalho geradoras de ansiedade ou medo. Ressaltamos que elas atuam inconscientemente. Dejours (2011), contudo, sinaliza que isso exige um custo psíquico para o sujeito e terminam por agravar tal sofrimento. O caminho mais adequado para o sujeito seguir é o do sofrimento criativo, que não nega o sofrimento no trabalho e busca meios para lidar com ele, pelo emprego da inteligência prática (MORAES, 2013).

Em uma organização do trabalho onde não é possível construir a cooperação entre os pares, as estratégias defensivas coletivas se deterioram, as estratégias individuais de sofrimento se intensificam e ocorre a precarização do trabalho. Dessa forma,

não estão em questão a competência e a habilidade. Porém, mesmo quando o trabalhador sabe o que deve fazer, não pode fazê-lo porque o impedem as pressões sociais do trabalho. Colegas criam-lhe obstáculos, o ambiente social é péssimo, cada qual trabalha para si, enquanto todos sonegam informações, prejudicando assim a cooperação (DEJOURS, 2007, p. 31).

Ainda sobre a precarização do trabalho, pode-se inferir que a sociedade assume estratégias coletivas de defesa – indiferença, resignação, passividade – diante do sofrimento no trabalho, não o reconhecendo como uma condição de injustiça social. Assumir essa posição deixa a sociedade em uma situação cômoda, isentando-a de sua responsabilidade sobre o *status* atual (DEJOURS, 2007). Pensar sobre o trabalho passa também pela desnaturalização e desbanalização de tal injustiça social, o que implica assumir responsabilidades sobre isso.

As estratégias de defesa podem converter-se em uma ideologia defensiva (MORAES, 2013). Isso impede a transformação do sofrimento porque os trabalhadores se esforçam em legitimar a ideologia defensiva e não conseguem elaborar e perlaborar as vivências de sofrimento no trabalho.

Dejours (1992) explica o processo das ideologias defensivas analisando esse subproletariado. Um dos aspectos destacados por esse autor refere-se ao sentimento de vergonha, coletivamente vivenciado pelo subproletariado. Eles envergonham-se de adoecer, pois correlacionam a doença à vagabundagem do subproletariado: “a ideologia da vergonha erigida pelo subproletariado não visa a doença enquanto tal, mas a doença enquanto impedimento ao trabalho” (Ibd., p. 32). O cuidado com a saúde se transforma em questão secundária e desmerecedora de atenção e a ênfase recai no impedimento ao trabalho. Dessa forma, essa ideologia defensiva adquire um papel relevante na manutenção dessa situação e a negação do direito ao cuidado à saúde, para o subproletariado, é legitimada por ele mesmo.

Enquanto as estratégias defensivas podem levar ao adoecimento, o reconhecimento é a via saudável para estabelecermos relações de trabalho dignas, pois como ele não é direcionado para o trabalho e não para as características pessoais daquele que o executa, é possível manter relações de convívio com pessoas que sequer simpatizamos. É pelo olhar do outro – pares e superiores – que legitimamos o reconhecimento do trabalho, condição necessária para a manifestação da inteligência prática que dá sentido ao sofrimento no trabalho na medida em que o sujeito percebe que seus esforços, empenho, dedicação.

1.5.2 O que pode ajudar a transformar o sofrimento em prazer no trabalho?

A transformação do sofrimento no trabalho em prazer implica fortalecer o reconhecimento e a cooperação, dois fatores complementares que dizem respeito às relações de trabalho e afetam a subjetividade do trabalhador. Igualmente importante é propiciar espaços para a elaboração e perlaboração do sofrimento, que pode ser subvertido em prazer pela transformação daquilo que desencadeia sofrimento. Nesse sentido, o trabalho pode ser operador de saúde.

O reconhecimento, segundo Dejours (2012a), pode ser de utilidade – vindo da parte da chefia – ou de beleza, que é exercido pelos colegas de profissão. Em qualquer dos dois casos não é direcionado para a pessoa, mas para o trabalho que ela executa. O reconhecimento passa também pela autorrealização. Nesse contexto, o homem não espera o reconhecimento do outro, mas a própria apreciação. Ainda destaca que o reconhecimento de beleza é o agente da mobilização subjetiva.

Podemos inferir daí que o reconhecimento potencializa o entusiasmo na organização do trabalho, pois renova o entusiasmo, aumenta a tolerância e favorece a cooperação, visto que a cooperação prolifera em espaços de trabalho onde os pares, que conhecem o fazer de cada um, partilham seus conhecimentos, seu saber-fazer, estabelecem regras de ofício e não se sentem ameaçados por isso. Dejours (2012a) destaca que o reconhecimento é o agente transformador de sofrimento em prazer no trabalho.

Este autor prioriza discutir as *atividades* (grifo do autor) humanas, no contexto do trabalho, e não os comportamentos humanos. Para ele, o trabalho coletivo é essencial para a inteligência, a habilidade e a engenhosidade potenciais do trabalhador. “O trabalho coletivo implica a mobilização das inteligências individuais” (Ibd., p. 79).

A cooperação ocorre quando o trabalhador se sente em um ambiente que lhe inspire confiança, pois para cooperar é preciso fazer-se conhecer, dar visibilidade ao seu estilo de trabalhar. Isso significa expor suas falhas, o que se torna viável porque “confiança e lealdade são indissociáveis” (DEJOURS, 2012a, p. 80).

Além do fator confiança, a cooperação se torna possível em um ambiente em que os trabalhadores se sintam à vontade para discutir os diferentes modos de trabalhar, o estilo de cada trabalhador, no espaço da *polis* (ARENDDT, 2014). Esse é um desafio para todo o coletivo de trabalho, visto que discutir o saber-fazer passa por escolher certo saber-fazer e abandonar outros e significa expor-se diante dos pares quanto ao seu saber-fazer.

A dimensão social do trabalho se revela quando há cooperação entre os trabalhadores, o que viabiliza a criação de regras e normas de operacionalização do trabalho, as quais, como na *polis*, são discutidas no espaço de ação e de discussão do trabalho. Isso conduz os trabalhadores a uma condição de *biospolitikos* (ARENDDT, 2014). Cooperação e confiança são essenciais. Caso os trabalhadores não se sintam à vontade para expor-se, submeterem-se ao julgamento do outro e de revelar seu saber-fazer aos colegas de trabalho a dinâmica da cooperação ficará prejudicada.

Dejours (2012a) comenta que tanto o ambiente formal (reuniões de equipe, por exemplo) como os informais (o restaurante onde os trabalhadores almoçam, o vestiário etc.) são espaços de deliberação. Os espaços informais são estratégicos para a construção do espaço da deliberação, pois neles floresce a “atividade deôntica” (Ibd., p. 84), lócus das práticas de convivência, do trabalhar junto. Esses espaços se constituem a *polis* discutida por Arendt (2014).

A ausência de tais práticas pode enfraquecer a cooperação e implicar em práticas autoritárias na organização do trabalho e isso vai refletir-se no espaço de deliberação, que, nesse caso, dar-se-á por meio da imposição do líder sobre os demais trabalhadores.

Nesse contexto, Dejours (2012a) discute sobre a função da arbitragem no trabalho, a qual consiste na prevalência das decisões de certos trabalhadores, que podem ser considerados os líderes, em relação aos outros que formam aquele coletivo de trabalho. Pode dificultar a cooperação no sentido em que pode causar frustrações, sentimento de injustiça, caso não seja legitimada pelo coletivo de trabalho. Por outro lado, a arbitragem é necessária para encerrar discussões intermináveis e sem objetividade que tenham contaminado o espaço da deliberação do coletivo do trabalho.

Como estabelecer um ambiente de trabalho onde o exercício da arbitragem seja possível sem que esta prejudique o da cooperação? Caso haja “cooperação vertical entre chefe e subordinados” (Ibd., p. 82), onde as decisões do chefe são validadas pelos trabalhadores, nesse caso, definido como acordo normativo. Como, por exemplo, as regras de trabalho – acordos normativos que se articulam entre si – as regras de ofício – regras de trabalho consolidadas e transmitidas para os novos trabalhadores – e o espaço de deliberação, propício para a construção das regras de trabalho e de ofício. É um espaço público, comum a todos os trabalhadores. “O espaço de deliberação informal é o lugar do reajustamento, da sintonia fina, ou ainda de ‘interpretações coletivas’ das ordens constitutivas da coordenação” (Ibd., p. 85). Retomando a leitura de Freud (1996), pode-se considerar que, para exercer a arbitragem, o líder precisa ser amado pelos demais, o que facilita sua adesão, que por respeitá-lo e admirá-lo, aceita o exercício da arbitragem.

1.5.3 Prescrições e *Métis*

As prescrições do trabalho são os procedimentos, o planejamento das atividades, o que já está previsto e possui um caminho já estabelecido a ser seguido e operacionalizado. Ressaltamos que as prescrições e as avaliações quantitativas têm uma importância para a organização do trabalho e para a prática da inteligência corporal, contudo a ausência de avaliação qualitativa, validada pelo reconhecimento dos pares, durante as avaliações de desempenho e a valorização do saber-fazer dos trabalhadores esvaziam o processo das avaliações (DEJOURS, 2012a).

Assim, para Dejours (2011), o trabalho vai além das prescrições, é constituído principalmente pelo investimento psíquico do trabalhador a fim de concretizar a atividade. Destacamos que nem a organização do trabalho nem as prescrições sozinhas conseguem atender ao real do trabalho, pois se trata de desafios que não estavam prescritos.

A Psicodinâmica do Trabalho compreende que, para lidar com as vivências de sofrimento inerentes ao processo do trabalho, faz-se necessário superar o hiato entre trabalho real e trabalho prescrito (DEJOURS, 2011). E isso é viabilizado pelo investimento psíquico do trabalhador e de sua subjetividade para dar sentido ao trabalho real, mesmo quando este não corresponde à prescrição (MENDES; ARAÚJO, 2010).

Valendo-se da mitologia grega, Dejours (2012) resgata a estória de Métis, a deusa da Inteligência, astuciosa, que foi engolida por Zeus na tentativa de conservar essa inteligência em seu ventre, sendo por isso uma inteligência visceral. Dessa forma, o corpo é o primeiro a sentir o impacto de qualquer ação e o primeiro a respondê-la. Manifesta-se na inteligência prática do sujeito, como explica Dejours (2012).

Trata-se de “um saber não sabido” (CERTEAU, 2008, p. 143). Esse autor, ao analisar o cotidiano de consumidores, trouxe à discussão as diferentes formas que os consumidores, muitas vezes considerados passivos ante as circunstâncias que lhe são impostas, encontram para subverter ações opressivas que venham a sofrer. Interessante apontar que essa resistência à dominação, que pode ser sutil ao ponto de tornar-se imperceptível, encontra um paralelo com a subversão apontada por Dejours.

A Métis “desaparece no seu próprio ato, como que espelho para re-presentá-la; não tem imagem própria” (Ibd., p. 157). Ela revela-se nas “artimanhas” (DEJOURS, 2012, p. 47), que são idealizadas e praticadas pelo corpo, embora o sujeito não se dê conta de que está praticando. Essa inteligência prática está presente nas várias maneiras encontradas pelos trabalhadores para dar conta do real do trabalho e do real do mundo social.

Além de precisar lidar com o sofrimento inerente ao real do trabalho, o sujeito também se depara com as relações de poder e de dominação presentes nos espaços de trabalho (DEJOURS, 2012). Assim, trabalhar é também superar esse “real do mundo social” (Id., 2012a, p. 36). Ainda acerca das relações de poder, Certeau (2008) considera que essa inteligência se manifesta pela astúcia que é a arma do dominado, sendo por ele denominada como táticas que aproveitam o momento, como se estivessem caçando, em uma tocaia constante.

A inteligência prática é a extensão da própria subjetividade, somente utilizada por trabalhadores zelosos que se dispõem a usá-la (DEJOURS, 2012). O trabalho se efetiva por meio das trocas entre os trabalhadores, que podem ser mediadas pela prescrição, para, baseado nesta, os trabalhadores realizarem as adaptações que julgarem necessárias:

Para que o processo de trabalho funcione, é necessário reajustar as prescrições e desenvolver a organização do trabalho efetiva, o que é diferente da organização do trabalho prescrita. Entre uma e outra se interpõe uma série de iniciativas complexas, que, desde que sejam eficientes, levam à formação de “regras de trabalho”, ou mesmo de “regras de ofício” (DEJOURS, 2012, p. 37).

A emancipação deriva de um esforço pessoal, é escolher pensar sobre o sofrimento do trabalho, conduzindo assim ao sofrimento criativo. A negação do sofrimento, ao contrário, leva o trabalhador ao sofrimento patogênico. Em ambos os casos, há sofrimento ético. Quando patogênico, o sofrimento ético surge quando o trabalhador age de forma desleal para com seus pares e/ou subordinados, podendo estar motivado pelo medo do desemprego. Na tentativa de dar conta desse sofrimento, o sujeito pode recorrer à racionalização. O sofrimento, contudo, pode ser o ponto de partida para as transformações na organização do trabalho, no relacionamento entre os pares, na cooperação.

E o que seria o real do trabalho? Dejours (2012) o define como o obstáculo que desafia a técnica, o conhecimento, o saber-fazer. O real se revela no fracasso da aplicação da técnica do trabalhador e é vivenciado por meio de sentimento de impotência, de fracasso, de desânimo, de angústia, por isso o real se revela de forma afetiva para o trabalhador. E, para superar tais obstáculos, o trabalhador precisa utilizar de seus talentos pessoais, investindo sua criatividade, sua subjetividade, sua inteligência inventiva. Esta última se constrói no dia a dia, no confronto com esse real que dificulta a ação efetiva do trabalho.

O trabalho real é o inesperado, o qual não poderia ser previsto, foge ao planejado, não foi pensado ou imaginado pelo trabalhador. Opõe-se ao pressuposto da estabilidade do paradigma tradicional da ciência que defende a controlabilidade e previsibilidade dos fenômenos. A leitura de trabalho proposta pela Psicodinâmica do Trabalho dialoga com os paradigmas da “ciência novo-paradigmática emergente” (VASCONCELLOS, 2010, p. 104), em que o trabalho é compreendido como um fenômeno que melhor pode ser compreendido pelo paradigma da complexidade. O trabalho é um fenômeno que não pode ser analisado sem contextualizá-lo, ampliando o foco de forma a voltar o olhar para a organização do trabalho, as relações entre os trabalhadores, a subjetividade do trabalhador. O real do trabalho mostra sua face pelo fracasso, pela resistência ao conhecimento, ao saber-fazer do trabalhador. É, portanto,

um pressuposto da instabilidade. O trabalho não pode ser medido objetivamente porque se dá no plano da invisibilidade e o trabalhador se relaciona afetivamente com ele.

Exige do trabalhador o investimento de sua criatividade, sua inteligência, sua mobilização subjetiva e sua subversão diante do trabalho prescrito. Dessa forma, trabalhar é inventar, criar meios para alcançar o real do trabalho. Trabalhar é, em síntese, vivenciar sofrimento ao deparar-se com a enorme distância entre o prescrito e o real do trabalho e o cenário onde tal embate se desenrola é a organização do trabalho (as prescrições e meios de controle).

Isso implica em sofrimento, compreendido como ponto de partida para que o sujeito aja sobre o mundo; é por meio dessa vivência de sofrimento que o sujeito procurará meios para superar o real do trabalho (DEJOURS, 2012). A Psicodinâmica do Trabalho considera os aspectos até aqui discutidos elementos que compõem as dimensões subjetivas do trabalhar. Tais pressupostos constituem-se um dos pilares em que esta dissertação se apoia para discutir as vivências subjetivas do trabalhar para as pessoas em situação de rua que ocupam a rua Silva Ramos, no centro da cidade de Manaus.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Este capítulo discorre sobre a trajetória metodológica vivenciada durante a pesquisa. Conforme comentado anteriormente, a experiência como psicóloga de uma instituição voltada para população de rua agregada a uma leitura psicodinâmica do contexto social dos moradores de rua contribuíram fortemente na escolha do tema.

O serviço de acolhimento, cuja localização (Figura 1) e fachada (Figura 2), foi minha primeira experiência como psicóloga, recém-formada, com um desejo intenso de aplicar os conceitos discutidos durante a graduação; a Psicologia Comunitária e a Psicodinâmica do Trabalho me ajudaram naquele campo de trabalho e me encorajaram a mergulhar naquelas águas escuras do fazer do psicólogo na Assistência Social, campo árido, doloroso, mas enigmáticamente apaixonante.

Por dois anos, trabalhei na área da Assistência Social e ainda ali estaria não fosse a precarização do trabalho que assola tanto os usuários quanto os profissionais. De todo o modo, esse período foi revivido nesta dissertação, pois, além do questionário semiestruturado, da observação clínica, de uma aproximação inicial com a etnografia, revivi aqueles espaços por meio do diário de campo. Assim como Guedes (2013) e Martins (2009), também utilizei as cenas vividas naquele espaço – tanto quando ali trabalhei como quando retornei à rua Silva Ramos para entrevistar os moradores de rua.



Figura 1 – Localização geográfica do SAI Amine Daou Lindoso

FONTE: <https://www.google.com.br/maps/place/R.+Silva+Ramos+-+Centro,+Manaus+-+AM/@-3.1217624,-60.0216105,17.5z/data=!4m2!3m1!1s0x926c056076029b53:0xddfaf404d3123fbc>

Acesso em: 21 abr 2015.



Figura 2 – Vista Frontal do SAI Amine Daou Lindoso

FONTE: Foto produzida pela própria pesquisadora, 2015

Guedes (2013), ao refletir e discutir sobre o acolhimento institucional de crianças e adolescentes, analisa e re-analisa os conteúdos de seu diário de campo em que registrara cenas do cotidiano de sua experiência como psicóloga recém-formada em um abrigo. Assim, também procuro agregar aos instrumentos acima citados, um diário de campo recortado pelas lembranças das intervenções realizadas no SAI, pelo contato com os usuários – que se constituem a primeira parte da imersão no campo – e das entrevistas realizadas na rua Silva Ramos, embaixo de árvores, sarjetas ou marquises, locais onde se encontravam os participantes. Nesses dois momentos de campo, assumi papéis diferentes, mas não conflitantes: psicóloga-pesquisadora ou pesquisadora-psicóloga, não sei qual a hierarquia desses papéis, eles complementavam-se e acredito que não seria uma, sem ser a outra. Por isso, visitar aquela rua no segundo momento, já na pele de pesquisadora, não me impediu de atuar como a psicóloga que acolhia e buscava encaminhar as demandas que eles traziam.

Escolhi a pesquisa qualitativa como o caminho a ser trilhado neste projeto. Trata-se de uma pesquisa de cunho social, na qual o paradigma de sujeitos de pesquisa é desconsiderado e os entrevistados são considerados participantes desta pesquisa.

Outros motivos que me fizeram escolher a pesquisa qualitativa foi porque considera relevante o contexto sócio-histórico, a existência de uma consciência histórica, a função política que a ciência irá exercer baseado no saber construído e a constatação de que a pesquisa é um retrato aproximado da realidade, sendo esta muito maior e mais rica que a teoria dali construída (MINAYO, 2004).

Como instrumentos da pesquisa, utilizei a entrevista semiestruturada, bastante aplicada em pesquisas com leitura da Psicodinâmica do Trabalho, no intuito de acessar a escuta e a fala, que são fundamentais para a Psicodinâmica do Trabalho (MENDES, 2007).

Quanto à entrevista, pode ser coletiva ou individual; sendo coletiva, o pesquisador deve garantir que todos os participantes se manifestem, “escutando as contradições do discurso e buscando favorecer a construção coletiva sobre a realidade de trabalho compartilhada pelo grupo pesquisado” (MENDES, 2007, p. 71).

As entrevistas foram inspiradas nas entrevistas narrativas (JOVCHELOVITCH e BAUER, 2010). Tais autores recomendam essa técnica quando se deseja resgatar acontecimentos sociais pela ótica dos participantes. Aplicam-se especialmente em projetos que visam compreender os contextos sócio-históricos por meio da história de vida dos participantes. É uma técnica adequada para “fotografar” a subjetividade, pois “a narrativa privilegia a realidade do que é *experenciado* pelos contadores de história: a realidade de uma narrativa refere-se ao que é *real* para o contador de história” (Ibd., p. 104).

Acerca dessa escuta, vale ressaltar que se alicerça não somente nos pressupostos da psicanálise, mas no contexto das relações de trabalho, as quais são analisadas à luz da Psicodinâmica do Trabalho. Se falar implica em um risco para o trabalhador que se expõe ao julgamento do outro, escutar também é um risco na medida em que se depara com o sofrimento daquele que fala, impulsionando o que escuta a posicionar-se diante do revelado, tornando visível aquilo que a banalização encobriu, dessa forma é uma “escuta arriscada” (MARTINS & MENDES, 2012, p. 175; DEJOURS, 2012a).

O pesquisador deve ter uma postura de acolhimento ao que vai escutar, mesmo que não atenda a suas expectativas, evitando olhar o participante como objeto de pesquisa, coisificando-o, mas como sujeito (MENDES, 2007). Além disso, o pesquisador deve assumir uma postura clínica de escuta, demonstrando empatia e interesse genuínos pelos participantes da pesquisa, “buscando apreender os conteúdos psicológicos latentes, além do manifesto, que se revelam em verbalizações” (Ibd., p. 68).

Mendes (2007) recomenda que, durante as entrevistas, leve-se em conta a linguagem dos participantes, utilizando a associação livre, a deflexão e a estimulação. A associação livre a fim de trazer à consciência os conteúdos referentes ao trabalho que estão latentes. A deflexão consiste em fazer o participante ouvir a própria fala, fazendo-o pensar sobre o que falou. A estimulação consiste em adotar uma postura empática e genuinamente interessada na fala do participante.

Quanto aos instrumentos de pesquisa, esclareço que a entrevista semiestruturada ocorreu na maioria das vezes individualmente. Aos participantes foi dada a opção de realizá-las em grupo, porém eles optaram por responder individualmente. Em relação ao conteúdo da entrevista, adotei questões norteadoras, coerentes com o que se propunha investigar, descritas no Apêndice I.

Preliminarmente fez-se uma inserção no campo com o objetivo de verificar a compreensão dos participantes em relação ao conteúdo da entrevista semiestruturada e efetuar os possíveis ajustes nos instrumentos. Os materiais para produção de dados foram o computador para registro do diário de campo e um gravador de áudio.

Outro instrumento utilizado na pesquisa foi a observação clínica; ela vai além do registro do que foi observado, isto é, “trata-se não apenas de restituir os comentários dos trabalhadores sobre o sofrimento, mas de articulá-los à medida que o pesquisador propõe seu comentário subjetivo” (DEJOURS, 2011, p. 142). É uma etapa da pesquisa feita após a imersão no campo. Com a observação clínica, pretende-se enfatizar “o trabalho psíquico do pesquisador (Ibd., 2011, p. 143) e auxiliar a compreensão da dinâmica daquele espaço.

É a “matéria-prima” (Ibd., p. 144) que pode ser um disparador de discussão entre o coletivo de pesquisadores que podem propor novas interpretações acerca do que fora observado.

Para descrever as cenas, tanto as ocorridas no período em que trabalhei na Assistência Social quanto no segundo momento em que visitei a rua Silva Ramos para entrevistá-los, analisei os dados produzidos no diário de campo. Para isso, aproximei-me da Cartografia para produzir o diário de campo (BARROS & KASTRUP, 2009).

A Cartografia propõe que não há etapas separadas de pesquisa (coleta, análise, discussão dos dados); ao contrário, são inseparáveis, “como o próprio ato de caminhar, onde cada passo segue o outro num movimento contínuo, cada momento da pesquisa traz consigo o anterior e se prolonga nos momentos seguintes” (Ibd., 2009).

Coabitar os espaços vivenciais que se pretende pesquisar também é outra proposta desta pesquisa, pois é no cotidiano que as vivências dos sujeitos serão testemunhadas. Faz-se necessário, portanto, que o pesquisador se coloque ao lado dos participantes, sinta – ainda que de forma incompleta –, pois o pesquisador é outro sujeito no espaço a ser vivenciado e se permita ser afetado pelos participantes e os afete também; tanto essas impressões quanto o relato objetivo das atividades e visitas devem ser registrados no diário de campo, importante instrumento para a produção de dados; o relato objetivo se refere a informações como: data da atividade, nome da atividade, participantes, pessoa responsável pela atividade, breve descrição da atividade (Ibd., 2009); já o relato das impressões busca

“captar e descrever aquilo que se dá no plano intensivo das forças e dos afetos. Podem conter associações que ocorrem ao pesquisador durante a observação ou no momento em que o relato está sendo elaborado. (...) A escrita do relato não deve ser um mero registro de informações que se julga importantes. Longe de ser um momento burocrático, sua elaboração requer até mesmo um certo recolhimento, cujo objetivo é possibilitar um retorno à experiência do campo, para que se possa então falar de dentro da experiência e não de fora, ou seja, sobre a experiência. Há uma processualidade na própria escrita. Um processo aparentemente individual ganha uma dimensão claramente coletiva quando o texto traz à cena falas e diálogos que emergem nas sessões ou visitas ao campo” (Ibd., p. 71).

A inserção no campo começou com um pedido de autorização à gestão do SAI e do Centro-POP. Após meu desligamento do SAI, reiterei verbalmente junto à chefia desses serviços a autorização para a realização da pesquisa. As primeiras visitas ao campo ocorreram antes da qualificação do mestrado, nas dependências do SAI. Dos quatro primeiros participantes, dois continuam morando no SAI, um deles viajou para outra cidade e o último continua trabalhando na instituição como bolsista do programa Passaporte para Cidadania, o qual será posteriormente explicado. O segundo momento da visita ao campo ocorreu em novembro e dezembro de 2014 e a maioria das entrevistas foi realizada nas marquises da rua Silva Ramos, nas calçadas, nos bancos da pracinha que ali existe. Apenas duas das demais entrevistas foram realizadas nas dependências do SAI, porque se tratava de dois usuários daquele serviço.



Figura 3 – Local onde ocorreram diversas entrevistas
FONTE: Foto produzida pela própria pesquisadora, 2015

Na foto acima está retratado um dos lugares da rua Silva Ramos, onde se realizaram diversas entrevistas, sob o sol e sob a chuva, suportando o calor de um dezembro excepcionalmente de temperaturas elevadas: o banco de concreto, visto no sentido rua Silva Ramos em direção à avenida Comendador Clementino.

Os participantes foram doze usuários dos serviços oferecidos pela Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos da Prefeitura de Manaus – SEMMASDH: o SAI Amine Daou Lindoso e o Centro-POP que sobrevivem trabalhando como olheiros de carros, como bolsistas de um programa social vinculado à Prefeitura Municipal de Manaus, ou trabalhadores sem vínculo empregatício. O número de participantes poderia mudar, de acordo com a necessidade de saturação da informação. As entrevistas duraram em média trinta e seis minutos. Dos doze participantes, quatro aceitaram participar em duplas.

A análise de dados foi realizada pela adaptação proposta por Moraes (2010) à Análise de Teoria Fundamentada ou Método da Comparação Constante, a qual busca os elementos comuns das entrevistas que são agrupados em categorias para facilitar a análise dos dados e se fundamentou principalmente na teoria da Psicodinâmica do Trabalho. Excluem-se as pessoas que não estão em situação de rua, mas são trabalhadores informais. Aos participantes foi conferido o total anonimato.

2.1 O campo de pesquisa: o espaço vivencial dos moradores de rua em uma das ruas de Manaus e as políticas públicas que os atravessam

O campo de pesquisa escolhido foi a rua Silva Ramos, na região central de Manaus, por ali se localizarem dois equipamentos que prestam assistência aos moradores de rua: o SAI

Amine Daou Lindoso e o Centro-POP. Em novembro de 2014, o Centro-POP passou a funcionar em outro endereço, a rua da Legião, no bairro de Presidente Vargas, localizado na área central da cidade.

Antes de discorrer-se sobre as políticas públicas voltadas para a população de rua e que norteiam o fazer dos dois equipamentos supracitados, vale refletir sobre o papel do espaço na relação do morador de rua com a rua Silva Ramos. Apesar de utilizar a nova sede do Centro-POP com habitualidade, alguns moradores de rua continuam vivendo e trabalhando na rua Silva Ramos sinalizando que podem haver vínculos que os mantêm nesse lugar. O que os faz continuar a ocupar o espaço da rua Silva Ramos?

Santos (1999), ao discutir sobre alguns conceitos geográficos, ajuda a compreender melhor a relação homem-espaço. Para ele, o espaço, a paisagem e o território possuem significados diferentes. O território diz respeito aos limites geográficos – naturais ou feitos pelo homem – porém desprovido das relações sociais. A paisagem se refere a formas naturais ou modificadas pelo homem. Pode ser uma floresta, uma cidade, uma rua. Na paisagem, os objetos possuem uma historicidade: eles possuem um passado e um presente. A paisagem carece de vida, de dinamismo, no entanto. Somente com a intervenção do homem naquela paisagem, ao atribuir-se sentido a uma determinada paisagem, é que se tem um espaço.

O espaço vive sempre o tempo presente porque nele se desenrolam as transformações. É a ação humana sobre a paisagem. O espaço é dinâmico porque a sociedade constantemente o transforma e lhe atribui novos significados. Já a configuração territorial é marcadamente caracterizada pelas paisagens naturais e pelos limites impostos pelos homens. A comunicação, nesse contexto, adquire importância: é pela interpretação das situações objetivas que se constroem novas compreensões (SANTOS, 1999).

Um território, para Santos (1999), tornar-se-á um espaço se habitado e vivenciado pelo homem. Certeau (2008) o vê como um “lugar praticado” (Ibd., p. 202), inscrito na vida, no cotidiano dos que ocupam tal espaço. Assim, ao discorrer sobre os significados de um bairro para um transeunte, ele destaca a historicidade de tal bairro para a pessoa que por ali caminha, que se apropria daquele lugar, resignificando-o, de forma que a experiência com o espaço é “a relação com o mundo” (Ibd., 2008, p. 202).

Para além disso, o transeunte estabelece com o caminho que percorre “um processo de *apropriação* do sistema topográfico” (Ibd., 2008, p. 177), que passa a ser vivenciado de uma forma mais íntima e afetiva. Esse autor compreende o caminhar como um processo em que descobre novos trajetos, define os proibidos, e assim os constrói e os resignifica.

Os sistemas de objetos e de ações integram o espaço. Na compreensão de Santos (1999), os objetos se definem por sua relação com o homem: “aquilo que o homem utiliza em sua vida cotidiana” (Ibd., p. 54). É a sociedade que dá sentido aos objetos e estes só existem dentro das relações sociais humanas, sendo, portanto, imbuídos de uma “intencionalidade” (Ibd., p. 74). Assim como a paisagem, os objetos têm historicidade e seu significado, para o homem, muda, transforma-se de acordo com o contexto social e temporal.

Nesse contexto, a cidade assume um papel fundamental, pois é o “espaço onde os fracos podem subsistir” (Ibd., p. 258). É nesse espaço que homens e mulheres vivem (ou sobrevivem), fazendo dele a um só tempo espaço de convivência e trabalho, resignificando o sentido de lar, no âmbito do público.

Certeau (1998), ao discutir a relação que o homem constrói com seu espaço, reflete sobre essa resignificação, em que o transeunte vai dando aos objetos da rua um novo sentido, descobrindo e redescobrendo os caminhos, atalhos, construindo um vínculo com a rua. Pensar

de que forma se dão esses processos de vinculação é o convite irresistível que esse autor faz ao afirmar que

Caminhar é ter falta de lugar. É o processo indefinido de estar ausente e à procura de um próprio. A errância, multiplicada e reunida pela cidade, faz dela uma imensa experiência social da privação de lugar – uma experiência, é verdade, esfarelada em deportações inumeráveis e ínfimas (deslocamentos e caminhadas), compensada pelas relações e os cruzamentos desses êxodos que se entrelaçam, criando um tecido urbano, e posta sob o signo do que deveria ser, enfim, o lugar, mas é apenas um nome, a Cidade. A identidade fornecida por esse lugar é tanto mais simbólica (nomeada) quanto, malgrado a desigualdade dos títulos e das rendas entre habitantes da cidade, existe somente um pulular de passantes, uma rede de estadas tomadas de empréstimo por uma circulação, uma agitação através das aparências do próprio, um universo de locações frequentadas por um não lugar ou por lugares sonhados (CERTEAU, 2008, p. 183).

Cria-se um sentimento de intimidade nessa “errância” entre o morador de rua e a própria rua, de descobertas e ressignificações desses espaços que ele apropria-se e os transforma. A rua, contudo, é lugar de risco e vulnerabilidade sociais, exigindo cuidado e atenção redobrada de quem a escolhe como lar. Surge daí uma questão social que passa a merecer a atenção do Estado no sentido de encontrar soluções que deem conta da complexidade que tal questão demanda.

Como resposta a essa e a outras questões tecidas pelo fio da vulnerabilidade e risco sociais, foi criado o Suas, modelo de gestão descentralizado e participativo, compartilhando responsabilidade e co-financiamento entre as esferas de governo municipais, estaduais e federais (POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS, 2004).

O Suas oferece serviços pelas demandas e especificidades de cada público. Assim, encontramos serviços voltados para a Proteção Básica, a Média Complexidade e a Alta Complexidade. Um dos critérios de diferenciação de cada um desses segmentos está na relação dos usuários com seus vínculos familiares e comunitários: na Proteção Básica esses vínculos encontram-se preservados; os serviços da Média Complexidade atendem às famílias e pessoas cujos direitos foram violados, mas que não perderam seu vínculo com os familiares e com a comunidade. Quanto aos serviços voltados para a Alta Complexidade, destinam-se às pessoas

cujos vínculos familiares e comunitários estão rompidos (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2009).

Os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) são os serviços disponíveis para a Proteção Básica. A Proteção Social Especial visa resgatar os laços familiares e/ou comunitários que foram ou estão na iminência de serem rompidos. Assim sendo, os serviços são estruturados de acordo a gravidade das perdas dos laços familiares e comunitários, conforme comentado anteriormente.

Para os casos de Média Complexidade, os serviços são oferecidos pelos Centros de Referência Especializado da Assistência Social – Creas; para os casos de Alta Complexidade, a PNAS prevê alguns serviços, tais como o Atendimento Integral Institucional, a Casa Lar, a República, a Casa de Passagem, o Albergue, a Família Substituta, a Família Acolhedora, entre outros serviços destinados às pessoas que se encontram sem referência familiar ou comunitária ou que estejam sofrendo ameaças e, por isso, foram retiradas de seu convívio familiar e/ou comunitário (POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS, 2004).

Nesse contexto, a população de rua é um dos grupos de usuários atendidos pela Proteção Social Especial. A política de Assistência Social prevê a oferta de serviços de criação de um projeto de vida, primordial para o acesso à cidadania. Dessa forma, os serviços são realizados de forma individualizada e “comportam encaminhamentos monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada” (POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS, 2004, p. 31). Para tanto, podem ser necessárias parcerias com o Poder Judiciário e Ministério Público, por exemplo.

Dentre os serviços oferecidos pela Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social, esta pesquisa terá como lócus a Casa de Passagem e o Centro-POP. A Casa de Passagem visa oferecer “acolhimento imediato e emergencial para

famílias ou pessoas do mesmo sexo e trabalhará na perspectiva de atender a demanda específica, verificar a situação apresentada e assim realizar os devidos encaminhamentos” (TEXTO DE ORIENTAÇÃO PARA O REORDENAMENTO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO PARA POPULAÇÃO ADULTA E FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RUA, s/d., p. 5). O Centro-POP se constitui a porta de entrada para os serviços socioassistenciais. A vinculação do usuário aos serviços é decisiva para iniciar o processo de saída das ruas.

Esta pesquisa escolheu como lócus os espaços onde estão localizados os referidos equipamentos da Assistência Social do município de Manaus: a rua Silva Ramos, localizada no centro de Manaus, onde se localizam o SAI Amine Daou Lindoso e o Centro-POP até outubro de 2014, mantidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, vinculada à prefeitura municipal.

O SAI Amine Daou Lindoso, localizada na região central da capital do Amazonas, acolhe e atende a pessoas em situação de rua, na faixa etária superior a 18 anos e inferior 60 anos, cujos vínculos familiares estão precarizados ou destruídos. Associado à situação de fragilização familiar, tais pessoas encontram-se em vulnerabilidade social por conta da dependência química de drogas ilícitas e/ou lícitas, desemprego, adoecimento físico (especialmente acometidas pela tuberculose e/ou aids) e/ou psíquico (sofrimentos psíquicos leves ou severos). Além desse público, a Casa de Passagem acolhe e atende aos migrantes sem condições financeiras nem referências familiares para estabelecer-se na cidade.

O Centro-POP se localizava no mesmo endereço que a Casa de Passagem, utilizando anexos do estabelecimento para atendimento à população em situação de rua. Além dos atendimentos psicossociais, também realizam encaminhamentos para a rede socioassistencial e de saúde, assim como encaminhamentos para acolhimento institucional na referida Casa de Passagem.

2.2 Das visitas ao campo

Iniciamos a ida ao campo em setembro de 2014, período em que entrevistamos quatro participantes que estavam acolhidos no SAI Amine Daou Lindoso. Nos meses de novembro a dezembro do mesmo ano, retornamos ao campo para dar continuidade à produção de dados.

O retorno foi marcado por um sentimento de apreensão, pois iniciariamos a pesquisa com os moradores de rua que vivem ou trabalham na rua Silva Ramos, ou, dito de outra forma, os que compreendiam aquela rua como seu espaço geográfico (SANTOS, 1999).

Inicialmente visitamos o Centro-POP, no horário das 11h da manhã, a fim de convidar os usuários daquela instituição para participar da pesquisa. O horário, no entanto, foi inapropriado, visto que o almoço, naquela instituição, é servido às 12h e não havia ninguém às 11h. Como não poderíamos esperar, apresentamos a proposta da pesquisa para a psicóloga da instituição e indagamos se, com a mudança de endereço da referida instituição, os moradores de rua continuavam ocupando a rua Silva Ramos. Confirmou ela que alguns continuavam trabalhando naquela rua e se comprometeu a perguntar, dentre eles, quem gostaria de participar da pesquisa.

A psicóloga nos contatou informando que alguns aceitaram participar e nos esperariam na rua Silva Ramos e comentou sobre a curiosidade que a pesquisa despertou entre os moradores de rua, o que nos causou surpresa.

O ponto de encontro foi o banco de pedra (Figura 3), próximo à lanchonete na Silva Ramos. Um antigo acolhido do SAI estava lá e outras pessoas que não conhecíamos. Um rosto conhecido era tudo que precisávamos para nos aproximar daquelas pessoas. Nós nos apresentamos como estudantes da Universidade Federal do Amazonas, falamos sobre a pesquisa, enfatizando a questão do sigilo. Perguntaram se nós os fotografariamos, se divulgaríamos o nome verdadeiro.

Aos poucos outros moradores foram chegando àquele ponto de encontro que é deles, um espaço por eles ocupado. Aproveitamos para convidá-los também a participar da pesquisa. Alguns deles aceitaram participar, outros prometeram que participariam, porém desistiram posteriormente. Foi nessa ocasião que ficamos sabendo sobre o tiro que Thiago havia levado e sua dificuldade em conseguir agendar atendimento para cirurgia, pelo SISREG e sua dificuldade em conseguir acolhimento no SAI Amine Daou, tendo de recorrer à sede da SEMMASDH para obter uma vaga. Thiago está sem documentos, porém possui cartão do SUS. O lugar da psicóloga da Assistência Social lutava com o lugar da pesquisadora. De certa forma, a apreensão em voltar para a rua Silva Ramos era relacionada às mobilizações profissionais que nos suscitam aquelas demandas. O SISREG possui um sistema de fila eletrônica; assim, Thiago ficaria nessa fila. Não é o que ocorre, porém desconhecemos o motivo. Sabemos, no entanto, que um direito está sendo negado a Thiago, o que só aumenta nosso sentimento de impotência.

Um fato nos surpreendeu ao final daquele encontro: os moradores de rua compraram refrigerantes e nos ofereceram. Bebemos todos ali, embaixo da árvore, alguns em pé, outros sentados no banco de pedra.

No dia seguinte, efetivamente começamos a entrevista com Bartolomeu. Compramos refrigerante e bolachas; lanchamos todos ali, no mesmo banco de pedra, após a entrevista com Bartolomeu, que preferiu fazê-la sozinho, em um ponto mais afastado do mesmo banco de pedra, onde tínhamos um mínimo de privacidade.

Foi nesse banco de pedra que entrevistamos André, num dia extremamente quente. As condições climáticas do local da entrevista são precárias: a sensação térmica é de mais de 40°C, como se estivéssemos dentro de um forno, mesmo debaixo da árvore, suamos junto com André. Se para nós o momento era incômodo, indagamo-nos como André estaria se sentindo. Com uma voz cansada e suando abundantemente, André confirmou que seu estado não era somente

consequência do calor, mas também dos efeitos colaterais do tratamento médico. Para garantir o sigilo, não divulgamos qual é a doença de André. Naquele dia, também entrevistamos Thiago.

Uma das coisas que mais marcaram a entrevista com André foi quando falou que não estávamos no mesmo nível que ele. Refletindo depois sobre essa fala, pensamos que, de fato, as visitas ao campo, passar por calor, chuva, conversar com os moradores de rua ao relento, não nos legitima afirmar que conhecemos esse mundo. Para isso, seria necessário dormir na rua, trabalhar como eles, partilhar as refeições com eles, comemorar e brigar com eles. Jamais os alcançaremos. Quando muito, podemos compreender um pouco desse mundo, mas não conhecê-lo plenamente.

Tivemos algumas dificuldades para realizar as entrevistas. A primeira delas foi que, em sua maioria, foram realizadas nas calçadas da rua Silva Ramos. Ruídos de buzina, carros de som, pneus cantando interferiram no áudio das gravações. Entrevistas ao ar livre estão sujeitas à chuva e ao calor, o que pode ser bastante incômoda e desconfortável como descrevemos abaixo.

Outras vezes, as visitas ao campo não foram bem-sucedidas porque, naquele mês de dezembro, choveu bastante e tivemos dificuldade em encontrar alguma pessoa na rua. Alguns moradores que haviam concordado em participar da pesquisa acabaram desistindo. Outros não conseguimos contatar para uma segunda entrevista. Por outro lado, surgiram novos participantes que estavam acolhidos no SAI, que exerciam algum tipo de trabalho para sobreviver.

Contamos com o apoio da equipe do SAI para realizar as entrevistas com alguns acolhidos daquela instituição, o que diminuiu as dificuldades acima descritas. Além disso, o contato com a equipe do SAI ajudou a diminuir os contratempos de ir ao campo e não encontrar os participantes da pesquisa.

As visitas ao campo também nos proporcionaram testemunhar como se dá a disputa por território. Em uma das visitas, observamos Thiago abordando um flanelinha: quando Thiago atravessou a rua Ferreira Pena para falar com o flanelinha, este afastou-se. Thiago correu até alcançá-lo e iniciou uma conversa; mantinham certa distância entre eles: Thiago de um lado do carro, o homem no lado oposto. Thiago gesticulava muito e, depois de um momento, o outro se afastou. De longe acompanhamos a cena, junto com Madalena que nos explicou que o flanelinha não havia cumprido a parte dele, não pagou o aluguel do ponto. A rua tem seus códigos próprios, suas condutas. Ele desrespeitou as regras estabelecidas por aquele grupo que ocupa a Silva Ramos e suas adjacências. Ficamos temerosos que brigassem. Madalena observava conosco, seu semblante parecia entediado, mas atento, verbalizando que Thiago iria “apenas conversar”.

Além disso, observamos que, embora Thiago e Madalena não tenham citado Felipe como um possível vínculo de seu círculo de contato, Thiago pediu a Felipe para receber a gorjeta de um motorista de carro. Logo, existem relações socioprofissionais. Talvez sejam tão sutis que nem eles apercebam-se.

No projeto inicial não estava prevista entrevistas com participantes do sexo feminino e a pesquisa se restringiria a analisar o conteúdo dos participantes do sexo masculino. Madalena, entretanto, em uma das visitas ao campo, abordou-nos, questionando quando a entrevistáramos. Houve uma imposição do real, do não prescrito na pesquisa e, em respeito a Madalena, a entrevistamos e a incluímos como participante desta pesquisa.

À medida que nossa presença ali passou a ser mais cotidiana, foram surgindo curiosidades sobre o objetivo da nossa pesquisa: Thiago, certo dia, perguntou-nos o que queríamos mesmo fazendo aquela pesquisa e lhe respondemos falando sobre os objetivos que já foram anteriormente citados.

2.3 A devolutiva

A devolutiva ocorreu no dia 26 de maio de 2015, no Centro-POP, localizado na rua da Legião, no bairro de Presidente Vargas, no horário das 9h. Conforme orientação da equipe técnica de lá, realizamos a apresentação em 20 minutos (tempo aproximado das palestras e reuniões que a equipe técnica realiza) para um total de 34 pessoas, entre equipe técnica e usuários. O objetivo da devolutiva foi apresentar os resultados, os quais foram por eles validados.

3. NARRATIVAS E DISCUSSÕES

A partir deste capítulo são apresentadas as narrativas e discussões sobre as vivências subjetivas das pessoas em situação de rua que foram entrevistadas durante a pesquisa. Inicialmente segue um breve relato da história de cada um. Os nomes foram substituídos respeitando o anonimato dos participantes. Todas as informações sobre os participantes são situacionais e remetem ao período de novembro a dezembro de 2014.

3.1 Narrativas

Pedro

Natural de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul, 43 anos, divorciado, estudou até o segundo ano do Ensino Fundamental. Já trabalhou como batedor de bastão em cerâmica, almoxarife, trabalhou em funerária, cozinheiro (não detalhou sobre essas atividades). Há seis anos trabalha como artesão. A renda mensal é de R\$ 400,00.

Não costuma estabelecer-se em uma cidade, trabalha por um tempo até acumular o recurso financeiro necessário para viajar novamente. Costuma às vezes ficar acomodado em albergue ou dorme nas rodoviárias. Já sofreu violência quando em situação de rua praticada por três jovens e foi socorrido pela polícia. Também já foi roubado. Considera difícil escolher entre dormir onde há outros moradores de rua ou “mais retirado”, pois quando está só pode sofrer algum tipo de violência praticado por outros moradores de rua.

O vínculo com os familiares é frágil: órfão de pai aos oito anos de idade, ficou morando com a avó e foi “espancado” pelos tios. A genitora, segundo conta, fugiu de casa após a morte do genitor. Ele próprio fugiu aos oito anos de idade. Seus irmãos continuaram morando com a avó. Já os reencontrou, mas diz não estar afetivamente ligados a eles. Acerca da família, falou:

Você sabia que é mais fácil ter um abraço amigo de uma pessoa que você nunca viu na vida, do que de um irmão, seu pai, sua irmã, mãe sua, sabia disso? Você sabia que, às vezes, é mais fácil você ouvir uma palavra amiga de uma pessoa que você nunca viu na vida, nunca teve relacionamento nenhum, do que de um primo seu, tio seu, avô seu, então, tem muita gente que até hoje sabe e se prende em bens materiais, tem muita gente que se prende em bens patrimoniais, mas esquece de uma coisa só, o carinho, o calor humano, o bem maior que Deus deixou no mundo é amar ao próximo... às vezes não é a família que consegue suprir aquilo que você precisa.

É pai de dois filhos: um rapaz de 20 anos e uma menina de sete anos. São de mães diferentes, os filhos não se conhecem pessoalmente. Com ambos, o contato é feito por telefone. Mantém vínculo afetivo com um único tio paterno. Pretende voltar para o Centro-Oeste e continuar viajando por cidades pequenas.

Embora viaje constantemente pelo Brasil, sem estabelecer-se em lugar algum, possui duas casas na cidade de Três Lagoas e uma delas está alugada e a renda é direcionada para o filho. Não contata o filho caso passe por alguma necessidade:

Não quero levar preocupação pra eles, cara. Olha, se eu passar algum aperto fui eu quem quis, eu que escolhi, não foram eles. Então não acho justo tá incomodando eles, qualquer aperreio que eu passar, qualquer problema que eu passar. Se eu trancei o fio, agora eu que tenho que destrançar.

Pedro nos falou sobre sua relação com a bebida: “Você bebe, pô! O único amigo que você tem naquelas horas, pra tentar amenizar o sofrimento, pra fazer com que você esqueça alguma coisa, pra te dar força, pra andar, é um corotinho”. Além disso, a bebida ajuda a passar a fome e anestesia a dor, segundo nos relatou.

Do período em que esteve no Amazonas, conheceu uma cidade do interior – Manacapuru – e conseguiu uma vaga como cozinheiro. Estranhou, contudo, o período de viagem: “...e nós ficou lá. Cara! Ficou quinze dias! Cara! O décimo quinto dia eu não aguentei

mais, não, não aguentei! Mas aí na hora que ele chegou de volta no lugar de pescaria, já tinha outra canoa lotada de peixe, meu Deus do céu! Cara, vou embora, dá mais não”.

Quando lhe perguntamos se tinha alguma ideia sobre as condições de trabalho aqui em Manaus, Pedro fez algumas reflexões sobre trabalhar:

Eu não quero mais trabalho registrado, compromisso com empresa nenhuma. Eu não quero mais ter que acordar às seis horas da manhã, vai ter que trabalhar! Ah, você vai tá de plantão tal dia. Particularmente hoje não aceito mais ordem de ninguém, eu trabalho pra mim, entendeu? Eu não tinha ideia de trabalho, eu disse assim: olha, vou conhecer a Amazônia, com o meu artesanato. Nada de ter um vínculo empregatício com ninguém.

Trabalha sozinho, suas ferramentas de trabalho são as latinhas de refrigerante – “eu reciclo aquilo que com certeza vai pro lixo, que vai pra boca de lobo, que vai causar inundação”, uma tesoura sem ponta – “minha parceira de trabalho, minha companheira” – e a cola mil. Ainda falou-nos sobre uma estratégia que utilizou para conseguir a tesoura quando não tinha dinheiro para comprar:

Já aconteceu de quebrar a tesoura, eu sem dinheiro, sem material, o jeito foi eu chegar no dono da papelaria, isso lá em Botucatu. Cheguei no dono da papelaria, e disse assim: Amigão, eu faço artesanato. Teria a possibilidade, nas condições do senhor também, eu faço um pro senhor também, se o senhor arranjar uma tesourinha sem ponta?

Uma das dificuldades que encontra para criar seu artesanato diz respeito à aquisição do material, pois nem sempre tem dinheiro para comprá-lo, especialmente a cola e a tesoura, principalmente quando a tesoura quebra:

Nosso dia a dia é difícil, principalmente o começo do nosso trabalho, porque é necessário cola, que é a cola mil, eu tenho que trabalhar primeiro em alguma coisa que não use cola, pra conseguir compra a cola, às vezes até pra entrar no supermercado é difícil, porque alguém vê você pegando alguma latinha na rua e você está a pé, já falam que é lixeiro e a discriminação vem logo em seguida, se você vai no mercado tem dois, três segurança ao seu lado pensando infelizmente que você vai subtrair alguma coisa.

Outra dificuldade que ele aponta para exercer seu trabalho está relacionada com a Guarda Municipal:

Olha, eu nunca ouvi falar em parte nenhuma do Brasil, existir nada na constituinte, que proíba a pessoa de fabricar seu próprio artesanato. Porque artesanato não paga

imposto, é uma criação. É... não tem nota fiscal. Porque é um artesanato. Mas infelizmente no Estado de São Paulo, aqui na Amazônia não, aqui na Amazônia foi uma maravilha, não chegou acontecer isso. No Estado de São Paulo, Paraná, Maranhão, Sergipe e Tocantins. Qualquer praça que você pare a GCM prende seu material. Agora, eu queria lhe perguntar, por que isso? Por que te proibir de trabalhar? Será que seria bem mais fácil de você roubar, ao invés de trabalhar? Foi isso que eu disse pro sargento uma vez, eu falei, disse assim: Sargento, você está proibindo de eu fabricar meu artesanato aqui na praça, no lugar público, que não tô fazendo sujeira nem nada, simplesmente estou fazendo meu artesanato, simplesmente pra sobreviver. Agora, te garanto uma coisa, se eu tivesse com uma arma na mão, se eu fosse um bandido, aí eu teria valor, aí eu teria respeito, mas como sou trabalhador eu não tenho, aí engloba também o negócio de eu ser morador de rua.

Para lidar com o estigma e o preconceito, Pedro explica:

Você já ouviu falar no jeitinho brasileiro? Jogo de cintura, nêga. Você tem que ter muito jogo de cintura, aprender a discernir as coisas rápido, aprender que a vida não é feita só de vitória, se não houver a decepção não tem motivo pra viver, então por mais que a gente seja humilhado, a gente dá um sorriso, porque a maior vingança não é a vingança, a maior vingança é dizer obrigado. Você sabia? A maior vingança que você poderia ter é você dá um sorriso e dizer obrigado.

Quando está criando suas esculturas de latas de refrigerante, ele falou-nos:

se sente em paz. Porque é um momento em que você se distrai e esquece das coisas que estão acontecendo lá fora, entendeu? Esquece das ofensas que você ouve, porque você se concentra em somente em fazer aquele artesanato, aquilo que você está fazendo tem que sair muito bem feito, a sua criatividade tem que ir além do preconceito. Esse é meu sentimento.



Figura 4 – Artesanatos do Pedro

FONTE: Foto produzida pela própria pesquisadora, 2014

Pedro também nos falou de sua percepção acerca do reconhecimento do seu trabalho. Quando indagamos se alguém elogiava seu trabalho, respondeu-nos: “Direto, direto, mas é aquela coisa, cara, ele não tá elogiando eu, tá elogiando meu trabalho”. E nos fala sobre suas vivências quando se sente reconhecido: “Então, cara, é gostoso você fazer um trabalho, em que você é reconhecido, você sabia que isso aumenta sua autoestima. Te dá mais força pra trabalhar, por pior que seja situação, pior que esteja passando”.

Perguntamos se já havia se machucado ao cortar as latinhas com a tesoura e nos falou que já ocorreram diversas vezes, porém parece não se importar com os acidentes de trabalho:

[...] Rapaz, eu não tô nem aí, faço de conta que não está cortado e meto o pau... [...] mas hoje a própria lata olha pra minha mão e diz: não vou mais machucar esse cara, não, a gente vai aprendendo no dia a dia. Pra você ver essa base do coqueiro aqui. Eu cheguei cortar os cinco dedos de uma vez só.

Ao final da entrevista, queixou-se da dificuldade encontrada na instituição onde está acolhido que não o libera para trabalhar/vender seu artesanato no horário da noite e finais de semana. Esteve acolhido no SAI no período de 10 a 31/7/2014.

Marcos

É natural do Recife, Pernambuco. 51 anos. É solteiro. É filho único e os pais são falecidos, não mantém contato com tios ou primos e não possui filhos. Já viajou para São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília. Estudou até o sexto ano do Ensino Fundamental. Estava no garimpo da Venezuela e pegou malária. Ele contou-nos que, ao contrário do Brasil, o tratamento da malária é pago e, no garimpo, pago em ouro. Dessa forma, Marcos nos falou que

Tudo você tem que pagar, mas se você for de lá, tudo bem, mas se for brasileiro você é tratado que nem cachorro, se você tiver dinheiro você tem as coisa; se você não tiver, tá nem aí pra você, você morre lá, e o dinheirinho, o ouro que eu peguei, gastei tudo com medicamento, aí vim bora pra cá.

Uma das dificuldades que encontrou ao retornar para Manaus foi conseguir superar o preconceito, o estigma que ser morador de rua representa. Mesmo estando um serviço de acolhimento para população em situação de rua, sentiu-se julgado:

A gente chega aqui sem lugar pra morar; aí fica difícil, aí a gente chega numa entidade dessa, que nem eu cheguei aqui, no começo foi difícil, até eu dizer que não era um foragido, né?, foi difícil. A gente chega no lugar desse aqui, a pessoa fala logo: ó, se tiver alguma coisa na polícia, daqui a pouco chega um policial aí, difícil a gente não é registrado, a gente não tem documento, já é difícil sem documento. Então... é complicado... a pessoa tava falando, preconceito, se você está andando com uma pessoa e esse cara é vagabundo... você chega no lugar desse, até as pessoas se acostumar com você, ver que você não é nada disso, ver que você está sofrendo mesmo.

Quando foi procurar trabalho, novamente foi estigmatizado por estar em um serviço voltado para população de rua:

Você chega pra pedir um emprego em situação de rua, tá morando no albergue (assim que eles denominam o SAI), numa casa de convivência que nem aqui, ele discrimina, eles falam que esse cara é bandido ou saiu da cadeia ou fez alguma coisa errada por aí, ou tá corrido.

Embora tenha experiência de trabalho, pois já trabalhou como auxiliar de limpeza, pintor, motorista, servente de obra, garimpeiro, queixou-se de sentir-se discriminado pelas empresas quando informava que estava morando em um abrigo e não conseguiu reinserir-se no mercado de trabalho. Por isso, quando soube da existência de um programa de bolsas para população de rua, procurou a equipe psicossocial do SAI e pediu que o incluíssem no programa Passaporte para Cidadania da SEMMASDH. Dessa forma, havia quase um mês trabalhando como bolsista por esse programa, trabalhando como auxiliar de serviços gerais.

O programa mostrou-se uma alternativa viável ante a dificuldade de reinserção no mercado de trabalho. Marcos nos fala:

Eu, graças a Deus, tenho documento, não tive dinheiro, mas documento sempre tive, então eu me sinto assim começando tudo de novo, eu tenho cinquenta e um anos, e começando tudo de novo, eles me deram essa oportunidade. Eu pretendo agarrar, é que esse salário é de quinhentos e sete reais, o pessoal fala não é nada, mas já vai ajudar eu alugar um quarto pra mim, já vou ter moradia, até endereço, e vai ficar mais fácil eu chegar da empresa e pedir um emprego e dizer onde você mora, moro em tal lugar, né? E também estou fazendo curso e através daqui já consegui e curso da Pronatec, teve várias coisinhas que... eu no caso tô me sentido gente aqui. Estava me sentido fora da sociedade.

Como citado acima, também conseguiu, por meio do SAI, matricular-se em um curso de Almoarifado pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e voltou a estudar pelo programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Pretende concluir o Ensino Fundamental e cursar o Ensino Médio por meio do EJA.

O preconceito também é citado quando se refere à forma como é tratado no curso de Almoarifado e fala como faz para lidar com isso:

A gente tem que ser diferente. A gente tem dificuldade até na escola, tô fazendo um curso aí do Pronatec, no Senai. Os professores não têm discriminação, mas aluno que paga... eles têm! Aí falam que é do Pronatec, que é desses pessoal do ribeirinho, é de gente que tá na cadeia, é tudo isso. Então tem que entrar no ouvido e sair no outro.

Como auxiliar de Serviços Gerais do SAI, declarou que os outros acolhidos falam que o resultado de seu trabalho “tá legal”. Já o gerente da instituição não chegou a falar-lhe diretamente, mas a terceiros:

Eu já escutei, o diretor falou pra outra pessoa, perto de mim, mas não falou pra mim. Mas é aquela coisa, dizem que o time que está ganhando não se elogia, porque, se elogiar, aí relaxa. [...] eu acho que todo mundo fala [demais usuários], porque a higiene do banheiro eu deixo bem limpinho, eu acho que não falaram nada até agora [de crítica], acho que... não sei.

No momento não possuía renda alguma, aguardava o primeiro pagamento no valor de R\$ 507,00, que corresponde à bolsa do programa a que estava vinculado. No momento da entrevista, seus planos eram alugar um local quando recebesse o valor da bolsa, acumular outro trabalho no período livre (a bolsa é referente ao trabalho de 20 horas semanais). Esteve acolhido no SAI no período de 10/3/2014 a 8/8/2014.

João

Natural de Massapê, no Ceará. 63 anos, casado (mas não vê a esposa há anos), estudou até o primeiro ano do Ensino Fundamental. Saiu de Massapê com a idade de 13 anos, quando a genitora faleceu. Perdeu o contato com a irmã quando ficou em situação de rua e está sem

documentos desde que foram extraviados. Pretende retomar o contato com a irmã por um amigo que viajará para Fortaleza/CE. Relatou: “Abandonei os estudos e me dediquei na marcenaria”. A vida inteira trabalhou como marceneiro.

A primeira vez que esteve em Manaus foi em 1967, para trabalhar na construção de um banco e retornou em 1991. Veio para Manaus, na companhia de um amigo, que, segundo contou, enganou-o, levando seu dinheiro, deixando-o endividado. Já trabalhou formalmente, mas não se recorda quando. Aqui em Manaus nunca trabalhou de carteira assinada.

Está acolhido no SAI desde 12/4/2013, porém somente foi incluído no programa Passaporte para Cidadania em agosto de 2014. Sendo natural de outro Estado, houve dificuldade em obter a segunda via de sua certidão de nascimento e isso impactou na inclusão de João no Passaporte para Inclusão Social.

Vale ressaltar que, por estar acolhido havia algum tempo no SAI, tomou a iniciativa de abrir o portão da garagem para que os funcionários estacionassem os veículos nas dependências do SAI. Destacamos que a instituição não conta com um porteiro em tempo integral, mas com um bolsista que desempenha tal função no horário matutino. Assim, João começou a responsabilizar-se pelo controle da entrada dos funcionários do SAI pelo portão da garagem – antes mesmo de ser incluído no programa – e somente após a emissão de todos seus documentos, foi incluso no programa.

João assume o posto de porteiro a partir das 11 até às 19h30 (horário em que uma das funcionárias chega) e, embora a bolsa seja para realizar atividades por quatro horas diárias, relata-nos que fecha o portão quando o último funcionário daquela instituição sai, por volta das 22h.

Acerca de seu trabalho, contou-nos que fica em pé, mas possui uma cadeira e uma capa de chuva. Ele já conhece o horário de cada funcionário chegar, de forma que não precisa

necessariamente ficar no portão a tarde inteira, nem é obrigado a permanecer ali. Destacamos que não há guarita no portão, ele fica à mercê das intempéries. Como realizamos a entrevista ali, ao lado do portão, pudemos sentir que é um local muito quente. Fica em local protegido até o horário previsto para abrir o portão para algum funcionário entrar. João nos fala que fica no portão quando quer conversar com outras pessoas da rua ou quer fumar. Não considera o trabalho cansativo, tampouco considera o portão pesado.

Ele exerce total controle sobre a entrada dos acolhidos pelo portão: “Só os considerado”. Os demais são orientados a entrar pelo portão pequeno. Ele controla a entrada dos acolhidos, à noite, juntamente com os cuidadores do SAI; além disso, vigia a entrada do SAI evitando que motoristas estacionem seus carros na frente da garagem do SAI.

À época da entrevista, o Centro-POP ainda funcionava nas dependências do SAI. Relatou sobre um dos episódios em que alguns moradores de rua estavam fazendo barulho na frente do SAI:

Eles [os usuários do Centro-POP] bate... já almoçaram, né? Espera aí que já vão já sair daí. Peguei o celular... aí... uhuuhuh [imita o som de uma viatura]... foi vagabundo pra todo lado!”.

Questionado se o pessoal do administrativo não deveria fazer isso, respondeu que “eles não veem, eles fica trabalhando”. Não obstante tal atitude, dá água aos moradores de rua que lhe pedem. Não sente dificuldade no seu trabalho: “Quando é 11h, começa a ficar sombra e ventilado. É melhor que ficar ouvindo conversa de gente sem cultura. Até almoçar eu almoço aqui. É melhor que ouvir. Quando chove eu boto a capa e fico em pé”. Ao perguntarmos como está se sentindo trabalhando ali, responde-nos que “se sente bem. Pra mim foi uma boa”. Relatou que as pessoas agradecem pelo trabalho dele. Os trabalhadores do SAI elogiam seu trabalho. Ele estabeleceu as regras de ofício (define o horário, o modo de trabalhar). “Eu mesmo defini porque se eu fosse pelos outros, faz errado. Ninguém pega no meu pé. Porque eu faço direito”.

Não se vê como morador de rua. “Nunca fui recolhido”. Mas admite que a equipe de abordagem o abordou e o encaminhou para o SAI.

Renato

É natural de Ruirópolis/PA. 40 anos. É solteiro. Estuda no programa EJA (Educação de Jovens e Adultos), cursando o período que corresponde da 1.º ao 6.º anos do Ensino Fundamental. Já trabalhou como padeiro, vigilante (emprego formal quando tinha aproximadamente 25 anos). Também está inserido no programa Passaporte para Cidadania há seis meses.

Está acolhido desde fevereiro de 2011. Não tem notícias da família. A última vez que teve contato com familiares havia um ano, por intervenção da equipe psicossocial do SAI, contudo não houve sucesso na reinserção familiar apresentando um longo histórico de segregação e desvinculação afetiva entre ele e seus parentes, que alegam que é perigoso por ter transtorno mental. Ressalta-se que não havia histórico de heteroagressividade de Renato durante todo o período de acolhimento no SAI e que ele estava recebendo atendimento no Caps Sul, no período de 2013 a 2014. Não se considera morador de rua por estar acolhido no SAI, mas relatou que foi morador de rua quando morava em Boa Vista-RR e trabalhava como catador.

Está trabalhando como lavador dos veículos na sede da SEMMASDH. Começa a lavar os carros a partir das 15h; às vezes termina às 18h30. Lava os carros juntamente com um colega; em média seis kombis e mais os carros do secretariado, podendo chegar a lavar até 15 carros por dia:

São seis, mas aí tem as outras e os outros também... do secretariado... Vem os carro do chefe, os outro também... é muito raro não aparecer outros carro pra lavar ...quando é

da secretária, ela dá um dinheiro pra gente, dez reais... agora não pode lavar mais carro particular, só o dele, da secretária e dos outros motoristas.

Os materiais utilizados na lavagem são bucha e água, não há sabão. Os colegas de trabalho também não usam. Não usa luvas, nem botas durante o processo de lavagem. O colega de trabalho “já cortou a mão na descarga do carro”. Quando perguntamos qual sua opinião sobre a lavagem sem sabão, respondeu-nos: “Melhorou porque se torna mais rápido, né? (não ter sabão). Então com sabão vai a segunda mão pra passar, aí se torna mais difícil com o sabão. Então se torna mais fácil. Às vezes eles (os motoristas) compram sabão e mandam a gente comprar também”.

As kombis são em geral do Serviço de Assistência Funerária – SAF, popularmente conhecido como SOS Funeral. Ele fala-nos que “às vezes a secreção do corpo do morto escorre e aí a gente tem que lavar, jogar a mangueira com água pra poder sair a secreção”. Disse que não tem nojo da secreção, mas com “receio e não pode tocar porque é do morto. Então a gente joga de longe a mangueira. Eu praticamente lavo por fora, aí ele lava a parte de trás, limpa a cabina”.

Indagamos se há diferença entre lavar carros ou kombis e nos respondeu que “não... Faz tudo uma coisa só... não é muito difícil, nenhum dos dois. O mais difícil que tem é limpar os tapetes. Tá sujo, às vezes vem chiclete, bombom pregado. Dá um pouquinho de trabalho. A gente passa a escova, bota sabão e bastante água pra poder sair”.

Além de lavar os veículos, também descarregam os caixões. Acerca disso, comentou:

A gente descarrega caixão também, né? quando a gente quer... assim... o cara: ah, vem aqui... mas a gente não foi... pra descarregar caixão... a gente foi pago pra lavar carro... não pra descarregar caixão... aí a gente vai às vezes, mas não é toda vez, não! Se ele tá lá pra descarregar, pra fazer o serviço dele. O motorista também. Porque faz parte também, eu já trabalhei num serviço de entrega também assim. Então eu vendia na loja interna do meu tio, né? Televisão, aparelho de som, armário, guarda-roupa. A gente ia entregar, mas descarregava também! Carregava e descarregava. Eu era o motorista. Só não tirei minha carteira.

Chega antes do horário e “a gente fica conversando sobre a vida, como as coisa acontece, vai levando...”, com os lavadores (no total são três) “ajudam”, relata que os lavadores se ajudam:

Nós somos só três (lavadores)... eu vou lá e faço pra ele (quando o outro lavador pede), numa boa. Às vezes, quando tá aperreado mermo, ele vai: não, deixa isso aqui comigo, eu lavo. É, a gente se ajuda um ao outro lá. É bom, a gente conversa, eles conversam com a gente, a gente coopera pra comprar a merenda.

Também mantém um relacionamento amistoso com os motoristas das kombis – “a gente conversa, aqui acolá, brinca com a gente” – e a chefia: “O chefe é legal, mas ele quer tudo ali na ordem, certinho”. Sobre o trabalho, relatou:

Tô gostando de trabalhar, tô! É ótimo, não é ruim, não! Estranhei um pouquinho que não conhecia quase ninguém, deu pra compartilhar com os funcionários, então fica melhor da gente se entender. Fiz amizades lá... não é ruim, não... é bom, as pessoas conversam, chegam, pedem informação pra bolsa-família e a gente dá informação, outros chegam pra... a gente leva até o SOS Funeral; acaba dando informação; eu me sinto bem [quando dá informações para outras pessoas], dá aquele prazer da gente tá ajudando as pessoas, sabe.

Afirma que o trabalho é “tranquilo, sem perturbação nenhuma, acho não tem nada difícil, não... é um serviço fácil, simples. Então... Não dá trabalho nenhum, não. Gosto de lavar o carro, é bom, é maneiro. O mais difícil é varrer o pátio; agora contrataram uma pessoa pra limpar o pátio”.

Renato também falou sobre como se sente quando elogiado:

Tem um lá que eu lavava o carro dele: pô, esse cara limpa bem! Eu não sou muito a favor de elogio, nunca fui porque elogio não leva a gente a progredir, sabe. Tenho experiência própria nisso. Tinha um colega meu num serviço na padaria... o cara disse ‘esse cara faz pão muito bem’, então ele passou a fazer pão ruim. Foi até despedido! Ele relaxou! Elogio de ninguém nunca gostei, nem gosto porque não leva gente a nada... por mais que ela seja boa, tem delas que é falsa... se for sincero, a gente fica ali... eu pessoalmente não gosto porque não põe a gente pra frente. Nem que seja mesmo a gorjeta que não elogiasse, sabe. Tem um lá que eu lavava o carro dele e ele, pô, esse cara lava bem... rapaz! Eu não gosto de elogio. Não faz a gente crescer.

Quando o indagamos o que pensa depois que termina seu trabalho, respondeu-nos: “Vem aquele pensamento que amanhã vai ter de novo... que nunca termina”.

Matheus

Natural do interior do Estado do Amazonas. 46 anos. Atualmente está separado. É pai de dois filhos, mas no momento da entrevista não mantinha contato com nenhum deles. Indagamos se falar sobre suas vivências lhe causa algum tipo de sentimento e verbalizou que “vai dando a saudade” da família. Também comentou que a assistente social do SAI está ajudando-o a resgatar o contato com os familiares residentes no interior. Está há dez anos morando em Manaus; quando veio morar aqui, ficou hospedado na casa de uma prima, mas depois saiu de sua casa argumentando que “ela é casada, ela tem a família dela e... A casa é pequena, né?, e não dava muito certo não... ter mais um lá”. De forma que não mantém contato com nenhum parente, seja da capital, seja do interior.

Possui Ensino Fundamental Completo. Conta que trabalhou apenas uma ocasião com carteira assinada, embora tenha começado desde muito jovem, quando era “de menor ainda”. Trabalhou principalmente como lavador de carros e, por um tempo, utilizou o espaço de trabalho para morar: “Eu dormia porque eu não tinha pra onde ir”. É asmático, com histórico de pneumonia e tuberculose; o quadro de saúde se agravou por causa do manuseio do hidróxido de sódio (NaOH), popularmente conhecida como soda cáustica empregada na limpeza dos carros. Também associou o agravamento do quadro de saúde ao consumo de bebida alcoólica: “a tuberculose também. E eu fiquei morando por onde eu passava a trabalhar, daí eu me caí na bebida, e agravou mais a minha doença”.

Acolhido no SAI havia cerca de um ano, tentou se recolocar na função de lavador de carros, porém não conseguiu: “De um tempo pra cá não consegui mais, não... o pessoal tá tudo ocupando as vagas”. Relatou que quando saiu do posto de lavagem, sua vaga foi rapidamente preenchida e não teve como conquistar uma nova vaga. Adicionado a essas circunstâncias, há o fato de não possuir documentos, outro impeditivo de conseguir a recolocação. Observamos

que há dificuldade em recolocar-se no antigo ofício de lavador. Temos aqui uma evidência da fragilidade dessas relações de trabalho que põe Matheus em desvantagem, com escassas oportunidades de transformar essa condição social. O real do mundo social (DEJOURS, 2012a) apresenta uma face mais desesperadora para esses representantes do lumpemproletariado (MARX, 1985).

Com a saúde fragilizada e sem documentos para reinserir-se no mercado de trabalho, formal ou informal, sobrevive no SAI onde obtém alimentação e abrigo. Foi ali que passou a trabalhar lavando a roupa de outros acolhidos que não gostam de ter suas roupas misturadas na máquina de lavar, em troca de gorjetas (quando lhe pagam). Também varre a área externa do SAI e arruma o quarto onde dorme. Não é auxiliado por nenhum outro acolhido e não parece incomodar-se com isso: “Não, não faço questão, não, de ajuda, de pedir ajuda. Eu só digo: ‘Olha, dá licença que eu vou fazer limpeza, pô... As camas deles também. De vez em quando eu troco lá os lençóis, passo lá um pano pra tirar, mais pra tirar a poeira da cama, mesmo’. Além dessas atividades, compra pão de queijo para as cozinheiras do SAI e, às vezes, recebe gorjeta: “quando elas têm um trocado, como dizem elas ‘tá aqui’. Mas eu não faço questão de cobrar não”.

Foi um dos poucos entrevistados que declarou sentir prazer em trabalhar lavando os carros, embora os médicos recomendassem que não deveria entrar em contato com o Solupan e a soda cáustica, citados por ele como o produto que manuseou durante cinco anos, que era pulverizado na lavagem da parte inferior dos carros: “usado pra amolecer o sujo que tá por baixo”. O posto de lavagem não oferecia EPIs e ele improvisava uma camisa como máscara na tentativa de proteger as vias respiratórias. Além de agredir o sistema respiratório, também agredia a pele: “faz, faz, faz [mal]. Que fica tudo... Onde tem um arranhãozinho, ele cresce porque corrói”. Relatou que “tinha noite que eu tinha que ir sempre pro hospital. Mas não era

toda a noite”. Como medida preventiva, interrompia o uso por uma semana: “Daí já não podia ficar muito na parte de lavagem, com esses produtos, era mais lavagem simples mesmo”.

Matheus pareceu cansado durante toda a entrevista. Estava inchado e abatido, suas mãos machucadas. Sua condição parece a mais preocupante dentre os participantes que estão acolhidos no SAI: trabalha como auxiliar de Serviços Gerais, mas não recebe a remuneração do programa Passaporte para Cidadania porque não possui documentos. Como outros acolhidos institucionalizados seu vínculo com o SAI é mais profundo. Apesar de tantos reveses, manteve o bom humor durante toda a entrevista.

Felipe

Natural de Santarém/PA, Ensino Fundamental Completo. Sua família reside em Manaus com quem mantém contato regular, via telefone. Decidiu morar na rua porque é usuário de drogas e sua família “lavou a mão”. Considera-se um usuário ocasional: “eu só fumo quando eu tô bebendo, uma puxando a outra e se eu fumar eu tenho que beber e seu eu beber eu vô ter que fumar...”. Já pensou em procurar algum tratamento para enfrentamento do uso das drogas, mas argumenta que o processo é burocrático e lento: “é muito protocolo pra fazer... um monte de papel, custa que só, eu tô até aí com o papel do exame aí pra mim fazer”.

Os familiares desconhecem que está em situação de rua e ele expressa a vontade de revê-los somente quando superar essa condição: “Encontrar eu quero, mas quando eu sair dessa vida, né?, não tiver mais na rua, mudar essa vida e aí, sim, eu quero encontrar a minha família! Mas do jeito que eu tô, não adianta”.

Está há quase um ano morando na rua. Para ele, a dificuldade de ser morador de rua se relaciona ao uso da droga: “Mas é da droga mermo. Só de vez em quando uma droga... aí isso

dá muita abstinência na gente. Só isso mesmo”. Contou que foi gradativamente se adaptando a morar na rua: inicialmente dormia em bancos próximo a instituições que dão suporte à população de rua ou escolas, tática que continua utilizando. Possui carteira de habilitação e trabalha como entregador em uma distribuidora, por indicação de um colega, mas omitiu para o proprietário que estava morando no SAI, onde permaneceu durante 15 dias quando esteve doente.

As condições climáticas, especialmente o calor, foram apontadas como principal dificuldade em seu trabalho: “só o sol mesmo pra mim que é cansativo mermo”. Embora não tenha citado como dificuldade, observamos que há um desgaste físico conforme observamos em sua fala de que “só mermo assim na hora que eu venho pra casa que eu tô cansado, né?”. Ainda assim, considera-o fácil e rápido de ser realizado, pois “eu conheço o Centro todinho, conheço esse Centro todinho aqui eu conheço, aí eu acho rápido... se eu não conhecer eu pergunto de alguém, né?, uma informação”.

A condição de trabalho é informal ou, como definiu, “avulso”. A distribuidora fornece as refeições. Às vezes se preocupa com a possibilidade de sofrer algum acidente enquanto está trabalhando: “Às vez eu fico pensando, né?”. Sua remuneração pode chegar a R\$ 1.000,00, parcelado em quatro vezes, pagos a cada final de semana. Quando não, pede para uma pessoa de sua confiança guardar o pagamento, gasta-o com o consumo de drogas lícitas e ilícitas: “se beber, mano... no sábado é tudinho com droga e bibida” ou comprando utensílios para si: “às vez quando eu gasto bebendo, quando não, eu compro rôpa pra mim”.

Conta com uma rede de apoio que vai do João, acolhido do SAI, que guarda seu lençol até o Centro-POP, onde guarda roupas. Tem um trabalho diferenciado dos demais: é entregador de água em um centro de distribuição. Possui habilitação para dirigir motocicleta. Cogita alugar um quarto: “tô até pensando em alugar um quarto pra mim sair da rua”.

Para ele, morar e trabalhar na rua é “um pouco difícil. O cara acordar cedo sem ir tomar banho”. Outra vez o suporte do Centro-POP se mostra essencial nesse contexto social em que Felipe vai: “lá no Centro-POP, quando eu não vô no Centro-POP, logo cedo, aí eu vô lá na fêra, eu... aí quando eu não tomo banho logo cedo aí quando é... pego minha rôpa e quando é umas 9h vô lá no Centro-POP, quando eu já tô no trabalho eu passo por lá e tomo banho”.

Ao contrário de outros participantes desta pesquisa, costuma dormir sozinho, afirma não temer essa opção: “eu não tenho, não, porque não num devo ninguém, não ando robando”. Procura manter um bom relacionamento com os demais moradores da rua Silva Ramos e cita três como pessoas do seu círculo de relacionamento – dentre os quais Thiago e Madalena – que não o mencionaram como amigo.

Não obstante, observamos que Thiago pediu a Felipe que recebesse a gorjeta do proprietário do carro, o que indica que há uma relação de confiança e cooperação entre eles. Essa cooperação também foi verificada entre Felipe e seus colegas da distribuidora: “Assim, por exemplo, se ele tá precisando, se ele for levar cem água ali, a gente ajuda ele carregar, um ajudando o outro, dando a mão pro outro”. Afirma que seu chefe o elogia por não faltar, ser pontual. Isso indica que há um julgamento de utilidade, mas não o de beleza (DEJOURS, 2012a).

André

Nascido em Manaus, tem 35 anos de idade, Ensino Médio Incompleto. Ao falar sobre si, descreveu-se: “Eu sou de Manaus mesmo... é... descendência portuguesa com cearense e mais manauara também, né?...”. Está em situação de rua há mais de sete anos. Mantém contato com a mãe, que lhe ajuda com uma mesada. Sem perspectiva, porém, de voltar ao convívio

familiar pela pressão do irmão, o qual desconhece que a mãe o ajuda: “Se meu irmão souber, capaz dele dá pressão nela pra ela cortar o meu dinheiro”.

Acredita que a dependência química o afastou do convívio familiar e também lhe levou a cometer atos ilícitos: “Perdi a credibilidade total da minha família depois que eu passei por dois complexos penitenciários... assalto à mão armada... minha mãe cortou minha mesada e queria dinheiro, queria dinheiro e acabei indo pro mundo do crime”. Acerca disso, afirmou:

eu não pego uma agulha sem pedir a autorização do dono. Passei quase quatro anos na cadeia... eu procuro algum serviço, lavar um carro, até porque a vizinhança já me conhece também... eles torcem pra que eu consiga sair... tirar o pé da lama, né?, e assim, vigiando carro, fazendo um bico aqui, outro ali...

Em sua vivência de morador de rua já trabalhou “no almoxarifado da prefeitura... eu já trabalhei com computação também, já faz bem uns dez anos, onze anos que eu não toco num computador, já deve tá tudo mudado”. Atualmente sobrevive de pequenas tarefas que realiza para a vizinhança, almoçando no Centro-POP, trabalhando como flanelinha.

André também falou como funciona a divisão territorial entre os flanelinhas é referenciada pelos postes da rua. Essa divisão, contudo, nem sempre é pacífica; às vezes elas ocorrem em meio a disputas que podem chegar à violência física: “É porque aqui na rua é uma selva, então se eu for brigar por um... digamos, por um ponto, eu vou ter que ou... ou vou ter que dar tanto no cara até ele ficar aleijado e não vir mais me perturbar ou vou ter que mandar ele pro inferno”.

André reclama de alguns flanelinhas que, segundo ele, são “uns espertinhos, né?, que se denominaram, se denominaram donos” e informa que, no começo, a relação com outros flanelinhas tende a ser conflituosa. Também menciona que o Ministério do Trabalho, localizado na rua Ferreira Pena, já tem um flanelinha que acompanha aquela clientela desde o antigo endereço: “É problema porque tem... é... aquele lá da frente do Ministério do Trabalho que ele

veio junto com o Ministério do Trabalho, já... ele trabalha há 15 anos já. E o pessoal queria tirar ele daí, mas num... ele tem apoio dos advogados, promotores...”.

Há ainda alguns flanelinhas que são denominados “donos do ponto”, segundo André. Ele aluga uma extensão da rua Silva Ramos que pode ser visualizada na Figura 3. O valor pago ao “dono do ponto” é de R\$ 30,00. Indagado se é possível arrecadar menos do que esse valor, respondeu: “Não tem condições de faturar só R\$ 30,00”. Indagamos sobre as consequências de não pagar o aluguel do ponto, respondeu-nos:

aí vai causar um conflito, né? Causar um conflito porque ele se acha dono e... antes de ele vir parar aqui e ter essa área como, como área dele, eu já andava aqui, já reparava carro aqui, entendeu? Já fazia esse tipo de bico... mas pra não nenhum, né?... causar uma coisa maior... um conflito maior eu deixo pra lá, até porque, como eu falei, isso aqui é passageiro. Eu tenho um horizonte maior pra conquistar.

André também comentou sobre oportunistas que tentam ganhar a gorjeta: “Fica os olhos grande querendo biliscar daqui, dali. Mas a gente tem que ficar de olho”. Com esses, procura ficar vigilante para não receberem a gorjeta e os ignora. Considera, no entanto, que não ocorre com muita frequência esse tipo de concorrência por causa de sua fama: “Mas eles respeitam, até porque... até por eu ter passado por dois complexos [penitenciários], ter ganho... uma influência... influência sobre... do submundo. Eles já não duvidam tanto...”; por seu histórico violento: “Em outra época eu quebrava na porrada”. André sabe que esse “respeito” não foi conquistado, mas imposto pelas circunstâncias acima citadas. Sente-se desrespeitado quando oportunistas tentam receber as gorjetas: “Eu sinto que não tão agindo com o respeito devido pra minha pessoa, e aí... eu se acanho um pouco eu imponho, eu sei impor de verdade”.

Na relação com a vizinhança da rua Silva Ramos, observamos laços de cortesia; ele reserva as vagas, colocando cones na rua para que outros não estacionem: “Tem que tá ajeitando pro vizinhos estacionarem também e não perderem a vaga... botar os cones... é... a vizinhança tem cones... onde a gente bota pra reservar as vagas”. Não recebe gorjetas da vizinhança, mas quando precisa de algum favor, como pedir dinheiro emprestado, recorre a eles.

Não trabalha diariamente no ponto alugado, somente quando precisa de dinheiro: “Um, dois dias”. O motivo de vir apenas duas vezes na semana, alega, é para se afastar do ambiente e das pessoas que podem levá-lo a ter recaídas. Além disso, como está tomando um medicamento para tratamento de certa doença, começou a sentir-se mais cansado. Oscila entre o tratamento para tal doença e recaídas, atribuindo àquele ambiente às recaídas: “Mas recaí por tá no meio, continuar no meio...”.

Trabalha sozinho. Tampouco confia nos outros moradores de rua: não os reconhece como pares. Argumenta que os moradores de rua “só falam sobre droga, droga, droga, cachaça, droga, cachaça, droga, cachaça”. A primeira, ele está tentando evitar; a segunda, diz nunca ter apreciado.

Do trabalho como flanelinha, a única coisa que gosta, disse-nos ele, é quando os advogados o convidam para sentar junto com eles, em um bar, e conversar: “Ainda que eu não esteja bebendo com eles, mas... é a única coisa vantajosa que eu... quando eu me sinto vivo de novo”. Acredita que, por ter um vocabulário diferenciado e atitudes que o distinguem dentre os demais, é convidado a participar daqueles momentos com os advogados. Relatou que não se relaciona com os outros moradores que o julgam por si mesmos, por suas atitudes. Acredita que os proprietários dos carros que vigia não sabem que é morador de rua – “até porque também eu não tenho aparência de morador de rua” – e, caso um deles lhe pergunte, afirmou que responderia: “Eu falo que tenho família, mas tô em situação de rua. Eu usaria um vocabulário mais técnico, né?, que morador de rua fica muito pesado”.

Indagamos também sobre quais dificuldades encontra para trabalhar como flanelinha:

eu não vejo dificuldade nenhuma, nem comunicação, nem... nenhuma. Até porque se... se a gente for bem sensato... o IPVA dos carros existe justamente pra estacionar em qualquer via pública. Esse negócio de cobrar... e... ou arranhar, ou fazer alguma coisa assim... isso é ignorância da parte da pessoa. Pelo menos eu vejo pra mim, né?... que eu pretendo retomar meu lugar na sociedade novamente.

Indagamos como se sentia quando algum proprietário se recusava a dar a gorjeta e ele nos falou que procura ser polido, mas não fica irritado pelo não pagamento.

À época da entrevista, estava pernoitando no SAI. Parecia debilitado, suando muito (não somente por causa do calor massacrante que fazia naquela manhã, mas também por causa dos medicamentos). Estava em acompanhamento do Serviço de Acolhimento Psicossocial – SAP, após receber “alta administrativa” do Centro de Reabilitação de Dependência Química – CRDQ por conflitos com outros pacientes.

Durante a entrevista falou sobre as oportunidades que desperdiçou. Relembrou que seus antigos companheiros do grupo de Narcóticos Anônimos, que se tornaram padrinhos, atualmente trabalham no CRDQ e que se arrepende de não ter ouvido os conselhos de sua mãe. Ao final da entrevista, falou-nos de que poderíamos não tê-lo conhecido ou até poderíamos estar conversando, “mas não nesse nível”.

Bartolomeu

Bartolomeu, 46 anos, é do interior do Rio Grande do Norte. Inicialmente migrou junto com um tio para São Paulo. Conta que o tio trabalhava com jogo do bicho e, ameaçados de morte por terceiros que desejavam dominar esse jogo, vieram para Manaus, em 1989, aqui ficando por seis anos. Retornou para o Nordeste, mas depois de alguns meses voltou para Manaus com o intuito de “aventurar a vida de novo”.

Estudou até o primeiro ano do Ensino Médio e que não recebia apoio da família para concluir os estudos. Relatou que sua mãe lhe dizia: “Meu filho, papagaio velho não aprende a falar”. Ela aconselhava-o a trabalhar e ele questionava: “Como um emprego, se eu não tenho

cultura? Se eu não sou formado nada, aí... acreditei nessa história dela que papagaio velho não aprende a falar e... continuei na vida do crime”.

Em Manaus chegou a trabalhar em uma empresa por oito meses. Concluiu, porém, que lucraria mais rápido com os roubos do que com o salário pago pela empresa; contou-nos que morava no Centro, envolvia-se com prostitutas, alegou que obtinha seu salário praticando um roubo:

o que eu ganharia num mês, saía assim: dava uma volta numa esquina, já pegava um casal namorando e já levava o cordão e... nesse tempo não tinha celular ainda, levava o cordão, o dinheiro, e com aquele dinheiro que aquele rapaz passou o mês todinho pra ganhar, eu ganhava rápido assim, em meia hora, uma hora que a gente fazia, em minutos, aí já não quis mais saber de trabalho.

Contou-nos que, com o dinheiro dos roubos, vivia com certo conforto: bons hotéis, “comia de restaurante do bom e do melhor”, pagava prostitutas, “imendava mesa num... cerveja pra todo mundo”. Quando o dinheiro acabava, voltava a roubar. Chegou a ser preso e cumpriu pena por oito meses: “Não fui sentenciado, o juiz me deu oportunidade”. Quando foi posto em liberdade, voltou a praticar atos ilícitos, acreditando que não haveria problema em retornar à prisão, pois “se eu for pra lá, eu sou bem recebido, que os cara já me conhecem”. Ele contou-nos: “assim continuei numa bola de neve, furtando, querendo ganhar vida fácil”. Enfatizou que não cometeu assassinato: “Mas não matando, só furtando, fazendo discuido por aí e se virando”.

Por quatorze anos cumpriu pena e nos relatou momentos de angústia, medo e tristeza. Testemunhou a morte de colegas de cela e nos falou sobre a angústia que sentia ao saber que a pessoa estava marcada para morrer e não poderia avisá-la:

o que eu ganharia num mês, saía assim: dava uma volta numa esquina, já pegava um casal namorando e já levava o cordão e... nesse tempo não tinha celular ainda, levava o cordão, o dinheiro, e com aquele dinheiro que aquele rapaz passou o mês todinho pra ganhar, eu ganhava rápido assim, em meia hora, uma hora que a gente fazia, em minutos, aí já não quis mais saber de trabalho.

Na ocasião da entrevista estava na condicional, pernoitando no albergue da Sejus e morando na rua havia cerca de um ano. Às vezes dorme na marquise de um banco na rua

Guilherme Moreira, com outros moradores de rua, por considerar um local seguro: “É seguro porque a gente dorme embaixo das câmara, os big brother... tá embaixo das câmara, então...”. Falou sobre a solidariedade de algumas pessoas, mas também sobre outros que já tentaram envenenar os moradores de rua oferecendo alimento envenenado ou tentando atropelá-los.

Disse estar vivendo de pequenos bicos e da venda de barcos de palito de picolé que aprendeu a fazer enquanto estava cumprindo pena:

agora já o artesanato, esses veleiros, o barco e... eu já aprendi lá no presídio... é uma terapia ocupacional, né?, a gente vê um outro fazendo... que não quer tá na quadra maquinando mal pros outros nem jogando bola, eu não podia jogar bola, não gosto de jogar bola... ficava só fazendo artesanato, porque eu sabia que no fim de semana minha esposa levaria... levaria uma força, um sustento pros meus filhos que tava aqui fora. Ela vendia, uma parte ela comprava material e a outra comprava alimento, leite, fralda, essas coisas.

Indagamos sobre como se sente quando constrói o barco:

Quando eu tô fazendo? É uma terapia assim, eu só penso só naquilo, eu não penso mais em nada, não adianta eu dizer que eu tô aqui fazendo aqui o barco e eu tô pensando na minha família, dezessete anos que eu não vejo, que tá no Nordeste ou tô pensando na minha ex-mulher, se eu ainda gosto dela, eu saio de tudo, eu me concentro só em cortar o palito, tecer a linha, se eu vô colar certo, só ali... só fica ali... é uma terapia ocupacional... a minha vida se resume ali... só naquele artesanato.

Costuma ficar envergonhado quando elogiam seu artesanato, questionamos se não o considera como trabalho: “É trabalho... mas eu não acredito, eu sinto é vergonha quando... olha, vinha morrendo de vergonha trazendo meu barquinho dentro do ônibus, e todo mundo elogiando, que é que faz, e eu menti dizendo que não era eu...”.

Sobre os trabalhos que desenvolve, disse: “Olha, eu entendo um pouco de hidráulica, entendo de elétrica, que já fui ajudante, muitas vezes servente de pedreiro, mas eu sou pintor, texturador profissional... paisagista, artesão”. Já chegou a “manguiar” em restaurantes:

só que eu peço de um jeito, dum jeito tão choroso assim... tão penoso... que, embora arrumado assim, não tem como não dá, eu chego: Senhor, por favor, senhor, tem alguma coisa pra mim fazer por vocês aí? Limpar mesa, qualquer coisa pra vocês me dá uma sobra de comida? Eu não peço um prato de comida, não precisa ser uma comida boa, excelente, eu quero uma sobra... eu só manguiava assim quando eu tava com muita, com muita fome, que a fome faz a gente pedir.



Figura 5 – Artesanato do Bartolomeu

FONTE: Foto produzida pela própria pesquisadora, 2015

Às vezes, “manguiaava” trocado:

Ou quando não botava uma moeda de um real na mão, manguiaava um real... mano, um real pra tomar um café? Ele me dava... e com aquela moeda eu conseguia cinquenta, setenta reais. Com uma moeda, manguindo, mentindo dizendo que era pra interar uma passagem de ônibus... olha, dá pra interar uma passagem de ônibus? Olhava pra mim assim: Tem certeza que é pro ônibus? Não, tenho certeza que é pro ônibus. Aí me dava *as* vez dois, três, cinco e... e interando aí... dobrava aquela esquina, olhava prum lado pro outro... já... já vinha outro, uma moeda de novo... dá pra inteirar uma passagem de ônibus? Ia interando, juntava um monte de dinheiro.

Quando o entrevistamos, não estava fazendo nenhum bico e havia vendido um barco por R\$ 30,00. Por outro, cujo material foi fornecido por uma pessoa do Centro Espírita Porto de Luz, não cobrou pela atividade realizada.

Ele vive de qualquer atividade que aparecer: “Eu faço bico quando aparece bico, não importa, eu não escolho trabalho, minha mão tem uns calozinhos, mas eu não escolho trabalho”.

Quando consegue algum trabalho, não utiliza nenhum equipamento de proteção, mesmo quando o contratante solicita:

...não, na tora, olha, sem mentira nenhuma eu não uso [EPI]. Eu não uso, até pra caixa de esgoto assim... bota uma sacola na mão, pô [simula a voz de uma pessoa sugerindo]... que nada, senhor [sua resposta a tal sugestão]... isso aqui... e nunca aconteceu nada, graças a Deus! Não, não quero, não, não quero, não... eu faço na braba, é tipo assim, é um castigo pra mim mesmo.

É pai de sete filhos, com diferentes mulheres. Ainda nos contou que a prisão o afastou da família que constituiu em Manaus. Mantém, contudo, frágil vínculo com uma das ex-mulheres e com a família dela. Reclamou da falta de confiança deles, que já o testaram deixando objetos de valor para verificar se ele os furtaria. Não se sente bem quando vai visitar a casa da ex-mulher “e não tem nem graça eu dormi na sala dela, abri a janela e vê minha ex-mulher, na minha casa com o atual marido criando meu filho, com a minha mobília, com tudo num... eu não vou aceitar. Eu só não quero o mal dele, que ele cria meu filho, né?, e nem... eu quero que ele seja feliz lá e a vida continue, né?”.

Ainda nos falou que procura ajudar financeiramente seus filhos que moram em Manaus. Lamentou não manter contato com os familiares que moram no Rio Grande do Norte. Ao final

da entrevista enfatizou a responsabilidade dos pais no acompanhamento dos filhos para evitar situações de vulnerabilidade e risco social.

Thiago

Thiago nasceu em Manaus, tem 32 anos. Contou que seus pais o abandonaram quando criança. Não explicou como foi morar em São Paulo ou com quem, apenas disse que “foi criado em São Paulo” e que lá entrou em contato com bebida alcoólica e outras drogas. Ele falou-nos que “morava mais na rua também, meus... meus três anos de idade já morava na rua, passava frio que rachava meu beijo”. Aos quinze anos, pediu autorização ao juiz para voltar para Manaus. Ficou morando na casa de sua avó até ela falecer. Segundo seu relato, “venderam a casa até comigo dentro”. Com isso, foi morar na feira da Manaus Moderna onde trabalhou, dos 17 aos 22 anos, como auxiliar de cozinha e aprendeu a preparar assados e lanches. Após cinco anos de exercício nessa atividade, a lanchonete fechou: “Aí lá fechou, venderam, compraram, sei lá e, aí, desde aí, ele [o proprietário] falou: agora tu vai ter que se virar”. Não recebeu indenização, tampouco trabalhou formalmente nesse lugar que era seu espaço de trabalho e também de moradia: “Não tinha carteira assinada, não tinha nada. Eu morava lá praticamente no restaurante, lá mesmo eu morava, lá mesmo trabalhava, lá mesmo eu morava... Trabalhava 24h... eu abria, eu fechava, todo dia tinha de lavar mesa, cadeira, limpar cozinha, limpar os fogão, panela, tudo, eu que era o responsável e eu agradeço ele sabe, muitas coisas que eu sei hoje em dia eu agradeço muito a ele, entendeu?”.

Recebia R\$ 200,00 por semana e gastava o dinheiro nos bares próximos ao restaurante onde trabalhava: “Ali mesmo eu recebia, ali mesmo ficava”. Também já trabalhou como cozinheiro em barcos: “Aí ia viajar e já ficava morando no barco... Todo mundo ia passar as férias e eu ficava lá, de vigia, limpando, varrendo, entendeu?” e como porãozeiro a qual

descreveu da seguinte forma: “Purãozeiro, ali o cara sofre, já pensou um barco vai daqui, por exemplo, vai daqui pra Santarém/PA, daqui ele leva 500 sacas de cimento, quem trabalha no porão tem pegar nela”.

Mantém contato com as tias maternas, embora seja um vínculo frágil: “É muito raro elas... nem elas não me procuro, as vez que eu vô lá...”. Disse que elas o recebem, mas logo “inventam uma... uma saída: ah, eu vô saí pra algum canto; aí pronto...”.

Quanto aos vínculos de amizade que formou na rua, declarou: “Tenho bastante... assim... amizade mesmo só de, né?, só coisa que não presta, só de cachaça, de droga, mas amigo, amigo mesmo de verdade, eu não tenho não”. Perguntamos-lhe se poderia citar algum amigo dentre as pessoas com quem se relaciona na rua e nos respondeu que “amigo, amigo mesmo, tenho não. Na rua praticamente você não tem amigo, entendeu? Cê só tem amigo se tu tem alguma coisa, tu tem dinheiro, se tu tem bibida, se tu tem droga, aí, sim, aí tu tem amigo, fico tudo ali perto de ti, mas acabou, acabou...”. Questionado se há solidariedade entre os moradores de rua, comentou: “Alguns, alguns são... outros, não”. E citou um morador de rua que já o ajudou.

Para sobreviver na rua, Thiago disse que é preciso “correr atrás”, o que significa lavar carros, fazer algum tipo de serviço para um terceiro, por exemplo. Descreve o terceiro como seu “patrão” e nos fala que tem “uns patrão” que são um advogado, o proprietário de um prédio e o de um cursinho ali na vizinhança. Os serviços são diversos: lavar carro, jogar o lixo, trocar pneu, roçar um terreno. Indagamos se esses “patrões” elogiam seu trabalho, respondeu-nos que reclamam quando consideram que está ruim, se estão satisfeitos com o trabalho realizado, somente verbalizam que gostaram. Das atividades que realiza, a que lhe dá prazer em fazer é cozinhar e que se sente bem quando elogiam o prato que preparou. Lembrou do último churrasco que havia preparado para uma pessoa que mora nas vizinhanças da Silva Ramos e que foi elogiado pelas pessoas que prometeram contratar seu serviço em outra ocasião.

Thiago mantém um relacionamento amoroso com uma moradora de rua, cujo codinome, nesta pesquisa, é Madalena. É ela que o ajuda a sobreviver na rua. Ele tem encontrado dificuldade em conseguir bicos porque está com sequelas por conta de um tiro que levou há cerca de um mês. Inicialmente, ele descreveu como bala perdida, mas depois, em outras visitas à rua Silva Ramos, comentou que foi retaliação por ter tentado afastar uma pessoa que estava assaltando a vizinhança. Na ocasião da entrevista com ele, somente ele estava pernoitando no SAI após ter levado o tiro.

Com a bala alojada “na espinha”, não consegue abaixar a cabeça, não consegue correr, nem pode andar só, relatou que sente muita dor de cabeça. Contou que estava lavando um carro e, ao abaixar-se, acabou desmaiando e machucou-se na queda. Relatou que até para amarrar o cadarço do tênis está sentindo tontura.

Mesmo tendo ocorrido há um mês, Thiago ainda não conseguiu marcar atendimento médico. Já pernoitou algumas vezes de Serviço de Pronto Atendimento São Raimundo, para agendar no SISREG, porém não consegue vaga.

Ao final da entrevista, falou sobre sua esperança em conseguir marcar a cirurgia: “Mas eu creio que vai mudar, sabe? Vou conseguir tirar essa bala aí”.

Madalena

Madalena tem 33 anos, é natural de Altamira, no Pará. Viveu até os dez anos de idade em Santarém/PA. Contou sobre sua infância, sobre o abandono dos pais, maus-tratos da madrasta que, por ordem judicial, registrou-a como genitora. Segundo conta, era ela que cuidava dos demais irmãos e, por isso, parou de estudar no segundo ano do Ensino Fundamental; contou que aprendeu a ler na rua. Madalena nos fala que o pai

ainda deixou mais seis filho nela [a madrasta], foi embora com... com seis nela e com mais dois da minha mãe mesmo, que era eu e meu irmão, e sumiu, então ela ficou com aquela revolta muito grande, né?, então ela descontava toda a raiva dela em mim, né?, então foi aí que eu fui pra rua. Eu tinha... o que, seis ano de idade, comecei reparando carro, engraxando sapato, comecei aprendendo a fazer saco pra padaria...

O Estado exerceu seu papel na figura da assistente social que, como Madalena, fala-nos:

“Chegou com ela (a madrasta), falou que era pra mim ficar em casa, eles conseguiam rancho, né?, uma situação melhorável, tá, ela me aceitou em casa, não por amor, mas sim pela situação melhor, entendeu?, pros filhos dela, não pra mim”. Madalena nos falou sobre a mágoa que sente em relação à madrasta, dos sentimentos ambivalentes em relação a ela: “Até hoje assim eu tenho aquela mágoa dela, mas eu tenho um amor por ela, por muitas coisas que ela fez de bom, né?, pra mim. Uma foi me registrar, né?...”.

Madalena nos falou também sobre como, ainda criança, com cerca de dez anos de idade, foi explorada sexualmente por uma mulher que a trouxe para Manaus com a promessa de que trabalharia como garçoneiro. A aliciadora chegou a ser detida, e Madalena ficou sob a tutela do Estado. O Estado, porém, era um desconhecido para ela:

Foi quando eu fugi do Juizado de Menor. Aí comecei ir pra rua, aí foi quando eu entrei no putero mermo, comecei fazer amizade com as pessoas, entendeu? Um me vendia pra ali, eu ganhava uma pra ali, um me levava pra morar na sua casa, mas por interesse, pela minha buniticeza, por modo de ganhar num putero, mas aí eu fui aprendendo, cada porrada era um aprendizado, cada porrada eu aprendia mais, cada briga eu aprendia.

Madalena nos fala que aprendeu na rua a proteger-se, fazendo amizade com “a malandrage, né?, com as prostituta”.

Também Madalena está sem documentos. Por ser de outro Estado, tem dificuldades em obter a segunda via de sua Certidão de Nascimento, documento essencial para emissão da Carteira de Identidade e outros. Isso dificulta sua vida no que concerne a oportunidades de trabalho, quando, por exemplo, falou-nos sobre certo cadastro de flanelinhas, do qual ela não pôde participar por não possuir documento algum.

Ao lembrar sobre suas inúmeras tentativas de sair das ruas, Madalena refletiu sobre o que a rua significa para ela: “Porque a rua... ela é um costume!”. Da sua relação com as drogas, ela reflete:

muitas vezes a gente fica, a gente fica mais valente ainda quando a gente tá bebo, ah, bebendo você é tudo! Porque você é mais cara de pau de pidi, quando o camarada não dá, aí você xinga, você espragueja, você diz pra ele metê no... assim, assim vai, aí você bebida você fala coisa que às vezes que o camarada até se arrepende, não vem cá, vem cá, vem cá, toma, toma, toma, toma... né?... é, então é assim.

Contou ainda que teve overdose havia pouco tempo e ficou internada em um grande hospital de Manaus. Ao receber alta, continuou usando drogas, vindo parar quando retornou à igreja:

porque só Deus mesmo, todo dia eu digo, né? Deus segura nas minha mãos, porque se eu sigurar nas tua, Senhor, eu sou falha, pode deslizar, né?, então Deus segura nas nossas mãos, né? Ele segura mesmo e... e Ele não solta porque nós samo pecador e é só jjuando mermo, mermo e pagando preço alto, porque pra sair da rua não é fácil, é como eu falei inda agora, a rua... ela é um viço, ela é uma viço, a pessoa se avicia nela, entendeu?

Em relação aos proprietários dos carros, onde atua como flanelinha, relatou não haver problema em receber a gorjeta, porém observou que, quando está sob efeito de substâncias psicoativas, recebe melhores gorjetas: “[o proprietário do carro] Paga. Graças Deus que paga, mas quando eu tô... quando eu tava doida eles pagavam melhor ainda! [quando eu estou] bêbeda, ah! O quê! Parece que a mulher queria logo se livrar de mim que me dava de R\$ 10 logo, um carro...”.

Madalena tentou sair das ruas diversas vezes, relacionou-se com alguns homens, decepcionou-se com eles, abandonou o lar e, com isso, perdeu a guarda de todos os filhos. Um desses homens a ajudou a reencontrar a família em Santarém. Atualmente, sua família reside no Morro da Liberdade, mas não mantém contato com os familiares. Também nos falou sobre uma filha que teve na rua, fazia pouco tempo, a qual foi levada pelo Conselho Tutelar para o SAI de Crianças e Adolescentes; a madrasta a denunciou por negligência e isso gerou novas

“trincas” no já fragilizado relacionamento entre elas. Quanto aos filhos, mantém contato por telefone, pois não moram em Manaus.

Sofre com o afastamento dos filhos e pretende mudar para aproximar-se deles novamente. Reclama não ter o apoio da sociedade para efetivar essa mudança e nos fala das dificuldades de sobreviver na rua:

...a sociedade ela num... ela num tá ali pra lhe dar uma ajuda, ela num lhe dá uma mão, ou se você não robá, ou pegá um ponto de carro desse pra reparar, mesmo às vezes as pessoas, né?, num dando, reclamando ou ponto, ou ficando num ponto de uma panificadora, o dono da panificadora não deixa a gente reparar o carro, entendeu? Então a gente passa muito momento... o frio, entendeu? Então as pessoa vai se tornando... é... ruim; ruim com a vida, ruim com as pessoas, entendeu? Tudo pra ela, sabe, é ódio, qualquer raivinha ela quer matar, ela quer esfolar, entendeu? Porque é a... é a rua que ensina a pessoa ser assim, você chega na... na casa de uma pessoa, pedindo um prato de comida, a pessoa tá com uma panela, não tem ninguém mais pra comer, ela prefere jogar do que ela dá, entendeu? E na sua frente ainda assim ó! Você morrendo de fome e ela jogando a comida assim no lixo, mas ela não dá, e você tem que ir lá no lixo, pegar aquela comida e comer, entendeu? Graças ao meu bom Deus nunca aconteceu isso comigo, sabe?, mas eu tenho um colega, eu tenho pessoas que já aconteceu isso, entendeu? Então ela traz muita mágoa, assim muita dor, entendeu? Modos de dormir, o medo de dormir na rua, porque a rua... ela é o medo, você não sabe quem é quem, você não sabe quem é seu parceiro, quem não é, você não sabe...

E continua falando da relação com a polícia: “...olha, tem policial, aqui nesse Centro, que você tá dormindo numa praça, sem fazer nada, os policial lhe acorda na base do chute, da paulada, da pisada, entendeu? E você só tá dormindo sem fazer nada: ‘Bora, vagabundo, te levanta daí!’ (imitou a voz de um policial). Reclamou também da falta de oportunidades que os moradores de rua vivenciam.

No momento desta entrevista, estava morando em uma quitinete cujo aluguel fora pago por evangélicos pelo período de 45 dias. Disse que voltou a trabalhar como flanelinha para garantir o sustento e pagamento do aluguel:

mas aí a gente já tomemo o ponto de volta, porque é tipo assim: hoje nós tamo procurando pra pagar um quarto, pra comprar um rancho, hoje nós temo uma responsabilidade, tá entendendo? Antes a gente num tinha, hoje a gente tem, então o que que acontece, os R\$ 20,00 (por dia) que eles tavo pagando, que o melhor... que o ponto mais barato que a gente tava alugando é esse, porque do R, do P são tudo de quarenta, cinquenta.

Comentou que essas responsabilidades de manter uma casa não eram percebidas anteriormente. Inferimos que a possibilidade de moradia propicia à Madalena uma transição do lugar de pouco autocuidado que tinha, associado às ruas, para outro, de mais autocuidado, associado à moradia. A responsabilidade de manter um lar aponta para o começo de um projeto de vida.

Indagamos quais os sentidos de trabalhar na rua e nos respondeu que

trabalhar na rua pelo que eu conheço é parar um carro, entendeu?, é se alguém mandar fazer um mandado, é... o mandado já é um trabalho pra nós, entendeu?, é você procurar ter a confiança, né? do patrão, é você limpar um quintal, por exemplo, tu tá fazendo alguma coisa, fulano? Tu tá aí na rua, umbora logo ali limpar um quintal. Pronto, você já vai, é tipo assim: o nosso trabalho é assim: manguiar, pedir algo, entendeu? Por exemplo, roupas, vêm muitas roupas pra gente, só que como a gente não tem onde colocar, a gente vende, a gente vende pra uma pessoa, entendeu? Já pra comprar comida pra gente comer, entendeu?

Ainda assim, refletiu que não considera trabalho tais atividades, mas uma forma de garantir sua sobrevivência na rua: “Pra mim não é um trabalho, entendeu? Num é trabalho isso, é tipo assim: é uma possibilidade da pessoa é comprá uma comida, comprá uma droga, comprá uma cachaça, entendeu? Pra mim não é trabalho”. O trabalho não é somente uma relação que se estabelece para fins empregatícios e monetários, mas é, antes de tudo, um investimento psíquico do indivíduo para superar as imposições do trabalho real e do real do mundo social (DEJOURS, 2012a), e fator necessário para garantia da sobrevivência da espécie humana (ARENDDT, 2014). Os exemplos, portanto, que Madalena citou, são trabalho, ao contrário do que julgou. Sua compreensão do que é ou não trabalho está baseada no discurso do trabalho formal, porém estão longe de ser as únicas maneiras de compreender-se o que é trabalhar e acabam por aprofundar a segregação da população de rua, cuja identidade de trabalhador é negado.

Ela gosta de trabalhar como zeladora ou cozinheira, mas diz não ter oportunidade. Embora esteja trabalhando como flanelinha para garantir o ponto de Thiago, fala que está procurando trabalho como diarista. Relatou sobre uma ocasião em que trabalhou como faxineira em uma residência: “Eu fui pra passar uma roupa na casa dela, eu nunca passei um palitô na

minha vida... minha irmã, só naquele palitô quase que eu passo uma hora e meia, só em cada um, ainda bem que era cinco só, eu penei!”.

Reclamou do estigma que carrega como moradora de rua, o que dificulta sua reinserção no mercado de trabalho. Não obstante, quando vai trabalhar como diarista, informa que morava na rua, argumentando: “Olha, eu disse assim: olha eu não sou profissional, é tipo assim, né? Eu saí da rua, então é muito anos sem fazer nada, então tá encruado aqui ali...”. E nos contou sobre a reação da pessoa que a contratou como diarista:

aí ela disse bem assim: não, tem problema não, mas aí ela foi até legal que ela me ajudou, né? Ela disse: Pra quem era morador de rua, teve um aqui que fez foi queimar tudo, e tu ainda passou foi bem. Olha, da próxima vez, eu vô te chamar e assim tu vai aprendendo mais, eu vô te ajudando, o que eu puder te ajudar. Eu disse: Obrigado. Ela me deu um monte de lençol, cada edredon lindo! E me deu R\$ 50, né? Me deu feijão, arroz, frango, essas coisas...

Ao final da entrevista, indagada se falar sobre tais vivências causavam algum tipo de sofrimento, respondeu que lembrar sua história de vida causa sofrimento, mas “é bom lembrar, porque aí faz eu tê mais força ainda, entendeu? Pra não deixar mais, lutar mais entendeu? Pra mim chegar aonde eu quero, entendeu? Pra mim poder ter as pessoas que eu quero do meu lado, entendeu?”.

Tomé

De todas as transcrições, esta é a única que não apresenta citações de fala, pois apagamos o arquivo da entrevista assim que foi finalizada, a pedido do participante. Em seu discurso, Tomé relatou que testemunhara diversos assassinatos. Ainda durante a entrevista, Tomé verbalizou preocupação em relação à gravação, por ter citado o nome do assassino. Ao final da entrevista, novamente ele mostrou-se receoso e arrependido de ter falado sobre tal assunto conosco. Dessa forma, apagamos o arquivo diante dele. Os resultados que seguem abaixo são fruto do diário de campo que elaboramos com base em sua entrevista.

O primeiro contato que tivemos com Tomé foi durante uma das idas à rua Silva Ramos, na tentativa de entrevistar um dos moradores de rua que ali trabalha, tanto alugando pontos como trabalhando neles. Desde a primeira visita à rua, tentamos nos aproximar desse morador em questão, tentando estabelecer um diálogo com ele algumas vezes, mas ele parecia nos evitar: ele sempre protelava a entrevista, por algum tempo sumiu da rua e fomos informados de que estava internado em uma clínica de reabilitação criada por uma entidade religiosa, depois de algumas semanas retornou à rua Silva Ramos e parecia agitado, ansioso.

Então, naquele dia, em mais uma tentativa frustrada de estabelecer contato com esse morador, tivemos o primeiro contato com Tomé. Como de costume, fomos procurar os moradores de rua no banco de pedras, à sombra de uma frondosa árvore, próximo ao colégio estadual Ribeiro da Cunha. Estavam ali M. e três rapazes que não conhecíamos. Como os critérios estabelecidos para participar da entrevista são a participação voluntária, estar em situação de rua, frequentar regularmente a Silva Ramos ou estar acolhido no Amine Daou Lindoso, solicitamos ao M. que nos indicasse, dentre os rapazes que ali estavam, quem atenderia tais critérios. Ele indicou o Tomé.

Abordamos o Tomé, identificando-nos como pesquisadores da Ufam e explanando sobre a pesquisa que estamos fazendo, convidando-o a participar dela. Ele aceitou participar da pesquisa, ficando combinado que o procuraríamos no SAI Amine Daou no dia 17 de dezembro de 2014, pois precisava ir, naquele momento, ao posto do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Amazonas (Sinetran) para carregar a carteirinha de estudante. Depois de alguns contratempos, conseguimos realizar a entrevista em um domingo, nas dependências do SAI Amine Daou Lindoso.

Tomé é natural do interior do Amazonas, saiu de casa aos quinze anos e está há dez anos em Manaus. Veio em busca de melhores oportunidades de trabalho e de vida. Inicialmente

morou em um bairro da Zona Norte da cidade, porém abandonou o local. É pai de uma menina de dez anos de idade. Não falou muito sobre o fim do relacionamento, falou que ela tem outro filho, porém deseja voltar com ele. Mas houve um momento em que ele falou o contrário, que ele é que gostaria de voltar a relacionar-se com ela. Não considera que sua relação com as drogas tenha influenciado no fim desse relacionamento.

Sobre os vínculos familiares, mantém contato via telefone, porém omitiu que está em situação de rua, embora sua família tenha condições de ajudá-lo. Falou sobre sua avó com carinho, demonstrando forte vínculo e que ela o ensinou a trabalhar como pedreiro.

Antes de ser acolhido no SAI Amine Daou Lindoso, passou um período morando em casas abandonadas na Zona Leste de Manaus, junto com outras pessoas. Não se considera dependente químico nem acredita que o ambiente elicie sua vontade de consumir drogas, mas, como estratégia para evitar o uso de drogas, procurava dormir cedo, antes que os colegas o convidassem para usar drogas. Relatou, contudo, que não era um sono tranquilo, não relaxava, pois não confiava nos outros moradores de rua com quem dividia a casa abandonada.

Trouxe, em seu relato, muitas vivências relacionadas à violência que vivenciou e praticou, como, por exemplo, nas ocasiões em que ia à boca de fumo comprar drogas e testemunhava os traficantes assassinarem pessoas, tendo ainda de ajudar a enterrar os corpos; ou na ocasião em que um dos moradores de rua, que partilhavam uma casa abandonada na Zona Leste, roubou a vizinhança e, com isso, atraiu a ira dela. Como retaliação, esse morador foi agredido pelos demais do grupo, vindo a falecer nesse episódio. O grupo, então, debandou para outros lugares.

Ser morador de rua não é problema, mas ser ladrão é. O território deve ser defendido e protegido, com um nome a ser zelado. Para tanto, a relação com a vizinhança deve ser amigável e de confiança. Em hipótese alguma, o morador de rua deve quebrar esse vínculo de confiança

com a vizinhança. No caso de Tomé, quando um dos moradores de rua roubou a vizinhança, infringiu uma norma interna deles. Como punição, foi espancado até a morte.

Tomé nos conta que a violência é frequente nas ruas e a aponta como fator de sofrimento. Em seu discurso, relatou-nos que às vezes parece estar vendo algumas pessoas que testemunhou a morte e que isso influencia até mesmo em seu sono, deixa-lhe inquieto.

Testemunhou muitas mortes e teme ser perseguido pelo traficante-assassino ou morrer por algum inimigo deste que pode julgá-lo como seu inimigo também. Teme por sua vida, especialmente ao ter testemunhado uma pessoa que foi morta por estar em companhia de um suspeito, o que o fez fugir daquele local e dirigir-se para o centro da cidade, em busca de mais segurança.

Disse que a área da Zona Leste de Manaus é diferente da região central, onde o morador de rua consegue estabelecer uma convivência amigável com a vizinhança. Lá, é visto como ladrão. Isso parece causar sofrimento para ele, por causa do preconceito e do estigma de ladrão e bandido, o que dificulta obter trabalho. Como estratégia, dirigia-se para outros bairros para procurar trabalho. Já trabalhou como pedreiro, limpador de carro e, atualmente, trabalha como auxiliar de Serviços Gerais. Destacamos que possui todos os documentos e está trabalhando formalmente em uma empresa. Dentre todos os que entrevistamos, foi o único que estava nessa condição. Também nos contou que tem facilidade em conseguir emprego, entretanto não permanece por muito tempo trabalhando, não sendo específico quanto aos motivos.

Assim como os demais participantes desta entrevista, não confia em outros moradores de rua. Acredita que estão sempre tentando prejudicá-lo e, em seu discurso, apresenta traços de persecutoriedade. Além disso, parecia preocupado com um dos colegas de trabalho, que é parente do traficante que assassinou diversas pessoas diante de Tomé. Segundo conta, esse traficante deseja vê-lo assim que sair do presídio e isso parece preocupar Tomé.

Contou-nos que gosta do trabalho que está realizando, sente-se reconhecido pelo chefe que o trata de maneira diferenciada (ele é designado para trabalhos que considera mais leve, como trocar uma lâmpada, cuidar das plantas) e já prometeu uma vaga no Almojarifado.

Ao falar de seu atual trabalho, mostrou-se relaxado, sorriu, ponderou que enquanto trabalha esquece todas as histórias que já viveu, constituindo-se a coisa que mais o deixa feliz. O consumo de drogas não o atrapalhou a conseguir trabalho, que se configura um fator de saúde, de construção social. Trabalhar parece dar uma identidade ao sujeito. Como morador de rua, sofre o estigma de ladrão. Dessa forma, o trabalho o remete a outro lugar e o faz superar tal estigma. Seu plano futuro é alugar uma quitinete no início de 2015, sua família prometeu ajudá-lo comprando eletrodomésticos.

Vale destacar a estratégia que encontrou para obter um ponto como flanelinha em uma loja da Zona Leste: primeiramente se aproximou dos flanelinhas que faziam o ponto durante o dia e pediu autorização do gerente da loja. Foi dessa forma que conseguiu o ponto de flanelinha do horário das 17 às 23h. Quando aparecia outra pessoa tentando dividir o ponto com ele, procurava dar cigarros, algumas gorjetas para a pessoa, mas não dividia o ponto com essa pessoa. Ele não confiava no outro, suspeitava que pudesse ser ladrão, podendo vir a prejudicá-lo caso dividisse o ponto.

Tadeu

Está há dez anos morando na rua. Tem 42 anos, possui Ensino Fundamental Incompleto e é natural de Manaus:

nasci aqui [em Manaus], comecei a trabalhar, trabalhar pela antiga Rede Amazônica; comecei a trabalhar como lavador de carro lá, comecei aqui no programa do L, que tinha lá naquela época, na Cachoeirinha, aí trabalhei no Friler; aí do Friler, fui pro depósito da Nestlé, aí daí eu me juntei com uma jovem, aí depois aconteceu um acidente com ela, aí ela faleceu. Aí tive que continuar na... no disagero, né? Porque

tem uns que chegam, querem se matar porque perdeu fulano e aquilo, aquilo todo, não. Aí eu peguei... o documento, que eu tinha todo, foi perdido, foi tudo extraviado, jogado fora. Os irmão dela tomaram conta da casa. Aí eu digo: é, vou vê o que eu posso fazer, levantar a cabeça e pronto!

Após a perda da companheira, passou a morar na rua e atualmente trabalha como flanelinha na rua Silva Ramos. É pai de oito filhos e sua atual namorada está grávida. Mantém contato com os filhos, visitando-os em datas comemorativas, como o Natal, por exemplo. O primogênito já o convidou para morar com ele, porém Tadeu não tem bom relacionamento com a nora:

ele quer me levar pra lá, mas só que... porque eu não vou muito com a minha nora, porque é do tipo de mulher que, se ela vê um fio de cabelo em cima da cerâmica, ela faz maior escândalo, e eu sou o tipo de cara que gosto tombem de... eu sempre fui um cara bem zeloso nas roupa, tudo, tudo bem organizado. Mas só que ela é o tipo de pessoa que ela num... aquele tipo de mulher que ela, tem certas das mulher que compreende e num compreende.

Além disso, reclamou que não podia levar os amigos para a casa do filho: “Não combina porque eu, se eu for convidá o mano aqui, convidá a rapaziada aí, que vão... vão falar, vão dizer bem assim: ‘Ah é um bando de cachaceiro! Ah, morador de rua, num sei o quê...’. Ah! Isso vai me chatear!”.

Foi um dos poucos entrevistados que considerou possuir vínculos afetivos na rua, chegando a defini-los como uma “família”. Não dorme sozinho. Divide o espaço com outro homem, R., e ambos procuram cuidar da segurança, especialmente na hora de dormir na rua, às vezes também dormem uma cadela e a namorada de Tadeu: “Geralmente quando um tá dormindo, o outro tá acordado, aí na hora que outro tá cansado, aí tua vez, aí o outro repara o outro”. Percebe, porém, que a maioria da população de rua não se ajuda:

alguns não porque a maioria, né?... são envolvido em... são usuário, né? Pratico coisa que a gente num pratica. Nossa participação mais é no trabalho. A gente bebe, a gente merenda junto, almoça junto, a maioria dos pessoal aqui, do tipo pop aqui, tudo conhece a gente e sabe quem é e quem não é. Então a maioria aqui já se foram porque foram umas pessoa que num se comportaro, né?, como a gente.

Comentou também que, na hora do almoço, dispõe-se a buscar as marmitas no Centro-POP para os outros dois colegas com quem divide os pontos da rua Silva Ramos e Ferreira

Pena, nas imediações próximas ao Tribunal, assim como se revezam na vigilância dos pontos quando um deles precisa higienizar-se. Também falou sobre laços de solidariedade e ajuda mútua, especialmente em situações de acidente ou risco de morte:

Já aconteceu. Um colega nosso [referindo-se a Tiago] pegou um tiro no ouvido, né? A bala tá aqui atrás do pescoço dele, já aconteceu várias coisas aqui também que a gente protege também. Cada um protege o outro. A gente nunca deixa acontecer nada que fique de graça. Se acontecer, a gente tem que também reagir, né? Porque a gente não pode ver o nosso parceiro caído no chão. A gente... até que você chegue pra chamar uma viatura, um socorro, pra chegar é pela parte da manhã, que eu vô fazer, eu vô se juntar, se unir, então chamar os taxista que conhece a gente aí e bota o nosso amigo e leva ele pro pronto-socorro mais próximo.

Em relação à vizinhança e aos potenciais clientes (proprietários dos veículos, donos dos estabelecimentos comerciais etc.) declarou que

repara o carro dele, da mãe dele, a gente trabalha... Eles respeito a gente, é uma coisa maravilhosa. O pai dele, também ele vem aqui visita a gente, brinca com a gente, conversa, são umas pessoa, sabe?... que admiro o nosso trabalho, importante é isso, é nossa responsabilidade, o que acontecer por aqui é nossa responsabilidade. Eles [os clientes] nem se preocupam, às vezes uns dão a chave na nossa mão pra nós limpar dentro do carro, lavagem do pneu, é o pessoal aqui já confia na gente, já conhece a gente, já sabe que a gente sabe de responsa.

Acerca dessa responsabilidade Tadeu nos falou:

Não é a dificuldade, é responsabilidade de você se manter naquele local, ali naquela área, para com que nada aconteça, chega um elemento com uma chave de fenda, risca o carro, aí você vai ter que se responsabilizar pela aquele ato que aconteceu, mesmo não sendo você. Aí o patrão chega diz bem assim: 'Pô! Olha aí, o que aconteceu, como é que fica?'.

Para evitar situações como essa, Tadeu se articula com outros moradores de rua e, por meio da violência, mantém seu espaço. Outro ponto de tensão é a relação com a população de rua que ocupa a feira da Manaus Moderna. Segundo Tadeu, a população de rua da feira da Manaus Moderna os ameaça roubando-lhes os pertences. Para proteger-se, Tadeu conta com o apoio dos demais que vivem na rua Silva Ramos. Foi ele um dos poucos participantes que falou sobre a solidariedade e a cooperação nas ruas: o rodízio na ida ao Centro-POP para buscar o almoço, o suporte quando um deles está sendo ameaçado ou ferido, a preocupação em saber onde e como estão aqueles que não mais frequentam a rua Silva Ramos.

Afirmou que, em caso de dano ao carro que estava vigiando, paga o prejuízo realizando algum tipo de trabalho ao proprietário do carro. Tadeu também se preocupa quando ocorrem furtos na região onde trabalha por causa da possibilidade de lhe atribuírem a culpa. Em casos de furtos, a vizinhança o procura para saber se ele viu alguma coisa e ele se dispõe a ir com a pessoa que foi furtada para tentar recuperar. Isso porque ele conhece os locais para onde os ladrões levam os produtos, que, segundo ele, serão trocados por drogas.

Foi um dos poucos a comentar sobre sua relação com o Centro-POP, considerando que a equipe de lá proporciona uma rede de contato para trabalhos informais. Também nos relatou que, no Centro-POP, sente-se respeitado: “A gente tem o nosso banho, a gente é bem recebido, graças a Deus”.

Com os demais trabalhadores da rua, a relação também é de cortesia mútua: “A vizinhança toda, tanto a vizinhança como as merendeira, todos eles, os menino aqui do posto também, as menina, tudo gosta da nossa atitude, porque a gente somo pessoa que a gente respeita eles e tem um comportamento junto com eles”.

Seu trabalho como flanelinha consiste em “reparar carro, lavar, a gente tem o nosso horário certo pra gente tomar café da manhã, o almoço”. Trabalham das 8 às 15h e guardam os materiais para a lavagem dos carros em um dos estabelecimentos da rua Silva Ramos. Em relação ao uso de EPIs, declarou: “A gente leva é na tora mesmo”.

Considera que a existência de câmeras inibe a ação de ladrões. Preocupa-se com sua segurança e a de seus amigos: “O medo! É o medo porque você tá dormindo, de repente aparece um com aquele espírito maligno e pode fazer, atirar, então furar, e às vezes você num tá por perto, quando você chega já é aquela notícia ruim”.

3.2 Pensando o trabalho para quem está em condição de morador de rua

Propondo-se a pensar o trabalho para a população de rua com base nas narrativas descritas anteriormente, levaremos em consideração, para a discussão dos resultados, os eixos propostos por Mendes e Araújo (2012): Organização do trabalho; Mobilização subjetiva; Sofrimento, defesas e patologias. Além desses eixos, também discutiremos os resultados com base nas reflexões de Arendt (2014) acerca das relações humanas, das contribuições de Certeau (2008) e de Santos (1999), articulando com os resultados das pesquisas levantados na revisão de literatura.

A necessidade de tal articulação se deu pela própria natureza do fenômeno população de rua. Os resultados foram agrupados conforme sua maior ocorrência nas entrevistas e procuram caracterizar esse mundo que é de um trabalho não legitimado pela sociedade, de um lugar que é ao mesmo tempo de moradia e de trabalho.

3.1.1 Da polivalência da população de rua: o “correr atrás”

Nas entrevistas os participantes falaram que executam diversas tarefas de diferentes profissões (pedreiro, bombeiro hidráulico, eletricitista, auxiliar de pedreiro, auxiliar de Serviços Gerais, motorista, lavador de carros, roçador de quintal, cozinheiro). Ter conhecimento para exercer tais atividades pode lhes garantir a subsistência, ainda que temporariamente.

Trabalhar também é “manguiar”, ou seja, pedir algo. Esse conceito de trabalho se apoia principalmente nas reflexões de Arendt (2014), para quem trabalhar é garantir a sobrevivência,

seja se alimentando, seja utilizando uma vestimenta para proteger-se, seja o próprio funcionamento do organismo humano.

Já o “correr atrás” se relaciona a conquistar clientes entre a vizinhança residente ou proprietária de algum estabelecimento no entorno da rua Silva Ramos. “Não se escolhe trabalho”: é o trabalho que o escolhe. Daí a importância de aceitar o desafio, ainda que ponha em risco a própria segurança e saúde, quando, na tentativa de demonstrar virilidade (DEJOURS, 1992, 2007, 2010, 2012), para lidar com o medo que morar na rua representa. Dessa maneira a virilidade se torna uma ideologia defensiva destinada a manter a negação de tal medo.

A virilidade (DEJOURS, 1992, 2007, 2010, 2012) também pode ser percebida na relação de dominação que se estabelece no momento da disputa por territórios – “a rua é uma selva” (André) – em que estão familiarizados com a violência, banalizando-a. No caso de André, seu histórico violento é usado para manter seu território no trabalho de flanelinha.

3.1.2 “A rua é um costume!”: dos vínculos que se formam (ou não se formam)

As entrevistas apontaram para uma acentuada deterioração de vínculos familiares e também de vínculos de amizades estabelecidos na rua. Há entre a maioria dos participantes um histórico de abandono, de negligência familiar, de violência doméstica ou de maus-tratos. Do que se pôde apreender sobre suas histórias de vida, destacamos que o contato com a rua começou, para a maioria dos participantes desta pesquisa, ainda na infância, seja trabalhando “de menor” (Matheus) ou “reparando carro, engraxando sapato, comecei aprendendo a fazer saco pra padaria” (Madalena).

Como se trata de uma relação antiga, construída na infância, a rua passa a ser mais que lugar de transitar, é o espaço que Santos (1999) aborda, na medida em que eles lhe dão um novo sentido: o de lar. Este autor vai além e o situa no tempo presente, que é o tempo vivido, que é o tempo do aqui e agora, pelo *animal laborans* (ARENDT, 2014), condição que mais comumente se encontra a população de rua.

Assim, a rua assume o papel simbólico de lar, lugar onde crianças se tornam adultos, o que foi verificado nas entrevistas com os participantes desta pesquisa, que o transformaram no “espaço praticado” de Certeau (2008), onde a população de rua se apropria e com o qual tem uma relação íntima, afetuosa, familiar. Pensar a rua, para a população de rua, sob essa ótica, pode ajudar a compreender a fala de Madalena, quando nos disse que a “a rua... ela é um viço, ela é um viço, a pessoa se avicia nela”. A rua, mais que um vício, é o lar que Madalena e os outros participantes desta pesquisa conheceram.

Alguns coletivos de trabalhadores contam com o apoio da família para lidar com o sofrimento no trabalho. Moraes (2010) considera esse apoio, fator propulsor de saúde, constituindo-se espaço de escuta e elaboração acerca das vivências no ambiente de trabalho. Essa autora destaca o papel importante que a família assume, nessas circunstâncias, nos aspectos sociais e afetivos para os trabalhadores que contam com tal apoio.

Não é, entretanto, o que se verifica no coletivo participante desta pesquisa. Nas entrevistas, os participantes não só expressaram certo distanciamento em relação aos familiares, como também afirmaram omitir destes a condição atual de vida que estão levando, como Felipe, cuja família desconhece sua atual situação de rua, mantendo contato apenas por telefone. O telefone parece ser o principal meio de contato dos participantes com seus parentes, porém não costumam pedir ajuda; um dos entrevistados chegou a justificar tal atitude como uma escolha pessoal estar na rua e não considera “justo tá incomodando” (Pedro).

A maioria dos participantes demonstrou sentir algum tipo de afeto por algum ente, mesmo quando não consegue estabelecer comunicação com o parente – “vai dando saudade” (Matheus). Destacamos, contudo, dois que vivenciam mais sofrimento que alento ao contatar os familiares: Thiago relatou um relacionamento frio com as tias maternas e Madalena está com as relações rompidas com sua madrasta desde a denúncia de negligência que resultou em medida protetiva de acolhimento institucional para a bebê dela. Também Bartolomeu que, quando visita a ex-mulher, reclama da falta de confiança da família dela, sofrendo por ela ter constituído novo relacionamento e continuar morando na casa que dividiu com ele (“não tem graça eu dormi na sala dela e vê minha ex-mulher, na minha casa, com o atual marido”).

Assim como os vínculos familiares são frágeis, verificamos que igualmente frágeis são os laços de confiança e cooperação entre os participantes. A condição de *animal laborans* se evidencia por ser especificamente pela necessidade de sobrevivência: alguns costumam dormir em locais públicos onde há vigilância eletrônica e dividem alimentos, como Bartolomeu. Outros, porém, dormem sozinhos e afirmam que não confiam em ninguém. Madalena nos falou sobre esse medo ao falar sobre como é dormir na rua: “...modos de dormir, o medo de dormir na rua, porque a rua... ela é o medo, você não sabe quem é quem, você não sabe quem é seu parceiro, quem não é, você não sabe...”.

Entre os participantes também encontramos os que, antes de escolher o local onde irão pernoitar, analisam se é mais seguro pernoitar junto aos demais que estão na rua ou se é mais prudente dormir afastado deles. A necessidade de criar estratégias para sobreviver na rua é o elo comum entre os participantes da pesquisa e responsável pelos laços de cooperação, quando existem.

Ao indagarmos sobre amizades que se formam no espaço da rua, alguns responderam que os assuntos recorrentes são “as drogas e cachaça” (André) e que tais relações de amizade

são baseadas “na cachaça, de droga, mas amigo, amigo mesmo de verdade eu não tenho” (Thiago). O sentimento de desconfiança também foi percebido na entrevista de Tomé, o qual acredita que sempre estão tentando prejudicá-lo. Essa falta de confiança também ficou evidente quando ele falou-nos que não dormia direito quando morava junto com outras pessoas em uma casa abandonada. Tais resultados levam-nos a pensar que a desconfiança aparece como uma estratégia de defesa coletiva entre os participantes da pesquisa.

Ao contrário dos resultados obtidos por Alberto (2002), que sinalizou que há cooperação e solidariedade entre as crianças e adolescentes que trabalham nas ruas de João Pessoa/PB, os participantes da pesquisa da rua Silva Ramos quase não cooperam ou se ajudam. As entrevistas apontaram para um clima de desconfiança disseminado entre eles e as ações de solidariedade só apareceram nos momentos de dividir a comida. Dentre os participantes, destacamos Thiago e Madalena, que por serem um casal, ajudam-se e protegem-se, e Tadeu mantém uma relação fraternal com seu amigo R. Há ainda Felipe, que ajuda Thiago no ponto, porém, como dito anteriormente, nem Thiago nem Madalena o mencionaram como amigo.

Ressaltamos que a deterioração dos laços de confiança é mais acentuada entre a população de rua que não está acolhida nos serviços de acolhimento. A estes os vínculos não estão completamente esfacelados e relações de amizade podem surgir no ambiente onde trabalham, como ocorre com Renato. Também destacamos que a falta de confiança não é unânime, porém percebemos que os laços de confiança não se dão da mesma maneira entre eles.

Os moradores de rua se constituem um coletivo de trabalhadores desarticulado e fortemente marcado pela desconfiança. Isso prejudica a cooperação, o reconhecimento dos pares e a mobilização subjetiva. Por outro lado, é um coletivo em que as regras de convivência são vitais para a sobrevivência do sujeito na rua; assim também as regras de ofício, especialmente no caso dos que trabalham como flanelinhas, cujo funcionamento é acatado pelos

que trabalham na rua: a violência das disputas por espaço, a convivência cortês com os residentes da rua Silva Ramos, a divisão do território em pontos referenciados pelos postes, a definição dos valores a serem pagos pelo aluguel dos pontos, o “manguiar” se constituem, dentre outras, as regras de trabalho do morador de rua. Sobreviver na rua se relaciona a observar e cumprir tais regras, confirmando que “toda regra de trabalho é a um só tempo regra técnica e regra de saber viver” (DEJOURS, 2012a, p. 84).

3.1.3 De que dores estamos falando?

Dos conteúdos das entrevistas depreendemos que os desencadeadores de sofrimento da população de rua são múltiplos. O real do mundo social (DEJOURS, 2012a) se manifesta:

- em situações de violência a que podem ser subjugados, seja pela polícia, seja pelos outros moradores de rua, seja por membros da sociedade que os agridem, tentam eliminá-los;
- pela negação do medo – como estratégia de defesa – presente nas circunstâncias de violência já citadas;
- no estigma de morador de rua cuja imagem está associada à de bandido, malfeitor e vagabundo;
- nas relações hierarquizadas e baseadas na violência que se estabelecem entre a população de rua, na disputa por território;
- na falta de confiança e cooperação entre os que habitam a rua.

O preconceito pode surgir associado a determinada atividade, como mostram os resultados de Giongo (2013), em que os suinocultores se sentiam discriminados pela atividade que desenvolviam. Constatamos, entretanto, que na nossa pesquisa o preconceito está atrelado principalmente ao estigma de ladrão, bandido, vagabundo, que acompanha a população de rua. O preconceito, também presente na pesquisa de Escorel (1999), revelou-se um dos desencadeadores de sofrimento mais comum entre os participantes e, assim como na pesquisa de Escorel, a população de rua rejeita e procura diferenciar-se desse estigma.

Na pesquisa que realizamos, ressaltamos que o preconceito pode brotar ainda no seio familiar, como ocorreu com Renato, cujos familiares evitaram a reinserção familiar por temer que se mostrasse violento.

Alguns evitam falar que estão em situação de rua, acolhidos em instituições voltadas para população de rua e sofrem quando são tratados como suspeitos em instituições que deveriam apoiá-los. Mesmo o usufruto de uma política pública, como o Pronatec, por exemplo, torna-se instrumento de preconceito (“Os professores não têm discriminação, mas aluno que paga... eles têm!”).

Entendemos que o preconceito como uma ferramenta de culpabilização do indivíduo pela situação de risco ou vulnerabilidade em que vive. Castel (2010), ao analisar a condição dos pobres do século 14, já indicava que o estigma de vagabundo ocultava uma questão social que era a falta de trabalho. Esse cenário parece ter se agravado com o passar do tempo e a incapacidade do Estado em solucionar essa questão aumentou na mesma proporção que esse problema se agravava. A população de rua de hoje vive em um processo de desfiliação similar ao da classe pauperizada e desempregada que era denominada de vagabunda (CASTEL, 2010).

A falta de documentos aparece como outro agravante de sofrimento na medida em que os impede de ter acesso ao trabalho formal e mesmo a programas com o Passaporte para

Cidadania, como ocorre com Matheus, que realiza atividades de auxiliar de Serviços Gerais, porém não está incluído no programa. Também Madalena não consegue cadastrar-se como flanelinha por não possuir nenhum tipo de documento. A resignação foi a estratégia de defesa detectada para lidar com esse sofrimento. Ressaltamos que a falta de documentos não é percebida por todos como preocupante. Apenas Marcos a percebeu como tal (“a gente não tem documento, já é difícil sem documento”).

Abrimos um parêntese para falar sobre a atuação da equipe multidisciplinar do SAI e do Centro-POP, as quais são essenciais para a transformação da percepção dos sujeitos quanto à cidadania e ao acesso aos direitos como cidadão. Ressaltamos que a cidadania se relaciona diretamente com a existência de documentos comprobatórios que conferem ao sujeito sua existência e viabilizam o acesso às políticas públicas do Suas.

Outro aspecto percebido durante as entrevistas foi a forma como vem ocorrendo o processo de vínculo entre os moradores de rua e os profissionais que atuam nos equipamentos do Suas. Os participantes trouxeram algumas queixas acerca disso: dificuldade em conseguir acolhimento no SAI, dificuldade em ser liberado para trabalhar em horário alternativo, uma velada desconfiança por parte dos profissionais quanto à procedência do usuário. Por outro lado, tanto o SAI quanto o Centro-POP foram apontados como suportes para os moradores de rua, atuando no resgate dos vínculos familiares, oferecendo moradia quando estão doentes ou guardando seus pertences quando estão em situação de rua. Percebemos que o processo de vínculo usuários e profissionais apresenta pontos positivos e pontos negativos que precisam ser revistos e analisados criticamente a fim de evitar a reprodução de estigmas.

Retomemos a análise das estratégias de defesa dos participantes desta pesquisa. O medo de sofrer algum acidente de trabalho foi citado apenas por Felipe, contudo ele evitou falar sobre tal assunto. Inferimos que a negação é a estratégia de defesa utilizada por Felipe para lidar

com a possibilidade de se acidentarem no trabalho. As condições climáticas a que estão expostos, as dores no corpo foram citadas por Felipe como agravantes de sofrimento.

Para lidar com os reveses acima citados, valem-se de estratégias de adaptação e procuram “ter jogo de cintura”, “tentam ser diferente” e, em geral, omitem da família os infortúnios que estão vivenciando.

O consumo de drogas lícitas e/ou ilícitas, tal como ocorre com as crianças e adolescentes trabalhadores da pesquisa de Alberto (2002), assume o papel de estratégia de defesa para a maior parte dos participantes da presente pesquisa. Tanto para lidar com a fragilidade dos vínculos afetivos e as adversidades que a rua impõe como para pedir gorjeta. É estratégia de defesa (DEJOURS, 2011; 2012a) em situações onde a fome ou qualquer outra necessidade exige, como no caso narrado por Pedro que recorre à bebida para “tentar amenizar o sofrimento”; é também tática quando percebem uma ocasião (CERTÉAU, 2008) para obter a gorjeta, conforme relatado por Madalena que considera que a pessoa fica “mais cara de pau de pídi quando tá bebo, quando o camarada não dá aí você xinga... às vezes o camarada se arrepende e diz ‘vem cá, toma, toma’”.

Entendemos que o consumo de substâncias psicoativas, abusivo ou não, de dependência química ou não, é assunto complexo e não é o foco desta pesquisa. Destacamos aqui é que há um relacionamento significativo entre os participantes e o consumo das drogas, podendo até ser um dos fatores para o afastamento do convívio familiar.

Outra estratégia de defesa também presente em outras pesquisas (GHIZONI, 2013) que identificamos é a religião, como, por exemplo, Madalena, que se apoia na religião (“porque só Deus mesmo... porque pra sair da rua não é fácil, não”) para sair das ruas e evitar o consumo de substâncias psicoativas. O apego à religião revela a ambivalência entre ficar e não ficar na rua.

O trabalho, nesse contexto, propicia ao indivíduo uma nova oportunidade de (re)conquistar sua identidade social, promover a realização pessoal do sujeito. Isso ocorre pela dinâmica do reconhecimento (DEJOURS, 2012a) que possibilita também a transformação do sofrimento em prazer, atribuindo sentido ao trabalho.

Marcos e Renato racionalizaram para justificar a ausência de reconhecimento de seus trabalhos: Marcos ao afirmar que “dizem que o time que está ganhando não se elogia porque, se elogiar, aí relaxa” e Renato ao afirmar que “elogio não leva a gente a progredir”. A racionalização, nesses casos, surge como uma ideologia defensiva para lidar com a falta de reconhecimento do trabalho que desempenham. Destacamos que a manutenção dessa ideologia prejudica a transformação da realidade, pois, se a dinâmica do reconhecimento não ocorre, os indivíduos irão utilizar-se de estratégias defensivas para suportar o sofrimento inerente ao trabalhar. A ausência da dinâmica do reconhecimento, dessa forma, prejudicará a função protetiva de saúde na vida do trabalhador.

Racionalizar o não reconhecimento do trabalho é uma ideologia defensiva para lidar com o medo da solidão:

O medo da solidão é aqui o medo de se encontrar privado do reconhecimento. Essa situação é perigosa no plano psicológico para todo ser humano. E não se trata de uma situação excepcional. É o caso de todos aqueles que estão privados de um emprego, dos que são lançados ao ostracismo ou que são discriminados, das vítimas do racismo, da injustiça, da humilhação, do desprezo, é o caso para todos os que se encontram em uma posição de *pária*, os privados precisamente de pertencimento e sobretudo de solidariedade. O medo da solidão é compreensível e justificado. Mas a impossibilidade de lidar com essa solidão e de suportar a privação de reconhecimento é também uma vulnerabilidade que pode tornar o indivíduo um vassalo, um ser submisso e um oportunista prestes a trair o sentido moral e os valores para evitar a desestabilização psíquica e o medo (DEJOURS, 2012a, p. 119-120).

Um dos resultados desta pesquisa foi o sofrimento da população de rua decorrente do estigma de bandido, malfeitor. O não reconhecimento deles como trabalhadores, situação semelhante à vivenciada pelas crianças e adolescentes de João Pessoa (ALBERTO, 2002) e pela população de rua pesquisada por Escorel (1999), que não reconhecia as atividades de

catador e guardador de carros como atividades de trabalho, o que pode estar relacionado à ideia de desqualificação e desvalor que esses trabalhos representam para os próprios catadores e guardadores de carros. Destacamos que o não reconhecimento do trabalho da população de rua afeta a dinâmica do reconhecimento e impede que a identidade social seja (re)construída.

Ressaltamos que a racionalização da negação do reconhecimento não é unanimidade entre os participantes desta pesquisa. Dentre eles, destacamos três que percebem o reconhecimento de seu trabalho: Pedro e Bartolomeu – artesãos – e Madalena certa vez, quando trabalhou como diarista em uma residência.

Os artesanatos produzidos por esses dois homens podem ser compreendidos como objetos de arte, não foram manufaturados para serem utilizados, mas admirados, assumindo um papel de “algo imortal alcançado por mãos mortais” (ARENDR, 2014, p. 209). As motocicletas e coqueiros fabricados com latas de refrigerante (“eu reciclo aquilo que com certeza vai pro lixo”) e o barco fabricado com palitos de picolé são exemplos da metamorfose somente possível por meio da criatividade e da habilidade de homens que, com suas mãos, transformam e atribuem novos sentidos a materiais.

Como obras, conferem a Pedro e Bartolomeu outra condição: o de *homo faber*. Ainda são *animal laborans* (como a maioria dos mortais de nossa sociedade), mas, pela obra, são reconhecidos como artistas. Esse reconhecimento de seu trabalho é vivenciado de formas diferentes por eles: Pedro compreende que o elogio está direcionado para seu trabalho e que isso “aumenta sua autoestima, dá mais força para trabalhar, por pior que seja a situação”; no entanto, Bartolomeu “sente vergonha” quando elogiam seu artesanato.

Destacamos que o reconhecimento de seu trabalho se constitui promotor de saúde para Pedro e ele mesmo identifica os benefícios do reconhecimento de seu trabalho. Bartolomeu se sente envergonhado dos elogios ao artesanato que produz, mas a evidência do reconhecimento,

a qual ele ainda está se acostumando, configura-se importante agente de inclusão social, tanto para ele quanto para Pedro, e que tal reconhecimento é a “dimensão social da sublimação” (DEJOURS, 2012a, p. 111).

Este autor destaca que o reconhecimento não é direcionado para a pessoa, mas para o trabalho que realiza. A fala de Pedro mostra que o sujeito consegue perceber o reconhecimento e os benefícios que este lhe traz. O reconhecimento do trabalho também passa pela superação dos obstáculos, do real do trabalho e se materializa no reconhecimento do cliente, como ocorreu com Madalena, que se sentiu desafiada a passar paletós, atividade que nunca desempenhara, e se sentiu reconhecida pela pessoa que contratou seus serviços, que lhe disse: “Pra quem era morador de rua, teve um aqui que fez foi queimar tudo, e tu ainda passou foi bem”. Madalena se sentiu reconhecida pela atividade que realizou, sua identidade social se ampliou (morador de rua). Considerando que Madalena sofre com o estigma de moradora de rua, essa nova identidade social – diarista –, para ela, é promotora de saúde.

Notamos que o estigma de morador de rua, para a maioria dos participantes da pesquisa, foi apontado como agravante de sofrimento, porém apenas Pedro criticou o papel de controle social que a sociedade exerce baseada em tal estigma (“aí engloba também o negócio de eu ser morador de rua”).

Além de todos os fatores já discutidos, notamos que a precarização do trabalho repercute mais gravemente no lumpemproletariado (MARX, 1985), cujo mais emblemático representante é Matheus, dentre os participantes da pesquisa. A atividade que exercera por anos – lavador de carros – agravou seriamente sua saúde. A situação de Matheus, contudo, não causa espanto, não sensibiliza os donos dos postos de lavagem, tornou-se desnecessário, não estar protegido por meio das garantias sociais do trabalho é banalizado. Ao contrário, Matheus é mais um a engrossar as filas do lumpemproletariado. Não consegue recolocar-se no mercado de

trabalho, mesmo como lavador de carros (sua antiga atividade), e atualmente sobrevive de pequenos afazeres domésticos dentro do próprio serviço de acolhimento. Essa condição se agrava pela falta de documentos que o impede de ser incluído no programa Passaporte para Cidadania. Ainda que seja garantida a gratuidade na obtenção de uma segunda via de Certidão de Nascimento de uma pessoa oriunda de outra cidade, os custos do envio precisam ser pagos por alguém. Para tanto, solicita-se a gratuidade via Tribunal de Justiça e se aguarda a busca e envio que são de responsabilidade dos cartórios. Esse processo é lento e nem sempre bem-sucedido, pois conta com a boa vontade dos proprietários dos cartórios e pelo desconhecimento de alguns solicitantes desconhecerem o cartório onde estão registrados. Destacamos que o principal complicador nessa dinâmica é não reconhecer que a segunda via do registro de nascimento é um direito, não um favor.

3.1.4 Existe organização do trabalho para os trabalhadores-moradores de rua? – Em busca de aproximações com o real do mundo social

A Organização do Trabalho se refere à divisão das tarefas e às relações que se estabelecem entre os trabalhadores e o ambiente do trabalho, entre os diferentes atores (os próprios trabalhadores, os gestores, os clientes ou usuários dos serviços prestados pelos trabalhadores), englobando a forma como ocorre essa relação, a maneira como a comunicação flui, os modos de gestão, o trabalho prescrito e o trabalho real. Dejourns (2011) considera as normas e procedimentos estabelecidos pela gestão como trabalho prescrito, enquanto o trabalho real é o investimento subjetivo do trabalhador para dar conta dessa prescrição.

O caso da população de rua se aproxima do caso do subproletariado (Id., 1992) no qual não há uma organização do trabalho prescrita e é, como o segundo, uma situação regida pelo subemprego e desemprego.

No que se refere a atividades exercidas para sobreviver, a população de rua é heterogênea. Camaleônica, ela adapta-se às organizações do trabalho onde consegue um trabalho, mesmo que temporário. Quando precisa trabalhar na própria rua para garantir a sobrevivência, notamos que não há uma prescrição da organização do trabalho, ela inscreve-se no real, no cotidiano, na ocasião (CERTEAU, 2008). A Métis se manifesta no saber-fazer, como Pedro afirma: “Aprender a discernir as coisas rápido”, na tocaia e na observação que garantem a sobrevivência, aqui compreendida como trabalho (ARENDETT, 2014; DEJOURS, 2012; CERTEAU, 2008).

As relações de trabalho apresentam particularidades. Thiago denominou aqueles que contratam seu trabalho de “patrão”; contudo, a relação que se estabelece entre eles não prevê as garantias sociais de um vínculo formal de trabalho: caso ocorra algum acidente de trabalho durante a atividade, o indivíduo, já em situação de risco ou de vulnerabilidade pela própria condição de população de rua, não poderá contar com nenhum tipo de suporte do “patrão”. Retomando a situação analisada por Castel (2010), no século 14, podemos traçar um paralelo entre as relações de trabalho do senhor-servo e a do “patrão”-população de rua: em ambas há ausência de responsabilidade do contratante do serviço (senhor, “patrão”) em relação ao contratado (servo, população de rua).

A população de rua atribui à rua diferentes, mas não excludentes, sentidos: pode ser o lar que conhecem, o local onde trabalham, o lugar onde se sentem acolhidos, onde se sentem livres, mas também sentem medo, onde passam fome, calor, frio. Dessa mistura de vivências destacamos aqui duas que comentaremos: a de lar e de trabalho.

Como espaço de trabalho, a rua é o local onde a população de rua pode trabalhar como flanelinha. A divisão do espaço envolve disputas tensas que podem ser violentas. Assim como na pesquisa de Alberto (2002), o espaço da rua é dividido em “pontos”. André explicou que o espaço é dividido e referenciado pelos postes da rua. Assim como ocorre em João Pessoa, com as crianças e adolescentes que vigiam os carros, a rua é dividida entre os “donos” e se tornam local de trabalho e moradia. Na rua Silva Ramos, os “donos” chegam a alugar trechos da rua para outros que ali trabalham como flanelinhas. Esses alugueis nem sempre ocorrem de forma pacífica, mas são tensos e, às vezes, podem culminar em conflitos violentos.

Conforme mencionado anteriormente, a organização do trabalho, para a população de rua é, a um só tempo, lócus de trabalho e moradia. Isso acarreta complicações em caso de perda do trabalho que implicará, na maioria dos casos, na perda da moradia, constituindo-se uma vulnerabilidade social, como ocorreu com Matheus e Thiago, que moravam no mesmo local onde trabalhavam: terminado o vínculo de trabalho, perderam não somente a geração de renda como também a moradia.

Outra característica da organização do trabalho da população de rua é o preconceito relativo ao estigma de bandido, malfeitor, que, como já comentado anteriormente, é desencadeador de sofrimento e influenciam as relações desta com os potenciais clientes.

Tal estigma gera outra característica dessa organização do trabalho: o controle social executado pelos “aparelhos de vigilância” (FOUCAULT, 2010, p. 185), como, por exemplo, a Guarda Municipal. Pedro questionou o papel desse aparelho de vigilância e falou sobre o real do trabalho de um artesão que está em situação de rua: “Foi isso que eu disse pro sargento uma vez, eu falei, disse assim: Sargento, você está proibindo de eu fabricar meu artesanato aqui na praça, no lugar público que não tô fazendo sujeira, nem nada” (Pedro).

Assim também a violência: estar em situação de rua, a ausência de equipamentos de proteção individual e o risco de um acidente de trabalho fazem parte da organização do trabalho. O real do trabalho se apresenta pela negativa, pelo fracasso. Em uma organização do trabalho como essa, o real do trabalho é o medo da violência, a solidão, a condição de *animal laborans*.

3.1.5 Os mobilizadores de prazer no trabalho para o morador de rua: “Uma flor nasceu no asfalto!” (Carlos Drummond de Andrade)

Os resultados desta pesquisa vão ao encontro dos encontrados por Morrone e Mendes (2003) no que tange aos efeitos da precarização do trabalho sobre a dinâmica do reconhecimento e da subversão do sofrimento em trabalho e do prejuízo à mobilização subjetiva dos trabalhadores.

Para que haja mobilização subjetiva, é necessário que alguns elementos estejam presentes e interajam: a dinâmica do reconhecimento, o exercício da inteligência prática e da autonomia no trabalho, cooperação entre os pares. Os resultados da presente pesquisa indicam que tais elementos estão escassos entre os participantes, com especial atenção para a cooperação. Aspectos importantes a serem destacados é que o grupo em questão vivencia a precarização do trabalho associada à situação de rua em que se encontram e a fragilidade dos vínculos familiares e de amizades. Observamos a ausência de mobilização subjetiva; é um coletivo que tem uma estratégia coletiva de defesa, que é a desconfiança, o que acarreta a desmobilização de qualquer ação coletiva.

Ainda assim, os participantes desta pesquisa mostraram que o trabalho desempenha entre eles um importante promotor de saúde, de resgate da cidadania. Tomemos, por exemplo,

a narrativa de João, outrora marceneiro, atualmente acolhido no SAI: assumiu as funções de porteiro e de vigia e, com isso, sua identidade também foi afetada.

O trabalho funcionou como um elo de resgate da cidadania, de identidade, de inclusão social, contribuindo para a reconstrução da identidade como trabalhador. João conquistou um espaço de reconhecimento na sociedade e um *status* de cidadão. Já não é o marceneiro, também não se considera morador de rua, agora é um porteiro. Sente-se reconhecido pelos demais trabalhadores do SAI, que o elogiam. Sente-se reconhecido pelos demais trabalhadores do SAI, que o elogiam. Além disso, sua fala aponta para um sentimento de pertencimento àquela casa de passagem (MORAES, 2014).

João também exerce sua inteligência prática e tem autonomia para regular o ritmo de seu trabalho de forma que seu trabalho lhe é mobilizador de prazer: “Eu mesmo defini porque se eu fosse pelos outros, faz errado. Ninguém pega no meu pé. Porque eu faço direito”. Também Felipe exerce a *Métis* quando se vale de sua memória para realizar a entrega da água de forma rápida.

Para Renato, os ganhos com o trabalho ocorreram principalmente no plano das relações interpessoais: relatou ter feito amizades no local do trabalho, chega antes do horário e “a gente fica conversando sobre a vida, como as coisa acontece, vai levando...”. Declarou que os lavadores (no total são três) cooperam entre si: “Nós somos só três (lavadores)... eu vou lá e faço pra ele (quando o outro lavador pede), numa boa. Às vezes, quando tá aperreado mermo, ele vai: ‘Não! Deixa isso aqui comigo. Eu lavo!’ . É, a gente se ajuda um ao outro lá”. Com os motoristas dos carros lavados há uma relação de cordialidade e descontração: “A gente conversa, aqui acolá brinca com a gente”. Com a chefia, uma relação de respeito: “O chefe é legal, mas ele quer tudo ali na ordem, certinho”.

Ainda na dimensão das relações socioprofissionais, cabe enfatizar que o trabalho tem exercido um papel de resgate dos relacionamentos interpessoais de Renato, de re(construção) de sua identidade e funcionado como uma via de reconhecimento social, uma vez que se sente importante e informar às pessoas a localização dos departamentos da SEMMASDH foi verbalizado como mobilizador de prazer: “É bom, as pessoas conversam, chegam, pedem informação pra bolsa-família e a gente dá informação, outros chegam pra... a gente leva até o SOS Funeral; acaba dando informação; eu me sinto bem”. Embora não faça parte do trabalho prescrito (lavar carros), é parte do real de seu trabalho.

Renato foi diagnosticado como portador de transtorno mental severo, o que lhe causa prejuízo social (embotamento, isolamento social). Percebemos uma evolução de seu quadro clínico que se iniciou com sua inserção nas oficinas terapêuticas do Centro de Atenção Psicossocial – Caps Sul e no programa de Educação de Jovens e Adultos e, posteriormente, no projeto Passaporte para Inclusão Social, todos viabilizados pela equipe técnica do SAI. Não por acaso, seu codinome é Renato, pois, de certa forma, renasceu. E o trabalho tem contribuído como operador de saúde.

O mobilizador de prazer para Pedro e Bartolomeu se concentram na criação do artesanato. É nesse momento que sublimam as vivências de sofrimento. A sublimação, aqui compreendida por uma leitura psicodinâmica, consiste em investir a pulsão sexual em energia e capacidade criativa de trabalho, ou seja, dando outros encaminhamentos para as pulsões (ZIMERMAN, 2008). Nas entrevistas ambos falaram de um estado de sublimação quando estão construindo seus artesanatos, no qual Bartolomeu considera “uma terapia” e Pedro fala que “se sente em paz”.

Ressaltamos também que as oportunidades de trabalho, ainda que precarizadas, alimentam a esperança dos participantes. Os relatos de Madalena e Marcos ecoam sobre a

esperança, um desejo de mudança, de sonhos. Concordamos que somente a esperança não mobiliza o sujeito, mas, no contexto da rua significa continuar lutando, não desistir. Assim, para Madalena e para Marcos, a esperança funciona como fator protetivo à saúde mental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se propôs a compreender os processos psicodinâmicos de prazer e sofrimento das pessoas em situação de rua que ocupam a rua Silva Ramos, no centro da cidade de Manaus por meio da análise dos eixos Organização do Trabalho; Mobilização Subjetiva; Sofrimento; Defesas e Patologias, articulando a eles as reflexões acerca do trabalho e das relações que se estabelecem no espaço vivencial que é a rua.

Buscamos apresentar outras perspectivas para o fenômeno da população de rua, sem pormos os resultados como verdade absoluta, fugindo, dessa forma, do perigoso campo das generalizações. Esperamos que, com esta pesquisa, aprofunde-se ainda mais as discussões sobre o trabalho entre essas pessoas, pois, acreditamos, isso ajudará a encontrar novas possibilidades para lidar com um fenômeno complexo como esse.

A própria condição de *animal laborans* é considerada inferior, humilhante, como atesta Madalena, para quem “manguiar, fazer mandados”, não é trabalhar. Se analisarmos o trabalho pela ótica de Arendt (2014), compreendemos que os exemplos citados por Madalena são trabalho porque são maneiras encontradas para garantir a sobrevivência.

Representantes do lumpemproletariado, muitas pessoas em situação de rua fizeram da rua seu local de trabalho. Nesta pesquisa procuramos estabelecer pontes entre a organização do trabalho, tal como é preconizada pela Psicodinâmica do Trabalho, e seu paralelo no contexto da população de rua.

Os participantes mostraram suas ambivalências em relação à rua, à sociedade. Os resultados da pesquisa apontam que, conquanto haja interface entre a sociedade capitalista, participam do sistema, mas no ambiente da rua, possuem regras e normas próprias.

Não há uma prescrição na Organização do Trabalho da população de rua. Ela é construída com base no real do mundo social, do cotidiano, da ocasião. As regras se estabelecem

por relações de dominação, fortemente influenciadas pela violência. As condições de precarização a que estão submetidos exigem deles diversidade no saber fazer: para além do trabalho como flanelinha ou lavador de carros, precisam conhecer sobre eletricidade, construção civil, hidráulica, serviços gerais, por exemplo. Dependerá do frágil equilíbrio da sobrevivência na rua aceitar ou não o trabalho que lhe é posto. Utilizando-se da *Métis* para sobreviver, criam estratégias de adaptação.

Inferimos que a organização do trabalho para a população de rua é marcada por tensões e conflitos pela divisão de espaço, pelo estigma de bandido e vagabundo atrelado à imagem do morador de rua e pelo conseqüente controle social exercido pelos aparelhos de vigilância atravessam o real do trabalho e o real do mundo social.

Para lidar com o sofrimento, costumam valer-se da desconfiança, da resignação, do consumo de drogas lícitas e/ou ilícitas e da negação do sofrimento como estratégias de defesa coletivas, as quais os ajudam a manter um frágil equilíbrio, porém impedem a construção de vias mais saudáveis para o sofrimento. A virilidade e a racionalização aparecem como ideologias defensivas.

Não somente os laços familiares estão deteriorados. A falta de confiança entre eles prejudica a construção de laços de cooperação. Tampouco se sentem reconhecidos pela sociedade como categoria de trabalhadores. Surge como ideologia defensiva a racionalização de que o reconhecimento – especialmente o da beleza – não é importante; ao contrário, afeta o resultado do trabalho. Isso é preocupante, uma vez que a dinâmica do reconhecimento (DEJOURS, 2012a) é propulsora da transformação do sofrimento em prazer, ressignificando o trabalho.

Nas atuais condições da organização do trabalho da população de rua, há pouco espaço para a elaboração e perlaboração do sofrimento. O pouco reconhecimento de seus trabalhos e a

pouca cooperação entre os moradores de rua empalidecem a Mobilização Subjetiva, inviabilizando a transformação de tal cenário.

Não obstante, a população de rua encontra as próprias maneiras de ressignificar seu sofrimento. Reconhecimento, cooperação, inteligência prática surgem, ainda que não em conjunto (o que certamente favoreceria a Mobilização Subjetiva). A população de rua pode até não conseguir elaborar seu sofrimento, ressignificá-lo ou transformar sua organização do trabalho. Ainda assim, suas falas confirmaram quão poderoso é o trabalho na construção da identidade social do sujeito e do resgate do sentido de cidadania. É trabalhando que esquecem o sofrimento vivenciado nas ruas e consideram estar diante de uma oportunidade concreta de transformação em sua condição de vida, da transição de um lugar de pária para um lugar de cidadão. A arte, o fazer bem feito, foi, para poucos participantes, importante via de sublimação e é por meio da beleza que produzem, enquanto trabalham, que percebem a conquista do reconhecimento.

Para além dessas questões, destacamos que os trabalhos descritos pelos participantes são, em sua maioria, desprotegidos das garantias sociais e a própria situação de rua em que se encontram os põe no centro de um grave quadro de vulnerabilidade social, pois, muitas vezes, quando perdem seu trabalho, estão perdendo também sua moradia.

Nesta pesquisa foi possível apreender alguns sentidos para a população de rua: lar, local de trabalho, de liberdade, de acolhimento, mas também de medo. Pensamos que é importante aprofundar as possíveis conexões entre o medo e a falta de confiança característica dessa categoria de trabalhadores.

As entrevistas revelaram que os participantes não se veem como trabalhadores, mas como sobreviventes. As reflexões de Arendt (2014), no entanto, fazem-nos compreender que são sobreviventes e trabalhadores. Conferir-lhes o *status* de trabalhadores é fundamental na reconstrução do sentido de cidadania, tão caro às políticas públicas. Destarte, o reconhecimento

deles como trabalhadores tem repercussões não somente no plano da subjetividade, mas também no real do mundo social.

Embora o cenário descrito não seja dos mais promissores, notamos que uma via saudável para iniciar a transformação desse cenário pode ser o reconhecimento do trabalho da população de rua. Dejours (2012) enfatiza que o reconhecimento não é direcionado para a pessoa, mas para o trabalho que ela executa. Tomemos como exemplo Pedro, que verbalizou o aumento da autoestima quando elogiam seu trabalho. Além de verbalizar o benefício que sente ao ser elogiado, ele sabe discernir o que é elogio ao trabalho e o que é elogio pessoal. Isso mostra quanto é importante desconstruir certos paradigmas relativos à negação do trabalho da população de rua.

Ainda que haja muita aridez no asfalto, é possível se ver nascer a flor do reconhecimento e da esperança, em algumas situações descritas pelos participantes. Isso parece apontar para possíveis caminhos para a transformação de uma organização do trabalho talhada pela precarização do trabalho, pelo engrossamento das filas do exército de reserva e do lumpemproletariado.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; PINHEIRO, L.C.; LIMA, F. S.; MARTINELLI, C. C. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ALBERTO, M. F. P. **A dimensão subjetiva do trabalho precoce de meninos e meninas em condição de rua em João Pessoa (PB)**. 2002. 292 f. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. (2002)

ANTUNES, R. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In: R. ANTUNES e M. A. M. SILVA (Orgs.) **O avesso do trabalho**. 2ª Ed. Expressão Popular: São Paulo, 2010. pp. 13-23.

ANTUNES, R. Desenhando a nova morfologia do trabalho e suas principais manifestações. In: A. M. MENDES; R. D. MORAES; A. R. C. MERLO. **Trabalho e sofrimento: práticas clínicas e políticas**. Curitiba: Juruá, 2014.

ARENDT, H. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo; revisão técnica e apresentação Adriano Correia. 12 ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

BLANCH, J. M.; CANTERA, L. M. Subjetivación del trabajo em el capitalismo flexible. In: A. M. MENDES (Org.). **Trabalho e saúde – O sujeito entre emancipação e servidão**. 1ª ed. (2008), 3ª reimpr. Curitiba: Juruá, 2011. Cap. 6, pp. 89-101.

BRASIL. Lei 12.435, DE 6 de julho de 2011. Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Acessado em 22 de setembro de 2014. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm

BRASIL. Decreto 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Acessado em 01 de maio de 2013. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004**. Brasília, 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado para população em situação de rua – Centro Pop**. SUAS e População em situação de rua. Volume 3. Ed. Brasil: Brasília, 2011.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Tradução de Iraci D. Poleti. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: M. C. BELFIORE-WANDERLEY; L. BÓGUS; M. YAZBEK (Orgs.) **Desigualdade e a questão social**.3ª Ed. Educ: São Paulo, 2011.

CASTEL, R. As transformações da questão social. In: BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C.; BELFIORE-WANDERLEY, M.(Orgs.) **Desigualdade e a questão social**.3ª ed. Educ: São Paulo, 2011a

CASTRO, L. S. P. **Precarização da Organização do Trabalho: vivências de prazer e sofrimento no cultivo do fumo**.2013. 101 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS: 2013.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: as artes de fazer**. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008

COSTA, M. S. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. **Cad. CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, abr. 2010 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 11 jun. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792010000100011>.

CUNHA, S. C. P. **Vivências de prazer e sofrimento no trabalho dos camelôs no centro comercial de Manaus**. 2010. 69 f. Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Am: 2010.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho.** 5ª Ed. Ampliada. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

_____ ; **A banalização da injustiça social.** 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

_____ ; BÈGUE, F. **Suicídio e trabalho: o que fazer?** Brasília: Paralelo 15, 2010.

_____ ; Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Tradução de Frank Soldant. In LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (Orgs.). **Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho.** Cap.1, p. 57-123. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, Brasília: Paralelo 15, 2011.

_____ ; **Trabalho vivo, tomo I, Sexualidade e trabalho.** Brasília: Paralelo 15, 2012.

_____ ; **Trabalho vivo, tomo II, Trabalho e emancipação.** Brasília: Paralelo 15, 2012a.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Cad. CRH**, Salvador, v. 24, n. spe1, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000400004&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 11 jun. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792011000400004>.

ESCOREL, S. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social.** Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1999.

FERRAZ, F. C. **Normopatia: sobreadaptação e pseudonormalidade.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

FIGUEIREDO, L. C. M. **Revisitando as psicologias. Da Epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos.** Petrópolis: Vozes, 2011.

FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Rev. bras. saúde ocup.** São Paulo, v. 35, n. 122, dez. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572010000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 10 jun. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0303-76572010000200006>.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Organização e tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira/ Sigmund Freud; com comentários e notas de James Strachey; em colaboração com Anna Freud; assistido por Alix Strachey e Alan Tyson; traduzido do alemão e do inglês sob a direção geral de Jayme Salomão.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GOFFMAN, E. **Estigma - notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GHIZONI, L. D. **Clínica Psicodinâmica da Cooperação na Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região Centro Norte de Palmas – TO (ASCAMPA).** 2013. 308 f. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações. Brasília, DF. (2013).

GIONGO, C. R. **Sofrimento silencioso: análise psicodinâmica do trabalho de suinocultores.** 2013. 84 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, São Leopoldo, RS: 2013.

GIORGETTI, C. **Moradores de rua: uma questão social.** São Paulo: FAPESP, EDUC, 2006.

GUEDES, C. F. **Acolhimento institucional da assistência à infância: reflexões a partir da experiência de um abrigo**. 2013. 118 f. Dissertação (mestrado) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, São Paulo, 2013.

HIRATA, H. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. **Cad. CRH**, Salvador, v. 24, n. spe1, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000400002&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 11 jun. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792011000400002>.

JANCZURA, R. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, [Sol.], v. 11, n. 2, p. 301 - 308, dez. 2012. ISSN 1677-9509. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/12173/8639>>. Acesso em: 22 Set. 2014.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevistas narrativas. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.); tradução Pedrinho A. Guareschi. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 8ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (p. 90-113)

KARAM, H. Centralidade do trabalho e saúde mental pública. In: A. M. MENDES (Org.). **Trabalho e saúde – O sujeito entre emancipação e servidão**. 1ª ed. (2008), 3ª reimpr. Curitiba: Juruá, 2011. Cap. 10, pp. 139-152.

KASTRUP, V.; BARROS, R. B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: E. PASSOS; V. KASTRUP; L. ESCÓSSIA (Orgs.). **Pistas do Método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2010. Cap.1, pp. 17-31

MANAUS (Município). Decreto nº 392 de 30 de novembro de 2009. Dispõe sobre a Instituição do Projeto Passaporte para a Inclusão Social de populações em situação de Rua e dá outras providências. Diário Oficial do Município do Município de Manaus. Ano X, Edição 2338, p. 8-9, 2009.

MARTINS, S. R. Perversão social. In: F. O. VIEIRA; A. M. MENDES; A. R. C. MERLO (Orgs.). **Dicionário crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013. pp. 281-287.

MARTINS, S. R.; MENDES, A. M. Espaço coletivo de discussão: a clínica psicodinâmica do trabalho como ação de resistência. Rev. **Psicol., Organ. Trab.**, Florianópolis, v. 12, n. 2, ago. 2012 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572012000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 23abr 2014.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbos e Flávio R. Kothe. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MENDES, A. M. Da psicodinâmica à psicopatologia do trabalho. In: A. M. MENDES (Org.). **Psicodinâmica do trabalho: teoria, método, pesquisas**. Cap. 1, pp. 29-61. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MENDES, A. M.; ARAÚJO, L. K. Violência e sofrimento ético: contribuições da psicodinâmica do trabalho. In: MENDES, A. M. (Org.). **Violência no trabalho: Perspectivas da psicodinâmica, da ergonomia e da sociologia clínica**. 01 ed. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2010, Cap. 4, pp. 91-106.

MENDES, A. M. Prazer, reconhecimento e transformação do sofrimento no trabalho. In: A. M. Mendes (Org.). **Trabalho e saúde – O sujeito entre emancipação e servidão**. 1ª ed. (2008), 3ª reimpr. Curitiba: Juruá, 2011. Cap. 1, pp. 13-25.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MORAES, R. D. **Prazer-sofrimento no trabalho com automação: estudo em empresas japonesas no Polo Industrial de Manaus**. Manaus: EDUA, 2010.

MORAES, R. D. Estratégias defensivas. In: In: F. O. VIEIRA; A. M. MENDES; A. R. C. MERLO (Orgs.). **Dicionário crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013. pp. 153-157.

MORRONE, C. F.; MENDES, A. M. A resignificação do sofrimento psíquico no trabalho informal. *RPOT*. V. 3, N. 2, jul-dez, 2003. pp. 91-118

SANTOS, M. **A natureza do espaço: espaço e tempo, razão e emoção**. 3ª ed. São Paulo, Hucitec, 1999.

SCHERER, E. **Baixas nas carteiras: desemprego e trabalho precário na Zona Franca de Manaus**. Manaus: EDUA, 2005.

SCHERER, E. **Trabalho ocultado: os carregadores e transportadores de bagagens do Roadway e da Estação Hidroviária de Manaus**. Annablume, Brasília, CNPQ: São Paulo, 2012.

TOROSSIAN, S. D.; RIVERO, N. E. Políticas públicas e modos de viver – A produção de sentidos sobre a vulnerabilidade. In CRUZ, L. R; GUARESCHI, N. (Orgs.) **Políticas públicas e Assistência Social: Diálogo com as práticas psicológicas**. 3ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. Cap. 3, pp. 56-69.

VASCONCELLOS, M. J. **Pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência**. Campinas, SP: Papyrus, 2010.

ZIMERMAN, D. **Vocabulário contemporâneo de psicanálise**. Porto Alegre : Artmed, 2008.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

FACULDADE DE PSICOLOGIA

APÊNDICE 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar do Projeto de Pesquisa “**As dimensões subjetivas do trabalho informal das pessoas em situação de rua**” das Pesquisadoras Profa. Dra. Rosângela Dutra de Moraes e a mestrandia de Psicologia Gerusa Menezes de Carvalho. O objetivo desta pesquisa compreender os processos psicodinâmicos de prazer e sofrimento dos trabalhadores informais em situação de rua. Sendo assim, essa pesquisa pretende contribuir para dar maior visibilidade aos trabalhadores informais que estão em situação de rua na cidade de Manaus. A participação é voluntária e a entrevista será gravada, podendo durar até 1h30m. Caso você aceite participar, solicitamos que nos autorize a usar as informações que forem gravadas. Só os pesquisadores envolvidos neste projeto terão acesso a estas informações. Quando publicado, dados como nome, profissão, local de moradia e afins não serão divulgados. Informamos que, a qualquer momento, você poderá desistir da participação da mesma, sem que isto lhe cause quaisquer danos moral ou material. Pode, também, fazer qualquer pergunta sobre a pesquisa aos nossos pesquisadores.

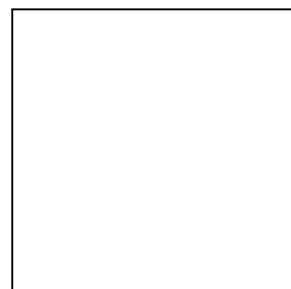
Após ler este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e aceitar participar do estudo, solicitamos a assinatura do mesmo em duas vias, ficando uma em seu poder. Para qualquer outra informação, o (a) Sr. (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora Gerusa Menezes de Carvalho no endereço Rua General Rodrigo Otávio, nº 300 (UFAM) ou pelo telefone 91029864.

Fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e por que precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinada, que vou guardar.

Manaus,/...../.....

Assinatura do participante

ou



Assinatura do pesquisador

Impressão dactiloscópica no
caso de não saber escrever



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

FACULDADE DE PSICOLOGIA

APÊNDICE 2

ROTEIRO PARA A ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

1. Conta pra mim detalhadamente como é o seu dia de trabalho (sua rotina).
2. Ter carteira de trabalho assinada é importante?
3. Fale como você se sente quando está trabalhando.
4. Você encontra algum tipo de dificuldade no seu trabalho?
5. Como você faz para dar conta/lidar/enfrentar seu dia-a-dia de trabalho? Existe alguma coisa que atrapalha você durante o seu trabalho?
6. Como você se relaciona com as outras pessoas que trabalham na rua?
7. Quando alguém contrata o seu trabalho, você acha que é discriminado por ser morador de rua?
8. Você usa algum tipo de EPI? (Perguntar somente quando se tratar de algum trabalho que sinalize a necessidade de usar o EPI)